

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SARASVATI YAKCHINI ZRIDEVI CONCEIÇÃO



**EDUCANDO MULHERES, VENDENDO SAÚDE.
Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920**

Grêmio das Violetas (1930)

CURITIBA
2012

SARASVATI YAKCHINI ZRIDEVI CONCEIÇÃO

**EDUCANDO MULHERES, VENDENDO SAÚDE.
Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Liane Maria Bertucci

CURITIBA
2012

*A' Tereza Danielichen, minha amada mãe, fonte de sabedoria,
apoio, dedicação e compreensão. Como dizia o poeta: "sem
você eu nada seria..."*

AGRADECIMENTOS

"A felicidade aparece para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam em nossa vida."
Clarice Lispector

Agradeço imensamente a minha orientadora Liane Maria Bertucci, que acreditou em mim e me apoiou incansavelmente durante todo o processo de realização desta pesquisa, com sua orientação, sua dedicação e amizade. Bons mestres como você, que conseguem conciliar o conhecimento científico com o conhecimento humanitário, se tornam inestimáveis.

À minha família, Tereza Danielichen, Nefertiti Devi Conceição e Tales Devi Mariano, com carinho especial a minha mãe que participou intensamente nos bastidores, ajudando e colaborando para que eu pudesse realizar este projeto.

Agradeço aos professores da banca de qualificação e defesa, Carlos Eduardo Vieira, Ana Paula Vosne Martins, Rosa Lydia Teixeira Corrêa e Vera Regina Beltrão Marques que com suas orientações valiosas, enriqueceram meu trabalho.

Aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação que, de forma direta ou indireta, contribuíram na construção deste estudo. Agradeço especialmente ao professor Carlos Eduardo Vieira pelas leituras realizadas desde o Seminário de História e Historiografia da Educação e pelos apontamentos pertinentes, que me fizeram refletir sobre o caminho desta dissertação, bem como, por aceitar acompanhar minha produção até este momento.

Às colegas de turma, Alessandra Giacomiti, Marinice Sant'Ana de Oliveira e Claudia Rejane Schavarinski, em especial à Silvia Ross, que se tornou uma amiga confiável, dedicada e companheira.

À Karina Falavinha, que sempre esteve presente nos momentos de minha vida, sejam eles, grandes ou pequenos, alegres ou tristes. Obrigada imensamente pelo apoio, dedicação e amizade. Ao Luiz Fernando Soares da Silva por, juntamente com Karina Falavinha, dedicar-me momentos especiais regados a palavras de conforto e afeto.

Minha gratidão à Edison Rodolpho Lobo Rodrigues dos Santos pela colaboração, paciência, incentivo e amizade.

Ao Mauro de Almeida pela eterna presença e apoio.

Ao Cesar Augustus Akatsu por fazer parte desta conquista.

Pelo abstract, meus agradecimentos ao Augusto Ross.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de estudos que me foi concedida e que me permitiu dedicação exclusiva ao mestrado.

RESUMO

A dissertação teve como objetivo analisar a imagem da mulher saudável através dos discursos de propaganda (figuras e textos) veiculados por três jornais curitibanos nos anos 1920: **Gazeta do Povo**, **O Dia** e **Diário da Tarde**. Para a realização do trabalho foi utilizado, principalmente, o conceito de representação de Roger Chartier (1990). Os três periódicos selecionados foram importantes meios de difusão de preceitos médico-sanitários (permeados de ideias eugênicas), que de forma recorrente imputavam à mulher a responsabilidade pela saúde e educação saudável dos filhos, os futuros cidadãos da nação brasileira. Assim, o papel de mãe, esposa e dona de casa foi enaltecido como uma forma de preservar a família e contribuir para o progresso do Brasil, para construção de um país civilizado. Constatou-se que os discursos dos jornais pesquisados associavam a saúde da mulher e o ideal de beleza “quase natural”, com higiene pessoal e comportamento sexual regrado, que resultaria na felicidade dentro do lar. A saúde feminina foi também intimamente relacionada com higiene doméstica e saúde familiar, principalmente de seus filhos. Foi possível constatar que os discursos publicados nos periódicos, para fazer propaganda de um produto ou para instruir sobre um procedimento aprovado pela medicina, produziram uma representação ambígua da mulher-mãe, responsável, ao mesmo tempo, tanto pela saúde dos filhos (quando educada), quanto pela doença e morte das crianças. Durante o período estudado foi constante a tentativa de educar a mulher em questões da maternidade, ou seja, gravidez, parto, puerpério e criação dos filhos, através da difusão de noções de puericultura em detrimento de saberes transmitidos de geração em geração – várias mulheres combinaram procedimentos aprovados pelo costume e noções médico-científicas. O processo educativo que aconteceu na capital paranaense, através de páginas dos jornais que propagandeavam (e vendiam) saúde, contou inclusive com a participação efetiva de mulheres de grupos sociais diversificados, tais como professoras e esposas de cónsules, que, envolvidas em atividades filantrópicas, foram parceiras dos médicos na divulgação do conhecimento científico (notadamente da puericultura) através da organização de instituições voltadas para o atendimento à saúde e para a educação sanitária de mães e filhos, entre estas associações destaque para a Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, para o Grêmio das Violetas e para a Cruz Vermelha Paranaense.

Palavras-chave: saúde da mulher; educação; imprensa; propaganda

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to analyze the image of the healthy woman through speeches of propaganda (figures and texts) published by three curitibanos newspapers in the 1920's: **Gazeta do Povo, O Dia e Diário da Tarde**. To perform the study was utilized, mainly, the concept of representation of Roger Chartier (1990). The three selected periodicals were important means of disseminating medical and health precepts (permeated by eugenic ideas) that recurrently imputed to women the responsibility of health and education of their children healthy, the future citizens of Brazilian nation. This way, the mother role, wife and housekeeper was praised as a way to preserve the family and contribute to Brazil's progress, to construct a civilized country. It was found that the speeches of the newspapers researched associated women's health and beauty ideal "almost natural", with personal hygiene and regulated sexual behavior, which would result in happiness at home. Women's health was also closely related with domestic hygiene and family health, specially their children. It was possible to find that the published speeches on the periodicals, to advertise a product or instruct on a procedure approved by medicine, produced an ambiguous representation of women as mothers, responsible at the same time, both for the health of children (if polite) , and by disease and death among children. During the study period the attempt to educate women on motherhood issues was constant, in other words, pregnancy, childbirth, postpartum and raising children, through the diffusion of mother-craft notions to the detriment of knowledge transmitted from generation to generation – several women combined procedures approved by custom and notions medical-scientifically. The education progress that happened in Curitiba, through newspapers that propagate (and sold) health, included the effective participation of women from different social groups, such as teachers and wives of consuls, which, involved on philanthropic activities, became partners of doctors in the dissemination of scientific knowledge (especially child care) through the organization of institutions devoted to health care and health education of mothers and children, between these associations, particular importance to the Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, to the Grêmio das Violetas and the Cruz Vermelha Paranaense.

Key words: Women's health; Education; Media; Advertising

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1: AMEAÇADOS PELOS RATOS..... | 31 |
| FIGURA 2: CREOL, CREOL, CREOL | 33 |
| FIGURA 3: AO MENOS AOS SABBADOS! | 33 |
| FIGURA 4: CAFIASPIRINA | 34 |
| FIGURA 5: DR. MIGUEL LOSSO | 46 |
| FIGURA 6: RENASCIM..... | 47 |
| FIGURA 7: DIZ O MÉDICO..... | 48 |
| FIGURA 8: PURIFICAR O SANGUE E'ELEVAR A RAÇA | 51 |
| FIGURA 9: ALUETINA WERNECK | 52 |
| FIGURA 10: QUANTO DURA UMA LUA DE MEL? | 57 |
| FIGURA 11: CREME SIMON | 61 |
| FIGURA 12: UMA BOA "TOILETTE" SÓ COM UM BOM ESPELHO | 62 |
| FIGURA 13: MODA RIO | 64 |
| FIGURA 14: ESPARTILHOS INÍCIO DO SÉCULO XX | 64 |
| FIGURA 15: SENHORITA RISOLETA MACHADO E SUA IRMÃ | 67 |
| FIGURA 16: PÓ DE ARROZ MENDEL | 68 |
| FIGURA 17: A MOCIDADE DE HOJE- EMULSÃO DE SCOTT | 68 |
| FIGURA 17: DESDE JÁ - QUAKER OATS | 81 |
| FIGURA 19: GOTTAS SALVADORAS DAS PARTURIENTES DO DR VAN DER LAAN..... | 83 |
| FIGURA 20: DE VALIOSA AJUDA PRA AS MÃES - EMULSÃO DE SCOTT..... | 87 |
| FIGURA 21: DÊ Á SEUS FILHOS A EMULSÃO DE SCOTT..... | 88 |
| FIGURA 22: O CHÓRO DA CREAÇA É DEVIDO A DORES – MEDICAMENTO NUJOL | 93 |
| FIGURA 23: LEITE MOÇA..... | 100 |
| FIGURA 24: ALIMENTOS COM AVEIA QUAKER OATS | 102 |
| FIGURA 25: O SEU FILHO PODERÁ SER UM DIRIGENTE – QUAKER OATS.... | 103 |
| FIGURA 26: PARA AS CREAÇAS BRINCAR É VIVER – EMULSÃO DE SCOTT | 107 |
| FIGURA 27: O DIA DA CARIDADE..... | 129 |
| FIGURA 28: CRUZ VERMELHA PARANAENSE..... | 137 |
| FIGURA 29: EDIFÍCIO CRUZ VERMELHA NA RUA RIO BRANCO Nº 26..... | 139 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1: A MULHER SAUDÁVEL E A SAÚDE DA FAMÍLIA NA CURITIBA DOS ANOS 1920 | 23 |
| CAPÍTULO 2: MÃE EDUCADA: FILHOS SADIOS | 72 |
| CAPÍTULO 3: PROPAGANDEANDO A AÇÃO FEMININA A SERVIÇO DA SAÚDE DA MULHER E DE SEUS FILHOS | 109 |
| 3.1 Associação de Damas da Assistência à Maternidade e a Infância | 116 |
| 3.2 Grêmio das Violetas | 125 |
| 3.3 Cruz Vermelha Paranaense | 131 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| FONTES | 148 |
| REFERÊNCIAS | 149 |

INTRODUÇÃO

Os anos de 1920 representaram um período de transformações no Brasil. As mudanças foram sentidas em todas as esferas da sociedade: na vida material, no pensamento político e, especialmente, no plano social e cultural (DE LORENZO; COSTA, 1997, p. 9)¹. O impacto causado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tornou-se decisivo para as novas configurações que se fizeram presentes em vários países do mundo e na sociedade brasileira.

O início do conflito encerrou o período conhecido como *Belle Époque*, que se estendeu na Europa dos anos de 1890 até 1914, e se caracterizou pela crença inabalável no progresso e na paz (OLIVEIRA, 1997, p. 189). No Brasil, a *Belle Époque* assinalou uma fase exacerbada de identificação com valores europeus, especialmente da França e Inglaterra, ligados à ideia de civilização, de progresso e de modernidade (NEEDELL, 1993, p. 19-20). O final da Grande Guerra produziu uma distinção entre a Europa (arrasada pelo conflito) e os Estados Unidos da América, território da nova civilização e do futuro (OLIVEIRA, 1997, p. 189).

Mas, embora a influência americana crescesse no Brasil ao longo dos anos 1920, principalmente com a exibição dos filmes *hollywoodianos*², a cultura francesa ainda se fazia muito presente. Na moda feminina esta influência foi associada ao novo comportamento da mulher, cujas transformações paulatinas eram perceptíveis desde as últimas décadas do século XIX (transformações intimamente relacionadas com mudanças sociais mais amplas) e que tiveram um significativo período nos anos 1920 (D'INÇÃO, 2001; MALUF, MOTT, 2001; LAGRAVE, 1995). O vestuário da mulher do pós-guerra mudou radicalmente: os vestidos compridos e sisudos deram lugar a vestidos tubinhos, largos na cintura e acima dos joelhos. As roupas de baixo acompanharam a ideia de conforto e liberdade do corpo feminino. Os cabelos encurtaram-se até a altura do queixo, deixando o visual parecido com o de um

¹ A coletânea de artigos organizada por De Lorenzo e Costa discute, primorosamente, os anos de 1920, trazendo doze textos que abordam as principais características deste período na configuração de um Brasil moderno, sob diferentes aspectos: econômico, social, cultural, educacional. Confira: Lorenzo; Costa, 1997.

² Segundo Sevcenko (1999, p. 598-601) com a Grande Guerra a indústria cinematográfica europeia entrou em colapso e, nos países latino-americanos, não havia mais como comprar equipamentos baratos do mercado europeu. Os Estados Unidos conquistaram uma situação de monopólio virtual de produção, distribuição e exibição em todo o mundo, promovendo, na década de 1920, novos hábitos de consumo e de estilos, identificados com o *American way of life*, através de seus filmes.

menino (aparência andrógena). Os “anos loucos”, como ficariam conhecidos os anos de 1920, foram marcados por uma intensa celebração da vida através de festas, música, arte e divertimento, que contaminaram o clima cultural dos brasileiros que viviam nas metrópoles, entre elas, Curitiba. Depois da devastação provocada pela Grande Guerra houve uma supervalorização dos momentos festivos da vida, uma intensa criatividade no mundo artístico, acompanhados de uma expansão produtiva, impulsionada pela necessidade de reorganizar as atividades econômicas e pela reconstrução europeia, que parecia não ter limites — a crise de 1929 explicitaria os limites dessa euforia. A Semana de Arte Moderna, de 1922, que aconteceu em São Paulo — metrópole do café e das indústrias — é exemplo, no Brasil, do novo clima intelectual e cultural que emergiu no pós-guerra (OLIVEIRA, 1997, p. 190; SEVCENKO, 2003).

Mas as mudanças dos anos de 1920, no Brasil, tinham, em muitos casos, suas origens em anos anteriores, como as iniciativas para a criação de instâncias de políticas públicas, destinadas a solucionar o que se acreditava ser os maiores problemas do país: saúde e educação (BERTUCCI, 2007a, 2008; HOCHMAN, 2006). Para criar a nação brasileira moderna fazia-se necessário conhecer e intervir nos grandes problemas nacionais: no alto índice de analfabetismo, que se refletia na ignorância da população e nas doenças e epidemias, que assolavam não só o interior, mas as grandes cidades, e prejudicavam a constituição física dos trabalhadores, das mulheres e, o que era muito pior, das gerações futuras. Era impossível conquistar o *status* de civilidade com a realidade em que se encontrava o país.

No ano de 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), resultado evidente do movimento sanitarista brasileiro³ e, em 1924, foi organizada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que congregou personalidades de prestígio nacional, inclusive vários médicos, preocupados com os rumos da educação dos brasileiros (CARVALHO, M., 1998). O desejo de construção de um país moderno, atrelado ao progresso mundial, passava pela educação e

³ O movimento sanitarista ganhou impulso com a divulgação, em 1916, do relato **Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**, dos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva. A expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), chefiada pelos dois médicos ao interior do Brasil, revelava um país em grande parte desconhecido, com uma população considerada atrasada, doente, improdutiva e abandonada, sem nenhuma identificação com a pátria. A partir desta expedição ganhou destaque a tese da importância da educação e da saúde para o resgate de um Brasil condenado ao atraso (BERTUCCI, 2007b).

saúde da população. A mulher receberia atenção singular nesse contexto, notadamente por ser percebida como uma importante aliada para as mudanças dos hábitos e costumes considerados pouco higiênicos e insalubres da população, que acarretavam na transmissão das doenças⁴. Por ser considerada a responsável pelo bem-estar do marido e dos filhos, bem como uma “educadora nata”, a mulher conseguiria disseminar, no seio familiar, os preceitos higiênicos necessários para elevar o país à condição de nação civilizada. Mas, para que pudesse difundir os conhecimentos científicos relacionados à saúde, a mulher precisava ser educada e “transformada”: seu corpo se tornou alvo redobrado de discursos e prescrições médicas, a fim de torná-lo mais saudável, principalmente porque nele aconteceria a geração dos futuros cidadãos, que contribuiriam para o progresso do país.

Nesse período, em Curitiba como em outras localidades brasileiras, ao mesmo tempo em que os papéis de gênero⁵ eram mobilizados por discursos médicos e educacionais, que procuravam reforçar o papel da mulher no mundo privado, enquanto responsável pelo lar e pela família (especialmente pela saúde dos filhos), a construção social dos papéis masculinos e femininos reforçou algumas características como próprias das mulheres, porque atreladas à maternidade: cuidado, atenção, abdicção, delicadeza. Esta identificação oportunizou a ampliação da atuação das mulheres no espaço público, notadamente nas atividades diretamente associadas como extensão de sua função materna, tais como professoras⁶ ou enfermeiras⁷. Educadora e prestadora de cuidados “por natureza”, a

⁴ Desde o final do século XIX, na Europa e também no Brasil, com o desenvolvimento de uma medicina da família, preocupada com a higiene do corpo e do ambiente, os clínicos já visualizavam a mulher como uma aliada, uma mensageira das orientações e aconselhamentos médicos. Essa era uma estratégia para que os clínicos pudessem circular no interior do seio familiar, já que cabia à figura feminina gerenciar as coisas relacionadas à saúde. Eram elas que faziam a reputação do médico, permitindo, ou não, a intervenção no seu corpo, de seus filhos e marido (PERROT, 2005).

⁵ A categoria gênero, conforme definição de Scott (1990), permeia a construção de análise deste trabalho. Gênero visa teorizar a questão da diferença sexual, destacando a construção social dos papéis próprios estabelecidos aos homens e as mulheres, rejeitando o determinismo biológico. O conceito ressalta o aspecto relacional entre homens e mulheres, permitindo o questionamento do caráter fixo e permanente da oposição entre feminino e masculino, devendo este binômio ser considerado dentro de seu contexto social e cultural. Por isso, segundo Scott (1990), o conceito de gênero pode ser considerado como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas na diferença (SOIHET, 1997).

⁶ As mulheres ampliaram sua participação no magistério desde o final do século XIX, por ser uma tarefa cada vez mais identificada com a continuidade do cuidado com as crianças (difundido como próprio das mulheres) e cada vez menos atrativa para os homens, devido aos baixos salários que eram pagos. Assim, as mulheres ampliavam sua participação no magistério primário. Sobre a feminilização do magistério, veja Louro, 2004; Almeida, 2004.

⁷ No Brasil, até o início do século XX, a enfermagem foi uma atividade exercida por homens e mulheres, tornando-se uma profissão predominantemente feminina durante as primeiras décadas do

mulher poderia contribuir cotidianamente com a educação para a saúde da população. A atividade de mulheres em movimentos filantrópicos que difundiam conhecimentos de puericultura e práticas de higiene são exemplos de mulheres procurando educar outras mulheres e seus filhos sobre o tema saúde e doenças.

Nesse contexto, que na capital paranaense foram marcados por significativo aumento de população, transformações na economia local, problemas de ordem sanitária, além de ações envolvendo educação e saúde da população e o engajamento dos jornais diários nestas questões (BERTUCCI, 2011), podemos perguntar: Como era representada a mulher saudável pela imprensa periódica de Curitiba? Como se educava a mulher para a saúde, especialmente a mãe, através de propagandas e de outros textos veiculados pelos jornais dos anos de 1920? Qual a participação de (algumas) mulheres curitibanas na divulgação de ações médico-científicas e de educação sanitária?

Para responder estas questões, jornais foram eleitos como fontes, por se caracterizarem como um lugar privilegiado de manifestações de diversas vozes, o que possibilitou a percepção de ideias que circulavam sobre saúde da mulher e de seus filhos no contexto curitibano, no qual se procurava efetivar projetos de saneamento da cidade, de controle das doenças e educação informal para a saúde da população. Os três jornais de maior circulação na capital paranaense no período foram selecionados para a pesquisa: **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia**. Os periódicos foram escolhidos, também, porque se denominavam “independentes” de qualquer ação partidária, prometendo “imparcialidade” ao público leitor. O **Diário da Tarde** começou a circular em Curitiba dia 18 de março de 1899, fundado por Estácio Correia (advogado, “homem de letras”, foi Procurador Geral da República (NEGRÃO, 1928, p. 310)). Ligados ao **Diário da Tarde**, ainda encontramos nomes importantes do cenário político e literário da capital, como o de Raul Gomes, Generoso Borges, Ulisses Vieira, Euclides Bandeira e Gastão Farias (VIEIRA, C., 2012, p. 19). O jornal **Gazeta do Povo** circulou, a partir de 3 de fevereiro de 1919, proclamando que era “independente e imparcial”⁸, tendo como diretor Benjamim Lins

Novecentos. A mudança do perfil da profissão começou a ocorrer a partir da virada do século, com o advento da “enfermagem moderna”, quando foram criados os primeiros cursos destinados à profissionalização da atividade, cursos que para o exercício da profissão valorizavam qualidades ligadas ao cuidar, da família, dos doentes, das crianças, consideradas como inatas nas mulheres (MOTT, 1999).

⁸ Apesar do que dizia o manifesto de lançamento, a edição incluiu um texto de primeira página que defendia a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República: “(...) ninguém o iguala em

(advogado, foi Secretario do Interior Justiça e Instrução Pública e professor da Faculdade de Direito do Paraná (NEGRÃO, 1927, p. 449)) e como secretário Plácido e Silva (advogado, jurista reconhecido, que assumiria a direção do jornal (AVANZINI, 2011, p. 83)). Faziam parte da redação Acyr Guimarães, Jurandir Manfredini e Valfrido Piloto, entre outros (VIEIRA, C., 2012, p. 19). Na primeira edição da **Gazeta do Povo** mais de 50% do jornal consistia de anúncios e classificados, vários deles direcionados para a saúde do público feminino, das crianças ou da infância⁹. O jornal **O Dia**, também fundado por Benjamin Lins, foi lançado em 1º de julho de 1923, sendo o primeiro do Estado a contar com clicheria própria. O periódico causou sensação ao estampar, em sua primeira edição, uma foto realizada na noite anterior, na Associação Comercial do Paraná, pois na época as fotografias eram publicadas quatro ou cinco dias após a ocorrência do evento (DIRETA PESQUISA, 1974). O jornal reunia nomes de destaque na vida cultural local, tais como: David Carneiro, Caio Machado e Rodrigo de Freitas (SOUZA, N., 2001, p. 18).

Os periódicos **Diário da Tarde** e **O Dia** (a partir de 1925) foram pesquisados na Biblioteca Pública do Paraná e se encontram apenas em cópias microfilmadas. Infelizmente, a baixa qualidade dos filmes, principalmente dos anos iniciais da década de 1920, não permite uma boa imagem de propagandas e muitos dos artigos estão ilegíveis. O jornal **Gazeta do Povo** e os três primeiros anos de circulação do **O Dia** foram pesquisados na Biblioteca do Museu Paranaense, que possui os exemplares originais compilados anualmente, possibilitando um manuseio mais fácil. Os exemplares da **Gazeta do Povo**, correspondente ao ano de 1929, não foram encontrados em nenhum dos locais pesquisados.

Os periódicos estudados têm em comum a presença de homens públicos (advogados, jornalistas, professores, médicos), bem posicionados, social e politicamente, na direção e produção dos mesmos. Segundo Vieira, C., ao se referir aos responsáveis pelos jornais **Diário da Tarde** e **Gazeta do Povo**, o que cabe, também, aos homens que estavam à frente do jornal **O Dia**:

merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões; ninguém tem prestado a este país tão elevados serviços, ninguém quer o Brasil com tanta intensidade e tanto carinho (...)" (OLIVEIRA FILHA, s.d.)

⁹ Compreende-se que os termos criança e infância não são sinônimos. Criança é o indivíduo biológico, representado por necessidades e direitos, enquanto infância é uma construção social. Mas, nesta dissertação, repetindo a utilização indiscriminada feita nos textos pesquisados nos jornais curitibanos, criança e infância/infantes/infantil, os termos serão utilizados indistintamente.

As biografias desses personagens têm em comum, para além da atuação como jornalistas, os títulos superiores, em especial de direito e de medicina, a ocupação eventual em cargos do poder executivo, legislativo e judiciário, a prática da escrita literária, além da cátedra em instituições respeitadas (VIEIRA, C., 2012, p. 19).

Estes homens, reservados as diferentes posições de ideias, problematizaram as políticas públicas provenientes do estado e engajaram-se em projetos políticos e sociais, como os voltados à educação e saúde da população, além de se tornarem, em grande parte, mediadores da conversação entre Estado e sociedade (VIEIRA, C., 2012, p. 8, 9). Além deste ponto em comum, os três jornais apresentam muitas semelhantes físicas, pois exibem, em média, cinco folhas em formato grande. Essas folhas são preenchidas, em geral, por artigos dispostos em estreitas colunas, que iam do cabeçalho até o final da página. As reportagens contemplavam o local, o nacional e o internacional, principalmente quando este estava relacionado aos “grandes eventos” políticos e econômicos. Muitas vezes, encontramos as reportagens e artigos divididos em duas ou mais partes espalhadas pelo jornal, dificultando o acompanhamento do conteúdo. Poucos textos trazem a informação de sua autoria. As propagandas ocupam espaço em quase todas as páginas dos jornais, geralmente anunciando remédios, produtos diversos das lojas da cidade, serviços de médicos e outros profissionais. As imagens são encontradas, basicamente, nas propagandas, utilizadas como estratégia de identificação e venda dos produtos, mas, gradativamente, durante a década de 1920, percebe-se uma maior utilização da fotografia para ilustrar principalmente artigos e notícias. Temas relacionados à saúde, como as doenças que acometiam os moradores de Curitiba, o saneamento urbano, o cuidado com a alimentação das crianças, a higiene do corpo e da casa, os comportamentos considerados saudáveis (especialmente os das mulheres), as novas descobertas e os debates da ciência estão presentes cotidianamente nas páginas desses periódicos.

Mas que pessoas liam os jornais e tomavam contato com as diferentes ideias sobre saúde, que circulavam nos periódicos? A exata configuração do público leitor é difícil saber, uma vez que os jornais não indicavam a tiragem dos exemplares. Porém, levando-se em consideração que grande parte da população não era

alfabetizada¹⁰, os jornais destinavam-se a parcela minoritária de curitibanos letrados, ou seja, aquelas pessoas que tiveram acesso à educação, frequentando escolas ou recebendo instrução no interior da casa, como aconteciam com muitas mulheres. Havia também os letrados que não compravam jornais e os que sabiam ler e não tinham dinheiro para comprá-los¹¹. Mas, isso não significa que o conteúdo dos jornais ficava restrito a pouquíssimas pessoas. Por se caracterizarem como periódicos de produção diária, ao serem descartados para outros usos, como para embrulhar objetos, passavam pelas mãos de diversas pessoas, despertando interesse e sendo lido de diversas maneiras: pelas imagens, pelos comentários de um leitor ou pela leitura em voz alta de um conhecido ou membro da família alfabetizado. Assim, os textos podiam ser aprendidos, compreendidos e manipulados de acordo com as situações de leitura, as aptidões e expectativas dos leitores (CHARTIER, 1990).

Na historiografia brasileira a utilização de periódicos como fontes para estudo das mulheres é ampla. Trabalhos como o de SIGOLO (1998), BERTUCCI (1997), BASSANEZI (1996), CAMPOS (2009), GANZ (1996), FREIRE (2006) são exemplos da utilização da imprensa na construção do conhecimento histórico, a partir de textos de jornais e revistas¹². A utilização atual dos periódicos nos distancia de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada

¹⁰ Não foram encontrados índices sobre a quantidade de analfabetos na população de Curitiba nos anos de 1920. Mas indícios são encontrados nas estatísticas escolares, apresentadas pelo Secretário Geral do Estado do Paraná ao Presidente do Estado. No ano de 1921, por exemplo, o total de matriculados em todas as séries nos Grupos, Escolas Isoladas, Liceus, etc. de Curitiba era de 7331 alunos. O relatório informa que 3858 destes eram analfabetos (1ª série?) e 2117 terminaram o ano alfabetizados (PARANÁ, 1925). Considerando a população estimada para Curitiba, em 1920, 78.986 habitantes (MARTINS, R., 1941, p. 102), e o total de estudantes, em 1921, nas escolas locais, 7331, ou seja, menos de 10% dos moradores da cidade (certamente havia os que estudavam em casa), o número de alunos que terminou o ano sem saber ler e escreve é significativo e um indicativo da quantidade de não alfabetizados na capital do Paraná.

¹¹ Nesse período a moeda brasileira era o real, plural, réis: \$100 (100 réis), 100\$000 (cem mil réis), 100:000\$000 (100 contos de réis). Em Curitiba, em 1920, um número avulso do jornal **Gazeta do Povo** custava \$100, a assinatura semestral, 15\$000, e a anual, 25\$; o avulso do **Diário da Tarde** era vendido por \$100, a assinatura semestral, 15\$000, e a anual custava, 28\$000. Neste ano, o bilhete inteiro da Loteria da Capital federal custava 10\$000, mesmo valor de uma sombrinha. Uma linha para marcar novelo valia \$200 (**Gazeta do Povo**, 10/06/1920, p. 3). Em 1923, primeiro ano de circulação do Jornal **O Dia**, o volume avulso também era vendido por \$100 (os valores semestral e anual não foram divulgados). Em 1923, uma caixa pequena de pó de arroz *Lady* era vendida por \$700, e uma caixa grande por 3\$000 (**Gazeta do Povo**, 26/07/1923, p. 6).

¹² O uso da imprensa como fonte no espaço acadêmico brasileiro aconteceu, efetivamente, a partir da década de 1960, ganhando impulso no decênio 1970-1980, quando apareceu com destaque nos trabalhos sobre o movimento operário nacional. São pioneiros os trabalhos de Néelson Werneck Sodré **A História da imprensa no Brasil** (1966) e de Maria Nazareth Ferreira **A Imprensa operária no Brasil – 1880 -1920** (1978).

com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade, devido ao seu caráter parcial e tendencioso. Sobre este aspecto, Vieira C. esclarece que

[...] a tendenciosidade do veículo, evidentemente não justifica a recusa dessa como fonte de pesquisa, uma vez que não partilhamos da crença de que existem documentos fidedignos, capazes de expressar objetivamente a realidade. Consideramos como ponto de partida que os documentos, as fontes, os vestígios do passado expressam pontos de vista daqueles que o produziram e/ou preservaram (VIEIRA, C., 2007, p. 16).

O uso dos jornais possibilita desvendar um universo sociocultural amplo, contribuindo, assim, de maneira importante para a construção da história da educação, tendo em vista que a educação se realiza por diversas instâncias, não se restringindo ao ambiente escolar ou as publicações específicas destinadas a professores e alunos (CAMPOS, 2009, p. 21).

Imersas nas páginas dos jornais as propagandas também são exploradas, neste estudo, como documentos e como suporte de sentido das práticas sociais. Através de elementos próprios como a linguagem e a imagem, anúncios e propagandas veiculam discursos pretensamente homogeneizadores, que não são desinteressados. Como aponta Padilha,

a análise dos anúncios não permite determinar sua recepção, como foram digeridos ou recriados pelo público, mas nos aproxima dos elementos que lhes foram oferecidos pelo discurso publicitário – entre outros - e que compunham o conjunto de representações, que, como num caleidoscópio, circulavam no espaço urbano.[...] As representações publicitárias integram um repertório de noções abstratas e subjetivas atuantes na constante reordenação das práticas cotidianas concretas e objetivas de seu público (PADILHA, 2001, p. 30).

Os jornais curitibanos **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia** e os anúncios/propagandas veiculados por eles são situados na esfera das representações, conforme as duas definições do termo estabelecidas por Roger Chartier:

[...] as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de recepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem e como as formas de poder político tais como as revelam signos e performances simbólicas, através da imagem [...] (CHARTIER, 1994, p. 108).

Portanto, as representações são entendidas como resultado de discursos, que apreendem e estruturam o mundo e que permitem compreender a relação entre esses e as práticas das pessoas. Para Chartier (1990, p. 17), as representações são sempre determinadas pelos grupos que as forjam, por isso as percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais.

O recorte temporal desta pesquisa são os anos de 1920, por se caracterizarem como um período de grandes mudanças mundiais detonadas, principalmente, a partir do final da Primeira Guerra Mundial que, na área da saúde, serão conjugadas no Brasil por desdobramentos evidentes do movimento sanitarista, com a efetivação de ações governamentais (BERTUCCI, 2007b, p. 146-147), o que teve repercussões no ideal de mulher brasileira, no seu papel como responsável pela família, como primeira educadora da prole sadia física e moralmente. Recuperar aspectos desse processo, em Curitiba, foi o que esta dissertação teve a pretensão de realizar. Assim, busquei resgatar a educação das mulheres, efetivada através de práticas médicas, propostas através dos periódicos curitibanos diários e por meio de representações da imagem feminina de mulher-esposa-mãe, divulgadas por meio de iconografias e textos de propagandas¹³. Essa educação de mães e filhos, realizada por meio de ações filantrópicas capitaneadas por mulheres, também foi analisada. Procurei, também, perceber, mesmo que a partir de relatos pontuais de experiências cotidianas¹⁴, se - e como - essas proposições, que ensinavam as mulheres a cuidar do próprio corpo, de sua família e de sua casa, eram por elas incorporadas (e se foram combinadas com outros saberes sobre o sadio e o enfermo). A partir do final da década de 1920, a questão da saúde, das propostas de tratar as doenças e de combater as enfermidades começaria a ser redirecionada

¹³ Não se pretende, neste trabalho, entrar na discussão sobre a diversificação da indústria médica e alimentícia responsáveis, direta ou indiretamente, pelas propagandas difundidas nos periódicos curitibanos, mas apreender a mensagem educativa contida nos anúncios.

¹⁴ Segundo Thompson, é na e pela experiência que os sujeitos se constituem, sejam estes sujeitos, indivíduos ou classes sociais. Esclarece que a experiência não se reduz às práticas autônomas dos indivíduos em relações sociais de produção de tempo. É a partir de um conjunto de valores culturais que essas práticas são vividas. Embora haja determinação na análise de Thompson, esta só é compreensível através da ação-experiência-consciência de homens e mulheres concretos. Toda ação humana não acontece num vazio, mas num contexto cultural denso, conflituoso, e os condicionamentos, mais do que determinar, “impõe limites, estabelece condições para ação sempre criativa dos homens e mulheres na História (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 48). No entrelaçamento entre a experiência e a cultura está, para Thompson, uma das grandes virtudes do seu próprio trabalho, pois “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito dos pensamentos e dos procedimentos [...]. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p.189).

com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, no ano de 1930 (um ideal sanitário enfim realizado). Educar a mulher, e educar com a mulher, continuaria a ser de importância fundamental para o futuro da nação sã, mas os tempos eram outros e os meios oficiais para realizar esta educação começavam a se delinear de forma mais ampla¹⁵.

Como escreveu Perrot (2007), as mulheres foram contadas, durante séculos, por vozes masculinas, através da literatura, da produção do conhecimento jurídico, do conhecimento científico. Na imprensa curitibana, dos anos de 1920, que foi analisada, a mulher também apareceu, majoritariamente, através do discurso masculino, dos integrantes que produziram os jornais, representadas por homens que escreveram as notícias e reportagens ou anunciaram produtos. Quando as vemos falar, as palavras partem quase exclusivamente de espaços direcionados, como os temas de puericultura, as obras de caridade, os concursos de beleza e as homenagens às “damas da sociedade” ou “damas da caridade”¹⁶ curitibanas, que participavam de atividades filantrópicas. Mas foram através destas falas femininas e das próprias palavras dos homens que se procurou perceber as experiências, mesmo que pontuais, das mulheres. Para isso, se fez necessário buscar pistas, indícios, sinais¹⁷ que permitissem captar nos textos e propagandas as propostas efetuadas, ou não, (em parte ou totalmente), direcionadas para a saúde da mulher-esposa-mãe que, com suas ações, concorria decisivamente para a saúde da família.

A dissertação apresenta-se dividida em três capítulos. No capítulo inicial, “A mulher saudável e a saúde da família na Curitiba dos anos 1920”, abordo como os textos e propagandas dos jornais **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia** explicitavam como a principal função social da mulher a responsabilidade pela saúde de seu corpo e de seus filhos, através da difusão de práticas de comportamentos considerados sãos, inclusive da higiene do lar, que manteria a família protegida da

¹⁵ Essas mudanças ganharam ênfase a partir da gestão Gustavo Capanema no Ministério. No início dos anos 1940 os Serviços Nacionais de Saúde, entre eles os de educação sanitária, incrementaram essas transformações (HOCHMAN, 2006).

¹⁶ Os jornais pesquisados se referiam às mulheres que atuavam em instituições filantrópicas, em geral, como “damas da sociedade” ou “damas da caridade”. Sendo assim, este estudo se utiliza destas denominações para referenciá-las.

¹⁷ Ginzburg denomina de paradigma indiciário esta investigação que se traduz em "um saber de tipo venatório", caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal que possa se traduzir numa sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser "alguém passou por aqui" (GINZBURG, 2009, p. 143-180).

contaminação dos “micróbios”, causadores de doenças (higiene doméstica também vinculada à salubridade urbana). No contexto dos anos de 1920, em meio às mudanças de comportamento que emergiam depois da Primeira Guerra Mundial, os periódicos curitibanos exploraram a imagem da mulher em transformação, que ampliava seu espaço de atuação social, imagem muitas vezes combinada com o ideal feminino, que valorizava o comportamento da mulher-esposa-mãe (o que incluía controle da sexualidade e manutenção do casamento), considerado fundamental à preservação da família e chancelado pela medicina. Responsável pela saúde da família, notadamente dos filhos, a mulher “moderna”, dos anos de 1920, associaria beleza física, higiene e saúde, a um ideal de aperfeiçoamento da raça que anunciantes de diferentes produtos e textos jornalísticos ‘vendiam’ cotidianamente.

O segundo capítulo, intitulado “Mãe educada, filhos sadios”, discute a importância da educação para a saúde das mães, para criação adequada das crianças, dentro dos saberes da ciência, em especial, da higiene e da puericultura. Partindo da análise de artigos, notícias, coluna de aconselhamento às mães e propagandas de remédios e gêneros alimentícios, publicados nos periódicos diários de Curitiba, refleti sobre os discursos educacionais dirigidos a mulher-mãe na década de 1920. Embora a maternidade fosse à função feminina mais enaltecida pelos médicos e outros atores sociais, pois as crianças eram vistas como o futuro da nação, a aptidão da mulher para esta difícil tarefa era, muitas vezes, questionada. A mãe era, ao mesmo tempo, responsável tanto pela saúde quanto pela doença dos filhos, dependendo dos cuidados que dispensava a eles. Para as mulheres consideradas desleixadas, ignorantes e/ou apegadas às práticas populares de cura, se fazia necessário à intervenção através da educação para a saúde, a fim de que mudassem suas práticas com relação aos cuidados cotidianos dos pequenos. As que assimilavam os conselhos dos doutores com relação aos cuidados com a saúde, especialmente na gestação, parto e puerpério (destaque para a puericultura) e/ou “compravam” as recomendações transmitidas pelas propagandas, tornavam-se parceiras dos médicos, principalmente ao divulgarem às outras mulheres o saber aprendido. Porém, como se percebeu, algumas mulheres combinavam/reelaboravam a terapêutica científica com as práticas populares, transmitidas de geração em geração.

No terceiro capítulo, “Propagandeando a ação feminina a serviço da saúde da mulher e de seus filhos”, analiso ações relacionadas à saúde de mães e de filhos, realizadas por mulheres reunidas em associações que eram, repetidamente, divulgadas em textos da imprensa, entendendo esses textos como propagandas não-comerciais, como propagandas sociais ou institucionais¹⁸, que concorriam não só para a divulgação destas associações (e destaque social de seus membros), mas para educar as curitibanas, através da divulgação que realizavam, direta e indiretamente, da prática médico-científica. Alvo privilegiado da educação médica, a mulher também colaborou com os doutores na educação para a saúde de mães e filhos. Na propaganda realizada pelos jornais houve destaque para três associações filantrópicas: Associação de Assistência à Maternidade e a Infância, Grêmio das Violetas e Cruz Vermelha Paranaense (também composta por homens), nas quais as ações de mulheres, em geral pertencentes às camadas mais privilegiadas econômica e socialmente da capital paranaense, eram destaques nos jornais quando o tema eram as atividades de promoção à saúde de mulheres e crianças, especialmente as mais pobres. Para melhor desenvolvimento da análise, cada organização filantrópica foi abordada num subtítulo diferenciado: o primeiro versa sobre a Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância que tem suas atividades iniciadas, provavelmente, no mesmo período da fundação da Maternidade do Paraná, em 1914. Destacou-se neste, a ação das mulheres pertencentes a “Associação de Damas”, como era, eventualmente, chamado na imprensa curitibana, o grupo que se dedicava à manutenção da Maternidade do Paraná e à construção da sede definitiva da instituição, que foi inaugurada em 1930. O segundo subitem explana, de forma sucinta, a trajetória do Grêmio das Violetas nos primeiros anos de sua organização, cujas atividades eram direcionadas a realização de eventos artísticos e culturais destinados ao lazer da elite curitibana, até, pouco a pouco, envolver-se com ações filantrópicas, como a criação da Cruz Vermelha Paranaense. A Cruz Vermelha Paranaense é objeto de análise do terceiro

¹⁸ Os textos veiculados pelos jornais diários que divulgavam notícias, balancetes, reuniões, atividades socioculturais, entre outras ações das entidades filantrópicas são tratados, neste capítulo, como propagandas não-comerciais, denominadas também de propaganda social ou institucional. Esse tipo de propaganda é uma forma de publicidade que não se refere ao produto em si, mas a instituição, associação, que visa à disseminação de ideias e a divulgação de informações, procurando sensibilizar a opinião pública para questões sociais, culturais e cívicas. É utilizada para criar no público um estado de confiança na instituição (agremiação, associação, etc.), o qual se refletirá, no futuro, em suporte e apoio da população aos empreendimentos desta entidade (SANDMAN, 2007; PINHO, 1990; MARCONDES, 2001; GRACIOSOS, 1995).

subtítulo. A filial da Cruz Vermelha Brasileira, fundada em 1917, é propagandeada pela imprensa da cidade pelas ações, especialmente das mulheres pertencentes à instituição, relacionadas à educação para a saúde das mães e de seus filhos, através dos serviços oferecidos pelo Instituto de Higiene Infantil e seu Dispensário, pela Escola de Puericultura e, a partir de 1929, pelo Hospital de Crianças (que seria oficialmente inaugurado no ano seguinte).

CAPÍTULO 1

A MULHER SAUDÁVEL E A SAÚDE DA FAMÍLIA NA CURITIBA DOS ANOS 1920

Aonde está a felicidade das senhoras?
Em possuírem dois jardins ligados entre si: o do amor dentro da casa: o das Flôres no quintal. O primeiro symboliza a Felicidade, idolatria pelos filhos e esposo, e a SAUDE. Faltando esta, tudo se transforma em sonho e martyrio. Como, pois, garantir a posse de tão precioso Bem? [...]
Diário da Tarde, Curitiba, 14/18/1920, p.3.



Pó de arroz Mendel
Fonte: **Gazeta do Povo**, 28/12/1920, p. 3

Gozar de boa saúde, nos anos de 1920, representava para a mulher curitibana a força necessária para cumprir sua missão social de boa mãe, esposa dedicada, dona de casa exemplar, defensora da moral e dos bons costumes, responsável pela formação da raça, atenta e vigilante com relação à saúde da família. Essa imagem, “como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa” (MALUF; MOTT, 2001, p. 374). Desde o século XVIII, na Europa, a família mononuclear adquiriu um *status* importante, enquanto célula de base da sociedade moderna. No Brasil ela ganhou destaque na segunda metade do século XIX, em oposição ao modelo de família patriarcal¹⁹, que trazia consigo a imagem de um país marcado pela escravidão, atraso econômico e ignorância do povo. É sob os anseios de construção de uma sociedade, dentro dos ideais de progresso e civilização, que a família nuclear burguesa se ergueu como principal símbolo das novas relações políticas e sociais. É no interior desta instituição que o papel da mulher se constituiu como peça fundamental para a consolidação da nova ordem republicana. Esse modelo familiar e de mulher, enquanto geratriz e mantenedora do lar, não ficou restrito somente aos mais ricos da sociedade, mas foi, paulatinamente, sendo apropriado – e reordenado - por diferentes grupos sociais (BERTUCCI, 1997; ARÌES, 1981; COSTA, 1979; RAGO, M., 1985; D’INÇÃO, 1989). Bertucci (1997, p. 156-157), em estudo realizado na imprensa operária de São Paulo, constatou que esse modelo de família - e de mulher - havia sido incorporado nos discursos de militantes, demonstrando o compartilhamento de ideias e reorganização de experiências relacionadas, principalmente, com a constituição de uma prole física e moralmente sadia, sob responsabilidade da mulher-mãe.

Na Curitiba das primeiras décadas do século XX, a atenção de grande parte de médicos, engenheiros, escritores, educadores voltava-se para questões ligadas ao saneamento e urbanização da cidade, controle das doenças e educação sanitária da população, especialmente da mulher, responsável pelo cuidado dos integrantes

¹⁹ A família patriarcal constituía-se como grupo hierarquicamente organizado, formado pelo patriarca, sua mulher, concubinas e vasta rede de parentescos mantidos por laços de sangue e/ou compadrio, num complexo sistema de obrigações e lealdades, segundo uma relação de dominação – branco, homem, adulto. Esse modelo de família predominou no período colonial brasileiro, mas isso não significa que não houve diferentes tipos de famílias durante esse período, principalmente dirigidas por mulheres, entre as camadas menos privilegiadas da população. Confira: FUKUI, 1986, p. 70.

da família e higiene da casa²⁰. Porém, a saúde da mulher e da família não dependia apenas de ações individuais, mas também da ação do poder público no espaço da cidade.

Desde o início do século, com o crescimento do número de habitantes e a diversificação das atividades econômicas em Curitiba, multiplicavam-se as ações relacionadas ao saneamento da cidade, bem como intervenções nas práticas e costumes da população. As preocupações dos médicos e de autoridades governamentais com a salubridade e a higiene resultavam em tentativas de normatização de procedimentos cotidianos das pessoas, a fim de tentar prevenir e combater as diversas doenças e epidemias que, muitas vezes, vitimavam os moradores da capital. Higienizar significava manter o corpo, as roupas e a casa limpos. Sanear implicava em drenar pântanos, limpar e alargar ruas, realizar o calçamento de vias públicas, retificar o curso dos rios, além de implantar um sistema de água e esgoto. Além disso, caso fosse necessário, ainda era preciso vacinar as pessoas, realizar intervenção nos locais considerados focos de enfermidades (casas insalubres, cemitérios, fabricas, estabelecimentos comerciais, etc.), isolar doentes e decretar quarentena (DE BONI, 1985, p. 121). Ações diversificadas, que ocupavam autoridades locais e estaduais, afetavam o cotidiano da população e eram repetidamente abordadas pelos jornais curitibanos desde o início do Novecentos.

O objetivo de transformar a capital em uma cidade saudável e seus moradores fortes e sadios inseria-se em um conjunto de propostas maiores, constituídas, notadamente, com o advento da ordem republicana; um conjunto de ações relacionadas com a saúde pública, as quais representavam um caminho para a construção da nacionalidade. Conforme observou Mota,

A ação saneadora esperava criar a possibilidade de rever o tema da formação dos brasileiros e todas as ambiguidades que cercavam essa discussão. A observação pormenorizada dos níveis de educação, das condições de saúde e moradia, dos costumes e das manifestações culturais levaria ao suposto conhecimento empírico desse povo. Eis por que os médicos da época aceitariam a missão de restaurar a sociedade avariada: só eles poderiam desvendar – e combater – as causas que tornavam o progresso nacional incerto (MOTA, 2003, p. 20).

²⁰ Nesse período, a higiene era entendida como uma ciência independente, por contribuir para o desenvolvimento de várias áreas, como lembra André Mota. Eram três as partes da higiene: a higiene do meio (salubridade), a higiene individual e a higiene coletiva (MOTA, 2003, p. 43; BERTUCCI, 2011, p. 2).

Nos anos de 1920 os jornais curitibanos, mesmo lembrando que algumas ações sanitárias já eram implementadas em Curitiba, repetidamente denunciavam como insatisfatórias as condições da salubridade urbana. Várias dessas denúncias eram alardeadas pelos jornais, destacando-se aquelas enviadas a esse meio de comunicação impresso por seus leitores, as quais eram, por vezes, combinadas com cobranças de providências governamentais de autoria dos articulistas dos periódicos. Em 1920, textos do jornal **Gazeta do Povo** afirmavam:

Um nosso leitor, tendo sede, foi a torneira e encheu um copo de água. No fundo do copo jazia uma imunda lesma, a inspirar nojo. Desistiu nosso amigo de ingerir aquela água [...]. Não será de admirar que com a água qualquer dia saiam das torneiras cobras e lagartos mortos. Não sabemos mais qual é a função do governo em nossa terra, pois cobrar impostos e perseguir funcionários não justificam sua existência [...] (**Gazeta do Povo**, 08/01/1920, p. 2).

Chegam-nos constantes reclamações sobre a água das torneiras, onde não raro se encontram imundícies [...]. Essa água provoca náuseas mesmo aos estômagos mais fortes (**Gazeta do Povo**, 09/03/1920, p. 1).

As respectivas denúncias também permitem perceber como pessoas (fossem articulistas dos jornais ou moradores da cidade) eram constantemente ensinadas e repetidamente cobradas para que tivessem um comportamento higiênico. Estas foram incorporando procedimentos relacionados à saúde e higiene (“desistiu nosso amigo de ingerir aquela água”), que no cotidiano demonstravam serem benéficos, tais como a pureza da água (sem “imundícies”).

Coincidentemente, ou não, no dia 10 de março de 1920, o qual se seguiu ao da publicação do segundo artigo transcrito, a **Gazeta do Povo** publicou a notícia que o Presidente do Estado, doutor Munhoz da Rocha (1920-1928), “convidou o sr. dr. Saturnino de Brito para vir estudar, dar parecer e remodelar a rede de exgottos, bem como o serviço de abastecimento de água à capital” (**Gazeta do Povo**, 10/03/1920, p.2). O artigo elogiava a ação do governo pela iniciativa e informava que o renomado engenheiro²¹, que havia saneado as cidades de Santos e Recife, aceitou o convite²².

²¹ Saturnino de Brito formou-se pela escola Politécnica de Engenharia do Rio de Janeiro em 1886. Foi um dos mais importantes engenheiros sanitaristas do Brasil. Sua atuação profissional percorreu 53 cidades brasileiras, onde pôde expor suas ideias e, principalmente, aplicá-las na área de saneamento e embelezamento urbano (TRINDADE, 2000, p. 235).

²² A instalação da rede de água e esgoto em Curitiba foi iniciada em 1907 com o contrato pelo governo do Estado com a Empresa Paulista de Melhoramentos do Paraná. Porém, devido à

O jornal diário, ainda que “marcado por relativa liberdade de opinião” (VIEIRA, C., 2012), caracterizava-se como um agente mediador entre o poder público e a sociedade. Através dele podemos perceber facetas de ambas as vozes: a da população, que se manifestava com reclamações, queixas, opiniões sobre a ação das autoridades responsáveis pela saúde pública e a voz destes, que prestavam contas dos trabalhos que realizavam e utilizavam o espaço dos jornais para as campanhas educativas, relacionadas à saúde dos curitibanos.

E, além da água, a grande quantidade de lixo acumulado nas ruas, servindo de foco de ratos, de baratas e de moscas, animais identificados com a transmissão de doenças, também era preocupação de moradores da cidade. Segundo artigo da **Gazeta do Povo**, de fevereiro de 1920:

Raro é o dia que não nos chega aos ouvidos, abertos sempre à voz dos que precisam de defesa e de justiça, reclamações ou queixas verberando o estado lastimável de uma rua, ou clamando contra o perigo de um foco de imundícies [...]. Os serviços diários, contínuos, como o de limpeza da cidade, ressentem-se de longos intervalos, são feitos irregulamente, sem ordem nem continuação. Graças sejam dadas a Deus se esse grande milagre se cumprir: ao menos gozaremos limpeza por algum tempo... (**Gazeta do Povo**, 13/02/1920, p. 2).

Menos de um mês depois, no mesmo periódico, um artigo informava que, devido às reclamações “do povo” e de uma comissão de médicos que o havia procurado, o Presidente do Estado “(...) vae mandar limpar a cidade, acabando com o deposito de lixos nas ruas, porões e quintaes” (**Gazeta do Povo** 02/03/1920, p. 4). Se o trabalho foi realmente efetivado, conforme a maneira anunciada, não foi possível saber.

Mas não eram somente as autoridades que estavam no centro das reclamações dos leitores dos jornais ou de seus articulistas. Alguns curitibanos eram denunciados pelos próprios vizinhos por não seguir as orientações da Diretoria Geral

inadequação das obras e a constantes reparos na tubulação, as necessidades da população, com relação a estes serviços, não eram atendidas a contento. No decênio seguinte, em 1917, a rede de abastecimento de água, contaminada com esgoto, serviu de proliferação para o bacilo que provoca a febre tifoide, contaminando muitos curitibanos e deixando um saldo de 120 mortos, o que demonstrou a fragilidade das ações voltadas ao saneamento na cidade. Somente em 1920, com a vinda do sanitarista Saturnino de Brito, houve uma reforma mais definitiva no sistema de abastecimento de água e captação de esgoto (VOITECHEN, 2010, p. 151-153).

dos Serviços Sanitários do Estado²³, o que poderia colocar a saúde de toda a comunidade em risco. Foi o caso de um espanhol que morava na Rua Alferes Poli, esquina com a Rua Sete de Setembro, e criava porcos no quintal. Segundo o jornal **Gazeta do Povo** de fevereiro 1920: “O chiqueiro onde os porcos estão engordando é imundo, quando o sol está quente exhala um mau cheiro insupportavel [...].” O redator da matéria, ao fazer apelo ao prefeito da capital, João Moreira Garcez,²⁴ com relação à fiscalização do local, lembrava os autores da denúncia: “Esperamos que o sr. Prefeito tome em consideração esta denuncia que nos foi trazida por pessoas residentes na circunvizinhança do chiqueiro.” (**Gazeta do Povo**, 26/01/1920, p. 2). As práticas sanitárias ganhavam adeptos e estes indivíduos, muitas vezes, se chocavam com pessoas com outros costumes. Para alguns moradores de Curitiba já era insuportável o odor exalado pelos chiqueiros urbanos e as consequências nefastas para a saúde que o cheiro poderia indicar, tais como proliferação de moscas²⁵. Seria diferente se fossem regularmente limpos e/ou estivessem longe do perímetro urbano? Provavelmente sim²⁶.

Mas, na cidade que crescia de forma acelerada, as epidemias é que representavam o grande perigo, e eram associadas, de maneira recorrente, com a falta de higiene pessoal e aos problemas de saneamento local. A população da capital pulou de 49.745 moradores, em 1900, para 60.800 pessoas, em 1910, e

²³ A Diretoria Geral dos Serviços Sanitários do Estado foi criada em abril de 1918, em substituição e modernização da Inspetoria Geral da Higiene que, desde sua inauguração, em 1892, era encarregada de todas as medidas relacionadas à salubridade e saúde, entre eles: fiscalização da água consumida pelas pessoas, dos serviços de esgoto e das cloacas, além dos açougues, mercados, casas de quitandas, padarias, confeitarias, armazéns e fábricas e locais de venda de bebidas e água mineral. Essa atenção relacionada à saúde pública deveria se estender à construção de casas, inspeção de “casas de saúde” (locais particulares de consulta e internação), cemitérios, maternidades e dos mais pobres (BERTUCCI, 2011, p. 2). As repercussões das campanhas desenvolvidas a nível federal por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, incentivadas pelas obras saneadoras de Rodrigues Alves no Rio de Janeiro, influenciaram na implantação da nova Diretoria Geral dos Serviços Sanitários do Estado. Esta foi constituída de três seções: a primeira tinha seu encargo os Serviços Administrativos, a Estatística Demográfica Sanitária e a Inspeção Sanitária. A segunda, as investigações e as providências referentes ao estado sanitário em geral e aos Serviços Vacinogênicos e Soroterápicos. A terceira se encarregava da Profilaxia em Geral (Hospital de Isolamento, Desinfetório e Laboratório de Análises Químicas, Bromatológicas e Bacteriológicas) (FERNANDES JUNIOR, 1987, p. 11-17).

²⁴ João Moreira Garcez nasceu em Curitiba, em 17 de março de 1885. Formou-se em engenharia civil no Rio de Janeiro, em 1912, mesmo ano que fixou residência na capital paranaense. Esteve à frente da prefeitura durante toda gestão de Caetano Munhoz da Rocha.

²⁵ A combinação existente entre materiais em decomposição, imundícies e mau cheiro, era associada com a propagação de enfermidades, uma herança da teoria miasmática arraigada socialmente, que ganhou novos significados ao ser combinada pelos doutores com ações relacionadas aos princípios bacteriológicos e aos diagnósticos das doenças e suas formas de propagação. Veja: BERTUCCI, 2004, p. 42-68; CORBIN, 1987.

²⁶ Sobre as múltiplas facetas que a apropriação de práticas higiênicas e sanitárias desencadeia na população e revela sobre as pessoas. Confira: BERTUCCI; BARBOSA, 2008.

78.986 habitantes, em 1920 (MARTINS, R., 1941, p. 102; DE BONI, 1985, p. 11; TRINDADE, 1996, p. 20). Segundo os censos, dos 78.986 habitantes de Curitiba, no início da década de 1920, 11.612 eram imigrantes de várias nacionalidades, principalmente poloneses, ucranianos, alemães e italianos (no total de 685.711 habitantes do Paraná, 62.753 eram imigrantes e mais da metade vivia na região da capital) (MARTINS, R., 1941, p. 55, 98 e 100-101). O respectivo crescimento que impactava diretamente nas questões relacionadas à salubridade de Curitiba e a saúde de seus moradores.

Os imigrantes, saudados como elementos impulsionadores do desenvolvimento da região, ao aportarem na capital e seus arredores, a partir da década de 1870, representavam, no entanto, no início do século XX, a grande parcela dos moradores locais, com visíveis dificuldades de sobrevivência e de moradia numa economia eminentemente agrícola, baseada principalmente na exportação de erva-mate e madeira, que passava por crises periódicas (PEREIRA, 1996; QUELUZ, 2000, p. 33-38)²⁷. Mesmo considerando o paulatino aumento do número de fábricas e oficinas na capital, o desemprego e a carestia agravavam as precárias condições de moradia, alimentação e higiene das pessoas, facilitando a propagação de enfermidades, notadamente as sempre temidas epidemias (STERN, 2003).

No Brasil, a grande imigração da segunda metade do século XIX foi associada ao processo de transformações socioeconômicas, que resultou no fim da escravidão negra e na necessidade de mão-de-obra para as fazendas e para o crescente número de fábricas e oficinas nacionais. As discussões sobre imigração foram associadas, desde o final do Oitocentos, aos debates sobre a importância do branqueamento do país neste contexto em que muitos avaliavam as possibilidades, ou não, do desenvolvimento nacional. Estas ideias tiveram desdobramentos variados: o jurista Silvio Romero, por exemplo, percebia no mestiço o branco em formação, enquanto o escritor Euclides da Cunha identificava o sertanejo da região de Canudos como um mestiço singular (mistura de bandeirante e índio), que se não tivesse sido abandonado à própria sorte pelo governo brasileiro, poderia ter sido

²⁷ A preocupação de muitos da elite do país, no final do século XIX, era superar o atraso e modernizar o país. Um Brasil moderno significava, necessariamente, um Brasil europeizado. Só a imigração estrangeira, estritamente branca e européia, poderia limpar os brasileiros do passado escravocrata e dos efeitos perniciosos da miscigenação. “O sangue novo – “sangue bom” – permitiria ao brasileiro redimir-se e purificar-se da contaminação de raças supostamente inferiores.” Confira: SANTOS, 1985, p. 193-210.

grande, mas não foi.²⁸ Entretanto, a partir do século XX (mesmo não excluindo os supostos benefícios da imigração/miscigenação branca), com a difusão cada vez maior da medicina experimental, a possibilidade de recuperação do brasileiro, que estava “abandonado” por todo o país (ignorante e doente sobrevivia em péssimas condições higiênicas e de salubridade), daria novos rumos aos debates e propostas de ação para a constituição do povo brasileiro e, assim, da nação — apenas os imigrantes não bastavam (LIMA; HOCHMAN, 1996). A partir de meados da década de 1910, a divulgação acadêmica da eugenia e, principalmente, a difusão da tese eugênica que enfatizava a denominada “eugenia positiva”²⁹, a qual se baseava na “educação higiênica e na propaganda dos princípios de eugenia e da hereditariedade”, possibilitou uma combinação da medicina experimental com estas propostas para a regeneração da população, que resultaria em propostas de ações médico-governamentais com o objetivo de resgatar o brasileiro da triste realidade em que vivia (MOTA, 2003, p. 44). Recebe destaque, neste contexto, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, organizada e dirigida por Belisário Penna, em 1918, marco do movimento sanitarista nacional (no mesmo ano foi organizada a Sociedade Eugênica de São Paulo, com a preocupação com o fortalecimento físico e moral do povo brasileiro (STEPAN, 2004, p. 340-341)³⁰, cujos ideais, tendo como marco a criação, em 1920, do Departamento Nacional de Saúde, adentraram os anos seguintes. Desta forma, os males do Brasil foram associados à doença e falta de educação do povo. Saúde e educação sanitária eram vistas como elementos imprescindíveis para a construção da nação próspera que se desejava (MARQUES, 1994).

Em Curitiba, nesse período, assim como em diversas outras cidades brasileiras, as campanhas educativas contra as doenças, encabeçadas por autoridades médico-governamentais eram tema constantes de notícias, artigos e

²⁸ Confira: SCHWARCZ, 1998, p. 47-65.

²⁹ Ao contrário do modelo de racismo científico (eugenia denominada restritiva ou negativa, que defendia medidas como a regulamentação do casamento, a segregação e a esterilização de pessoas “indesejadas”), a qual se desenvolveu nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, a eugenia no Brasil se caracterizou de maneira predominante por um discurso mais social do que biológico (eugenia denominada positiva ou construtiva). A preocupação da maioria dos eugenistas nacionais versava sobre regenerar a população, a partir das reformas no ambiente social: saneamento, combate à doença, ampliação do cuidado materno-infantil, difusão da educação higiênica e sexual (SOUZA, V., 2008, p. 214; STEPAN, 2005).

³⁰ A sociedade trazia, na sua composição, nomes importantes, como o sanitarista, Belisário Penna; o microbiologista, Arthur Neiva; o diretor da Escola de Medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, bacteriologista; Vital Brasil; o médico Luiz Pereira Barreto; e o professor, Fernando de Azevedo, entre outros (STEPAN, 2004, p. 340).

propagandas de jornais. Depois de Curitiba ser assolada por duas grandes epidemias no final dos anos de 1910, febre tifoide (1917) e gripe espanhola (1918), o temor no início da década seguinte ficaria a cargo da peste bubônica, que em vários anos anteriores já havia espalhado terror pelo Paraná e outros estados brasileiros (BERTUCCI, 2011, p. 5). A recomendação da Diretoria Geral dos Serviços Sanitários era “promover guerra de morte aos ratos”, maneira mais eficaz de combate à doença transmitida pela pulga desses roedores (**Gazeta do Povo**, 17/01/1920, p. 2). A respectiva recomendação perdurou por vários anos, mesmo quando o risco de epidemia não existia. A mesma consistia em uma medida profilática, não só contra a peste, mas uma forma de evitar outras doenças transmitidas pelos ratos, como o tifo murino, a raiva, a leptospirose, a hantavirose. Muitos foram os comerciantes que aproveitaram essa verdadeira campanha sanitária para aumentar a venda de seus produtos, entre eles os vendedores da pasta raticida Zelio, da Bayer (Figura 1).



Figura 1 - Ameaçados pelos ratos
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 02/04/1928, p.1

O combate aos ratos estava em sintonia com a preconizada higiene doméstica que, em conjunto com a higiene pessoal, era uma prática diária necessária, pois a salubridade do ambiente era uma forma de prevenir as doenças. Responsável pela manutenção da limpeza da casa, a mulher é quem deveria garantir sua saúde e, por extensão, a saúde de seus familiares, cuidando e higienizando o lar e, assim, fazendo deste uma unidade básica da nação desejada. Segundo Rago, M. “a casa é considerada o lugar privilegiado onde se formam o caráter das crianças, onde se adquire os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho para o país [...]” (RAGO, M., 1985, p. 80).

Nos anos de 1920 foram muitas as propagandas nos jornais curitibanos que, para vender seus produtos, difundiam ideias sobre saúde e doença, além de incentivavam novas práticas no cuidado do lar. Anúncios de desinfetantes eram unânimes ao argumentarem o porquê do grande valor do uso deste tipo de produto na limpeza da casa: “indispensável o uso do Creol, a fim de exterminar-se os insetos e os micróbios que são os conductos de tantas enfermidades” (Figura 2); Creo-Fhenol “é o único meio de precaver-se contra o perigo dos micróbios” (Figura 3) e Cruzwaldina “asseio e higiene não se distinguem somente pela limpeza aparente, senão pela ausência completa dos germes invisíveis, portadoras das molestias contagiosas, cuja eliminação depende de uma perfeita desinfecção”. A propaganda deste último não trazia nenhum recurso visual, mas fazia uma associação do seu produto com o nome do renomado médico, bacteriologista e sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz, e informava que o produto havia sido examinado pelo Instituto Butantã, em São Paulo, considerado por este “superior aos demais productos offerecidos para as desinfecções do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo”, procurando evidenciar a credibilidade do desinfetante em detrimento dos outros anunciados: Creo-Fhenol, Creol. As três propagandas de desinfetantes utilizaram um recurso comum a outros anúncios publicados em jornais de diferentes cidades no período, que acabavam contribuindo para a popularização de termos científicos, como micróbios e bactérias (mesmo nada explicando efetivamente sobre o que eram), e assim concorriam para divulgação da ciência médica, de maneira pontual e cotidiana (BERTUCCI, 2004, p. 68-71, 336-338).

CREOL, CREOL, CREOL

Producto genuinamente brasileiro

O CREOL é o melhor desinfectante que existe e o seu extraordinario consumo é o melhor attestado de sua incomparavel qualidade.

Em todas as casas de familia é indispensavel o uso diario do CREOL, afim de exterminar-se os insectos e microbios, que são conductos de tantas enfermidades.

Comparado com similares de *baixa qualidade*, á primeira vista, o CREOL parece mais caro, porém é necessario ter-se presente que enquanto os similares applicam-se a 6 e 8 .l., o CREOL applica-se na proporção de 1 .l., sobre a agua, sendo logicamente, o CREOL o mais BARATO que os similares que custam menos.

Desconfie-se, pois, de todo o commerciante que, por ambição de maior lucro, substituir o CREOL por uma droga qualquer «dizendo que é a mesma coisa.»

Exijam no rotulo sempre a palavra CREOL, dentro duma faixa e a *Cruz vermelha*, forma distinctiva da sua marca registrada.

Figura 2 - Creol, Creol, Creol
Fonte: **Gazeta do Povo**, 12/24/1920, p. 4

ao menos aos Sabbados!

Ao menos uma vez por semana deverá V. S. empregar o Creo-Phenol para as desinfecções de sua casa.

E' o unico meio de precaver-se contra o perigo dos microbios.

A fabrica do Creo-Phenol autoriza aos seus revendedores a vender esse artigo com a maxima garantia de qualidade.

Escrevam pedindo amostras a

L. CAMPOS LEITE
CAIXA POSTAL 933
SÃO PAULO

Creo-Phenol

Figura 3 - Creo-phenol
Fonte: **Gazeta do Povo**, 02/04/1928, p. 3

Alvo privilegiado de anúncios de produtos que poderiam concorrer para a limpeza (e saúde) do lar, as mulheres também foram alvos de propagandas de produtos que amenizariam possíveis consequências de suas atividades domésticas, como a da Cafiaspirina da Bayer (Figura 4). A propaganda difundia como resultado indireto (certamente não planejado), o questionamento da ideia predominante na época, segundo a qual o trabalho no lar era uma atividade feminina por excelência, porque compatível com a suposta natureza frágil e delicada da mulher.

As fadigas dos Trabalhos domésticos causam, muitas vezes, dores de cabeça, das costas e abatimento geral. Cafiaspirina depressa annulla as consequências do "surmenage", e restitue ao organismo o seu estado de saúde normal. Mesmo o organismo mais delicado pode tomar esse excellent preparado BAYER por ser elle absolutamente inoffensivo.

A CAFIASPIRINA é recommendada contra dores de cabeça, dentes, ouvidos, dores nevrálgicas e reumáticas, resfriados, consequências de noites passadas em claro, excessos alcoólicos, etc.



As fadigas dos

trabalhos domesticos causam, muitas vezes, dores de cabeça, das costas e abatimento geral.

Cafiaspirina

depressa annulla as consequencias do "surmenage", e restitue ao organismo o seu estado de saude normal.

Mesmo o organismo mais delicado pode tomar esse excelente preparado BAYER por ser elle absolutamente inoffensivo.

A CAFIASPIRINA é recommendada contra dores de cabeça, dentes, ouvidos, dores neuralgicas e rheumaticas, resfriados, consequencias de noites passadas em claro, excessos alcoolicos, etc.



Figura 4 - Cafiaspirina
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 09 /07/1928, p. 4

A iconografia da propaganda do medicamento Cafiaspirina, da Bayer³¹, mostra uma mulher em um de seus afazeres domésticos: passando roupa. Seu semblante apresenta-se com ares cansados e sua mão, levada à cabeça, demonstra que ela está com dor em consequência do "surmenage" (excesso de trabalho). O

³¹ O alemão Friedrich Bayer não era farmacêutico e nem químico. Seu negócio era manipular tons e comercializar cores. Foi assim que, em 1863, abriu uma pequena fábrica de corantes artificiais, no vale do rio Wupper, no oeste da Alemanha. Porém, foi em 1897, após o falecimento de ambos – e com a companhia já transformada em sociedade anônima – que Felix Hoffmann, funcionário da Bayer, fez a indústria entrar de vez para a história. Químico do departamento de fármacos, ele procurava uma fórmula que pudesse ajudar seu pai, portador de reumatismo crônico, a suportar melhor o tratamento à base de ácido salicílico, que causava problemas estomacais e um desagradável gosto na boca. Com a ajuda do professor Heinrich Dreser, o químico conseguiu sintetizar um composto capaz de dar mais cores e menos dores à humanidade: o ácido acetilsalicílico. O sucesso foi imediato, mas a *Aspirina* tinha uma desvantagem: era comercializada em pó e pouco solúvel na água. Para tornar o produto ainda mais atraente a Bayer inovou mais uma vez, criando os primeiros tabletes de medicamentos da história, dando origem ao comprimido. Em 1911, a Frederico Bayer & Cia abriu suas portas no Rio de Janeiro e passou a responder por toda a distribuição de produtos no país: *Aspirina* e *Cafiaspirina*. O mesmo escritório era responsável, também, pela propaganda da marca. Foi na Semana de Arte Moderna, em 1922, que o poeta Bastos Tigre criou o famoso *Se é Bayer, é bom*, um dos mais conhecidos slogans publicitários da história do Brasil. Junto com o logotipo em cruz, passou a ser vista como um símbolo dos produtos da marca (BUENO, E., 2008, p. 51-55).

remédio promete a restauração da saúde da mulher ao seu estado normal, anunciando a vantagem de ser “absolutamente inoffensivo” ao delicado organismo feminino.

A imagem do texto reforça o papel da dona de casa (ou da empregada doméstica³²), entregue às atividades de cuidado com o lar e limpeza da casa, embora a primeira obtivesse muito mais prestígio que a segunda. A utilização de uma expressão francesa na propaganda demanda um conhecimento do receptor da mensagem sobre seu significado, bem como é uma estratégia utilizada para evocar determinados valores implícitos como, neste caso, a modernidade do medicamento, que era associado à saúde da mulher, os relacionados à sexualidade feminina eram os que mereciam mais atenção, uma vez que do bom funcionamento do corpo e de uma conduta social regrada dependiam a boa formação dos filhos, desde o período de gestação.

Ainda em agosto de 1920, o texto da propaganda do medicamento Minervina, veiculada pelo jornal **Diário da França**, considerada modelo de civilização (SEVCENKO, 1999). Mas, entre os problemas de **Tarde**, afirmava que a felicidade da mulher estava associada, incondicionalmente, ao amor pelos filhos e marido, mas esta felicidade tinha como pré-requisito as boas condições da sua saúde da mulher, pois “faltando esta tudo se transforma de sonho em martírio” (**Diário da Tarde**, 14/8/1920, p. 4). A reorganização das vivências familiares e domésticas, pautadas no sentimento de amor conjugal e materno³³, garantiria uma união duradoura, o que distanciaria os membros da família dos perigos que se escondiam no espaço público, como o consumo de álcool, a prostituição e as doenças responsáveis pela degeneração da raça, como a sífilis, outras doenças venéreas e a tuberculose. Mas para que a mulher conseguisse manter seu lar era necessário que estivesse saudável. Sem saúde suas funções sociais de boa esposa e mãe dedicada não poderiam ser cumpridas, colocando o bem-estar de sua família em risco.

³² O serviço doméstico era uma ocupação que exigia baixo nível de especialização e, embora mal remunerado, era uma opção para as mulheres que não tinham instrução e qualificação, bem como, as oriundas das zonas rurais e das periferias da cidade, sujeitas a sua condição econômica e de seu sexo. Veja: TRINDADE, 1996.

³³ Segundo Badinter, o amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, mas é algo que se adquire socialmente. Tal como o vemos hoje, é produto dos princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII, o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde pequenas, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com o contexto sócio histórico. Confira: BADINTER, 1985, p. 39.

Convidando as mulheres a se automedicarem a propaganda do remédio afirmava que Minervina liquidava, de maneira quase miraculosa³⁴, as doenças “típicas femininas”, evitando tratamentos invasivos e perigosos, como as cirurgias³⁵.

Além do medicamento Minervina muitos outros produtos eram destinados às moléstias “típicas femininas”: A Saúde da Mulher (um dos mais populares), Regulador Fontoura, Uterogenol, Pastilhas Anti-Septicas do Dr Vermond, Comprimidos Bayer, Sedantol, Pessarios Higienicos do Dr Berman (**O Dia**, 16/06/1926, p. 7; **Gazeta do Povo**, 05/01/1923, p. 4; 06/01/1923, p. 3; **Diário da Tarde**, 15/09/1920 p. 4; 04/01/1921, p. 3; 04/01/1921, p. 4). Mas quais eram essas doenças? A propaganda Fluxosedatina responde:

Congestão do utero e dos ovários,
Colicas menstruaes e post-partum
Desapparecem com a
FLUXOSEDATINA

Utero doente faz da mulher um cadaver vivo. Flôres brancas suspensões, corrimentos, máo cheiro, palpitações do corações, dôres dos ovários, menstruações exageradas, ataques nervosos, são consequencias do Utero doente. Poucas colheres da
FLUXOSEDATINA

são suficientes para mostrar o seu effeito. E' o único remedio que cura. Para alliviar existem muitos, para curar o único é a
FLUXOSEDATINA

receitada diariamente por milhares de medicos em toda a America do Sul

A' venda em todos as pharmacias e drogarias do Paraná.
(**Diário da tarde**, 04/01/1921 p. 3, grifo meu).

O discurso científico da medicina, a partir da constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX, fundamentou-se, principalmente, na anatomia e na fisiologia da mulher para diferenciar e justificar as desigualdades de gênero,

³⁴ Segundo Bertucci, um longo processo, que perpassou as primeiras décadas do século XX, intimamente ligado com a própria construção do discurso médico, paulatinamente separaria a escrita dos textos utilizados pelos anunciantes de produtos cientificamente aprovado e a dos outros, os chamados de charlatanices; um processo que também resultou na separação do local de propaganda dos produtos médico-científicos e dos serviços dos próprios médicos, que seriam realizados cada vez mais em publicações especializadas (BERTUCCI, 2004, p. 176-197).

³⁵ Em 1923, o artigo do jornal **O Dia** denominado “A palestra do médico - O abuso dos remédios novos” informava os leitores sobre o crescimento dos recursos da terapêutica e alertava que os remédios eram processos da química, podendo, se usados indevidamente, causar o envenenamento do organismo. O texto alertava para o fato que muitos remédios novos despertavam nas pessoas a vontade de usá-los, não devendo os indivíduos seduzir-se por eles (**O Dia**, 20/08/1923, p. 4). Além disso, os remédios disponíveis à população sem necessidade de receita médica, geralmente denominados de polivalentes, eram vistos com desconfiança pelos doutores, pois de acesso fácil não precisavam da intermediação do especialista, o médico, inclusive diminuindo o número de pacientes no consultório médico (SIGOLO, 1998, p. 64).

baseadas nas diferenças sexuais (MARTINS, A., 2004). As funções sociais e as características da mulher foram vistas como produto do seu sistema reprodutor, ou seja: útero e ovários. Esses órgãos determinariam a conduta e o comportamento emocional e moral feminino ao longo da vida (MATOS, 2003, p. 114). Características como a fragilidade, o recato, a delicadeza, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram identificadas às mulheres, enquanto que a força e a inteligência foram associadas aos homens (RAGO, E., 2005, p.108).

Propagandas de remédios veiculados nos anos de 1920 em Curitiba, afinadas com as teorias médicas, exploraram a ideia de que o útero era o principal causador de quase todos os problemas de saúde feminina, que poderiam transformar a mulher em um “cadaver vivo”, como descreveu a propaganda da Fluxosedatina (**Diário da tarde**, 04/01/1921, p. 3). Um só medicamento teria, segundo a propaganda, a virtude de resolver qualquer doença derivada deste órgão, conforme se apresentava aos leitores o anúncio do remédio Regulador Gesteira, que descrevia mais de cinquenta sintomas que seriam derivados da inflamação do útero³⁶: “A’s vezes a pobre doente pensa que esta soffrendo de muitas Molestias, sem saber que tudo isso vem do Utero Doente. O Utero é assim: quando elle está Doente todos os outros Orgãos sentem também” (**Diário da Tarde**, 08/02/1929, p. 3).

Desde o Oitocentos, os estudos sobre a puberdade, menstruação, puerpério, menopausa proliferaram entre os doutores e muitas teses foram discutidas na área da saúde e apropriadas por outros grupos, como escritores, jornalistas, farmacêuticos, religiosos e, também, as chamadas “pessoas comuns”. Essas pesquisas não só estudaram a especificidade da mulher, a reprodução e as doenças ginecológicas, mas também formularam uma definição de seu ser social fundada na natureza e passaram a afirmar que o corpo deveria ser regulado para que a natureza feminina não se desvirtuasse (MARTINS, A., 2004, p. 15). A menstruação, uma das grandes transformações do corpo feminino que chamou a atenção dos médicos, considerada um dos sinais da “instabilidade da natureza feminina, confirmador da tese que a mulher não tinha controle sobre si, pelo menos, não como os homens, pois sua

³⁶ Palpitações do coração, falta de ar, cansaço, falta de sono, incômodos do estômago, arrotos, azia, pontadas e dores de cabeça, dores no peito, dores nas costas, tonturas, tremores, excitações nervosas, desmaio, vertigem, zumbido nos ouvidos, formigamentos, dormência, manchas na pele, escurecimento da vista, certas tosses, certas coceiras, ataques de hemorroidas, eram alguns dos problemas citados pelo anúncio.

razão e sentimentos estavam na dependência de um fenômeno que podia ser patológico” (MARTINS, A., 2004 p. 163). A imagem construída por médicos a respeito do funcionamento do corpo feminino, ao longo do século XIX, fundamentou teorias que determinavam que o sistema nervoso da mulher encontrava-se em uma rede sistêmica, ligando ovários e útero através de gânglios e nervos ao eixo cérebro-espinhal (BAPTISTA, 1909, p. 19-20 *apud* MARTINS, A., 2004, p. 111)³⁷. A mulher era vista como a encarnação de virtudes contraditórias. Assim, qualquer excitação periférica poderia perturbar o equilíbrio deste corpo e provocar problemas psíquicos, como dores de cabeça, mudanças de humor, melancolia, suicídio e, muito pior, o terrível infanticídio (além de outros homicídios).

Denominados de cruéis, desnaturados, criminosos e/ou loucos, esses atos eram amplamente questionados, inclusive através da imprensa curitibana: o que levaria uma mulher destinada biologicamente a ser mãe cometer tais atitudes? Como escreveu Vasquez, em um período que se enfatizava a função reprodutora da mulher (final do século XIX e primeira metade do século XX), a negação da gravidez ou do produto dela, deveria ser tratada, especialmente pela medicina e pela justiça, como loucura ou anormalidade (VASQUEZ, 2007, p. 50). Ainda, é preciso considerar quanto à maternidade, nesse período, estava associada com a figura de Maria, mãe de Jesus. Ser mãe era a mais nobre função que uma mulher poderia exercer, sendo pecado, uma mulher não querer ou não amar seu filho (VASQUEZ, 2007, p. 50; BADINTER, 1985, p. 9-24)³⁸.

³⁷ BAPTISTA, H. J. **A mulher e Medicina Legal**, 1909. Tese, Bahia: Faculdade de Medicina da Bahia.

³⁸ Havia, também, a condenação veemente de mulheres que abandonavam seus filhos, de acordo com os relatos que pontuavam a imprensa curitibana. Em artigo publicado pelo jornal **Diário da Tarde**, em 1921, o jornalista do texto que relatava o abandono de um recém “na Rua Ignacio Lustoza, em uma casa sem numero como há muitas por essa nossa capital [Curitiba] reside o sr Antonio dos Santos Villar com sua familia”. Independente das razões da mãe (a criança ser resultado de adultério ou defloramento), o artigo apontava a fraqueza da mulher, que não havia resistido “às conveniencias sociaes que a condemnariam por ser mãe,” como motivação para o abandono da criança, o que demonstrava que ela – um ser fraco - havia pensado primeiramente no seu bem-estar e não no bem-estar do bebê (**Diário da Tarde**, 13/01/1921, p. 2). O autor do texto não arrola as suposições de estupro, pobreza extrema da mulher ou de a criança ter sido enjeitada por determinação do próprio pai. Anos depois, em 1928, o jornal **Gazeta do Povo** publicou uma matéria intitulada “Filhos da pobreza”, denunciando que muitas das crianças nascidas na Maternidade do Paraná eram doadas. O autor do artigo, embora recriminando a prática da instituição dirigida pelo doutor Vitor Ferreira do Amaral, também trazia no texto a resposta do doutor em relação às denúncias. Segundo o médico, muitas mães recolhida à Maternidade doavam os filhos porque eram muito pobres, geralmente empregadas domésticas e que não poderiam criá-los devido à precária condição financeira (**Gazeta do Povo** de 14/04/1928 p. 3). A política adotada pela Maternidade do Paraná tinha como principal objetivo diminuir os casos de abortos e infanticídios, que ocorriam na cidade. Por isso, acreditava-se que era melhor que as mães fizessem o parto sob os cuidados da ciência e os pequenos fossem adotados por outras famílias, em vez de serem sacrificadas por suas genitoras.

Paralelamente, mulheres que cometiam algum ato brutal, como assassinato ou tentativa de suicídio, depois de analisada sua condição fisiológica, eram muitas vezes consideradas inocentes por não terem controle dos nervos e, portanto, de seus atos (MARTINS, A., 2004, p. 54). Mesmo inocentadas perante a lei — e às vezes se utilizando do discurso de sua “natureza instável” para conseguir a absolvição numa forma de reutilização do discurso médico — não deixavam de ser condenadas pelos artigos policiais veiculados pelos jornais, principalmente quando se tratava de infanticídio e aborto provocado.

Em janeiro de 1923 artigo do jornal **Gazeta do Povo** relatava o caso de um infanticídio ocorrido na cidade paranaense de Rio Branco,

Pobre mãe ! – louca, degolou o proprio filho.
A “Gazeta do Povo” explica a verdade sobre o sensacional crime de Rio Branco. Ainda perdura no espirito do publico a noticia do crime ocorrido em Rio Branco, no dia 2 do corrente e do qual foi autora uma infeliz creatura, que matou o próprio filho, uma creança de tres para 4 annos de idade. A primeira impressão causada com a noticia, como era de prever, levantou no espirito de todos que della tiveram conhecimento, opiniões diversas, quasi todas, ou pelo menos, a grande maioria, desfavoraveis a qualquer defesa da mãe criminosa [...] (**Gazeta do Povo**, 09/01/1923, p. 1).

Em tom sensacionalista, o texto contava aos leitores que a “infeliz irresponsável” era Isolina dos Santos, de 33 anos de idade, casada com Domiciano, que há cerca de dois anos apresentava, esporadicamente, acessos de loucura e raiva, tendo que, nestes momentos, ser presa no quarto e, às vezes, amarrada neste cômodo pelo marido e vizinhos. Na maior parte do tempo, entretanto, Isolina cumpriria “seus deveres como esposa e como mãe”, dedicando-se “com amor aos trabalhos domésticos, quasi nunca sahia de casa e dispensava todos os carinhos possíveis aos seus filhos”. Porém, no dia 2 de janeiro, após o marido ter saído para o trabalho na roça, matou o filho de 3 anos, cortando-lhe a cabeça com uma faca. Conduzida à chefatura de polícia de Curitiba, segundo o jornal, a mulher se mostrou sempre indiferente e que, “submettida aos exames de observação e mental, foi constatado que Isolina está com as faculdades mentaes, bastante alteradas”, matando seu filho num momento de loucura (**Gazeta do Povo** 09/01/1923 p. 1). Interessa notar que a sanidade da mulher está diretamente associada ao exercício de funções e atividades (mãe amorosa, esposa, dona de casa) consideradas

inerentes ao ser feminino. Assim, o artigo também difundia um tipo de comportamento considerado sadio, um ideal de mulher.

Alguns acontecimentos que, segundo os jornais, indicavam a “natureza instável” da mulher eram ridicularizados, como o caso de tentativa de suicídio de Carolina Anta da Silva, noticiado pela **Gazeta do Povo**:

Que Anta....

As 20 horas de hontem, a policia recebeu communicacão que na Rua Ivahi, um mulher tinha ingerido veneno com fim de ver-se livre da vida. Carolina Anta da Silva que é a mulher que tentou contra a vida, foi anta de fato, pois apenas ingeriu uma pequena doze de iodo com camphora, para fazer a sua fitinha... Comparecendo policia com um medico legista, deixou Anta em estado satisfactorio. Interrogada a respeito de sua atitute, Anta negou-se a prestar declarações, acreditando, entretanto, tratar-se de amores mal-correspondidos. (**Gazeta do Povo**, 08/04/1924, p. 9).

Ao entrar em contato com o título o leitor jamais poderia imaginar que se tratava de um caso policial. O cronista faz um trocadilho com o segundo nome da mulher, que se chamava Carolina Anta da Silva, enfatizando seu caráter pejorativo, referindo-se a ela sempre como “uma anta”, ou seja, pessoa pouco inteligente. Anta, no sentido de ter atentado contra a sua vida; anta, por não ter conseguido morrer; anta, por ter cometido tal ato apenas para chamar a atenção, ou seja, “fazer a sua fitinha”. Mesmo não relatando o porquê de tal atitude, o diagnóstico já é dado: fez por “amores mal-correspondidos”, o que para o autor do texto, e provavelmente para muitos leitores do jornal, explicitava o caráter fútil e fraco da mulher.

Como constatou Perrot, “homens e mulheres foram identificados com seu sexo; as mulheres condenadas ao seu, ancoradas nos seus corpos de mulher chegando a ser por eles presas cativas” (PERROT, 2005, p. 460). Então o que poderia se esperar de uma mulher cuja natureza é instável e frágil? A ciência médica procurava explicar, tornava-se vigilante e anunciava nos jornais serviços médicos exclusivos para as doenças das mulheres. A partir do final do século XIX, a tentativa de gerenciamento do corpo da mulher amplia-se e, no início do Novecentos, multiplicam-se o número de médicos especialistas no tratamento de “problemas femininos”, relacionados aos seus órgãos reprodutores. Em Curitiba, nos anos de 1920, entre os médicos especialistas em partos e moléstias das senhoras que anunciavam seus serviços nos jornais diários estavam: os doutores Carlos Ickler,

Francisco Franco, J. Mendes de Araujo, Silveira da Motta, Chagas Bicalho, Carlos Mesiano, M. Isacson, Ribas Maciel, Miguel Losso, Francisco Franco, Cerqueira Lima, Vitor Ferreira do Amaral, Petit Carneiro, Dante Romanó, Jorge Meyer Filho, Antonio Rudygier de Ruediger, Archimedes Cruz, Bernardo Leinig, Mario Braga de Abreu, Annibal A. da Rocha Loures e Erasto Gaertner, e as doutoras Janina Noiorchki e Yole Agostin (**Gazeta do Povo**, 03/01/1924, p. 4; 03/01/1923, p. 4, 02/07/1923, p. 2-3; 11/04/1928, p. 7; **Diário da Tarde**, 08/02/1920, p. 4; 28/01/1921, p. 4; 02/01/1928, p. 4; **O Dia**, 06 /10/1926, p. 3, entre outros). Mas, nesse período, como em tempos anteriores, a grande questão ainda era convencer as mulheres a procurar estes profissionais, pois muitas delas preferiam recorrer às parteiras e aos conselhos de vizinhas, parentes e comadres, quando o tema era o cuidado com a saúde dos filhos. Não eram acontecimentos raros os jornais curitibanos publicarem desdobramentos de tratamentos mal sucedidos, realizados por pessoas desqualificadas segundo o saber médico-científico, embora estes mesmos periódicos publicassem, paralelamente, anúncios desses outros “curadores”, que os médicos insistiam em denominar de charlatães³⁹, entre eles parteiras (diplomadas ou não), curandeiros, benzedeadas e espíritas-homeopatas⁴⁰.

Em meados de 1923, o jornal **O Dia** noticiou, em várias edições consecutivas, os desdobramentos de um caso acontecido no Campo da Galícia (atual bairro do Bigorriho), em Curitiba. A parteira Anna Berger, 43 anos, natural da Polônia, chamada de “*Faiseuse d’angels*”⁴¹ e “feiticeira” pelo jornal, realizou

³⁹ Segundo Sampaio (2001, p. 53), no Brasil do século XIX, a presença de formas alternativas de cura, procuradas pelas pessoas das mais distintas posições sociais fez com que os médicos criassem uma abrangente categoria, o charlatão, que englobava as mais diferentes atividades de cura: curandeiros, espíritas, sangradores, farmacêuticos que produziam remédios e não revelavam sua fórmula, parteiras, ervateiros, entre outros. Para caracterizar o charlatão os médicos utilizavam recursos que os desqualificavam, narrando erros, procedimentos equivocados, mutilações e até morte.

⁴⁰ Assim, aparecia um dos anúncios veiculados por estes curadores: “Os médiuns invisíveis desta sociedade beneficente (Sociedade Brasileira de Espíritas Homeopáticos) continuam a oferecer diagnósticos para os irmãos sofredores. É indispensável mandar por extenso – logar fixo, onde mora – idade - profissão, e um envelope já sellado e subscriptado para a volta. Caixa Postal 30 RJ” (**Diário da Tarde**, 03/02/1921, p. 2). Espíritas homeopatas faziam parte da Doutrina espírita, que tinha muitos médicos homeopatas como seguidores. A influência do espiritismo na doutrina homeopática estava atrelada às semelhanças do conceito entre força vital, sugerido por Hahnemann, criador da homeopatia e de fluido vital, indicado por Allan Kardec, organizador da doutrina espírita. Segundo Bertucci (2004) a empatia entre as concepções também foi imediata com relação “a medicina popular dos chás, ervas e raízes, com as ‘energizações’ herdadas dos africanos e com grande devoção (orações) aos santos do catolicismo. Uma medicina ‘espiritualizada’ que foi facilmente identificada com uma medicina” (BERTUCCI, 2004, p. 213).

⁴¹ Expressão francesa usada para designar as pessoas que “fabricavam anjos”, parteiras ou outras pessoas que praticavam o aborto.

procedimento que levou a morte Rosa Marochi, de 32 anos, vinda de Irati para passear e para procurar um tratamento, pois estava se sentindo doente, segundo seus parentes informaram aos jornalistas. Na capital, hospedou-se na casa do irmão, que insistiu que ela se consultasse com um médico, mas como havia recebido de uma conhecida a indicação da parteira, resolveu procurá-la. Como a parteira usava a casa como uma “pseudo-maternidade”, Rosa Marochi permaneceu lá por quatro dias, até morrer. O jornal relata que o exame do laudo médico indicou tentativa de aborto com o uso do cáustico lysol, que provocou queimaduras internas na mulher, mas não chegou a atingir o feto de aproximadamente três meses⁴². Segundo o artigo, a parteira “trabalhou sempre em consultório, exercendo há tempos a profissão de enfermeira da maternidade. Vive há muito de curandeirismo, e fazendo partos, sendo muito conhecida no meio das rodas bohemias” (**O Dia**, 18/07/1923, p. 1). O jornal **O Dia** não informou aos leitores os locais de trabalho da Anna Berger. Ela foi presa⁴³.

O artigo de **O Dia** também desqualificou todas as mulheres que, como Berger “[...] são imbuídas de pretensos conhecimentos theóricos querendo por em prática regras da polícia (sic) científica que, de geral, conhecem mal ou desconhecem em absoluto” (**O DIA**, 17/07/1923, p. 1). Sobre o motivo que levou Rosa Marochi a procurar o serviço da parteira o texto do jornal apenas afirmou: “fraqueza de uma senhora, mãe de seis filhos [...]” (**O DIA**, 17/07/1923, p. 1).

Rosa Marochi desejava ou não fazer um aborto? É possível supor que sim, mas não afirmar. Entretanto outra consideração feita pelo jornal chama a atenção: a informação, transcrita em **O Dia** afirma que o irmão de Marochi havia indicado um médico para ela e que Rosa, ouvindo a indicação de uma conhecida (quem? Não sabemos), preferiu procurar uma parteira. A informação mostra tanto a crescente aceitação do médico pelas famílias (mesmo que o irmão estivesse mentindo, citar o médico, profissional cada vez mais aceito, foi a estratégia escolhida para não se comprometer com a trágica morte de Rosa), quanto a progressiva desqualificação das parteiras (não formadas pelas escolas com aval médico), cujo saber era fruto de

⁴² Com Berger foram encontrados dois aparelhos pessários metálicos, um termômetro, três cápsulas em um saquinho de papel “sem formula médica”, e um vidro de Apiol que, segundo o articulista, se utilizado em alta dose provocava aborto.

⁴³ Além das denominações já referidas, a parteira era desqualificada pelas notícias policiais por “viver amasiada” com Germano Aplelgrouse e ter passagem pela polícia por perseguição e ameaça aos vizinhos, tendo ela e Germano assinado na delegacia “um temo de bem viver” (atestado em que o indivíduo se comprometia a manter conduta socialmente aceita, trabalhando, respeitando as leis) (**O Dia**, 17/07/1923, p. 1; 18/07/1923, p. 1,8; 19/07/1923, p. 1; 20/07/1923, p. 1,8).

uma experiência acumulada pelas mulheres por séculos; parteiras que eram muitas vezes associadas a “fazedoras de anjos” nos jornais curitibanos. Além disso, a notícia publicada evidencia o quanto a recusa feminina à maternidade era entendida como patológica, uma fraqueza da mulher, diretamente vinculada ao desregramento sexual, decorrente de sua “natureza instável” (VASQUEZ, 2005; ROHDEN, 2001). Impossível também não destacar que foi um homem (o irmão), que indicou o médico, e uma mulher (uma conhecida), quem indicou a parteira Anna Berger.

O artigo de **O Dia** trazia, ainda, a foto de Rosa Marochi no necrotério (focalizando a parte superior do corpo da morta) e, atrás desta, a foto de Anna Berger, o que deve ter chamado muito a atenção, notadamente das leitoras, pelo que ela podia representar: as consequências do aborto tanto para as mulheres que desejavam passar por tal procedimento, como para aquelas que realizavam a prática delituosa: a cadeia⁴⁴. Como escreveu Aumont (1993), produzidas para utilização individual ou coletiva, as imagens nunca são desinteressadas⁴⁵.

Reconhecidas pela experiência e pelos saberes práticos durante séculos, as parteiras realizavam as tarefas do parto, do tratamento de doenças femininas e auxiliavam no cuidado das crianças, orientando as mães como proceder com a alimentação, com a troca, com as doenças (PIMENTA, 2003, p. 80). Regulamentado pela Fisicatura-mor, criada no Brasil em 1808, o ofício das parteiras sofreu, durante o século XIX, um processo de desqualificação de seus conhecimentos (incapacidade para resolverem situações mais complicadas) e desautorizações de suas práticas (deveriam se ater a adivinhar o sexo do bebê e/ou auxiliar o médico), e os doutores foram se imiscuindo, cada vez mais, no ofício de partejar, processo que se acelerou com criação das Faculdades de Medicina no Brasil e com a organização das maternidades (PIMENTA, 2003, p. 68-81)⁴⁶. No Paraná, no final século XIX, as parteiras precisavam se adequar aos padrões de controle determinados pelo recém-

⁴⁴ Anna Berger foi presa no dia 15 de setembro de 1923, sob as leis do Código Penal de 1890 (vigente até 1940), que estabelecia prisão de dois a seis anos, com privação do exercício da profissão por igual tempo ao da condenação se legalmente habilitada. Na semana seguinte Berger foi solta pela polícia através da intervenção de um advogado “muito achegado à polícia”. A soltura da parteira, segundo artigo publicado no **O Dia** de 20 de setembro de 1923, gerou muito descontentamento na população, que acreditava certo sua permanência na cadeia. Sobre aborto e infanticídio, veja: VASQUEZ, 2005; ROHDEN, 2001.

⁴⁵ Leite (1993, p. 26) adverte que as fotografias devem ser avaliadas pelo historiador como as outras fontes, considerando mensagens, que podem ser simples e evidentes ou complexas e obscuras.

⁴⁶ A Fisicatura-mor, que regulava os ofícios de cura no Brasil desde 1808, “[...] foi extinta em 1828, quando foi considerada uma ineficiente instituição portuguesa; as câmaras municipais (muitas vezes reinterpretando as normas existentes até aquela data) passaram então a regular os ofícios de curar. A Junta de Higiene Pública seria criada em 1850” (BERTUCCI, 2007b, p. 145).

organizado Serviço Sanitário do Estado⁴⁷ e, em 1915, a Lei Estadual nº. 1463, de 2 de Março, estabeleceu que só poderia exercer a atividade de parteira quem tivesse diploma de qualquer Escola Superior da República ou que, formada em uma instituição de ensino estrangeira, fosse habilitada mediante exame prático (RELATORIO GERAL DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ, 1916, p. 44)⁴⁸. A representação de parteiras não diplomadas como ignorantes e até perigosas ou criminosas (como no caso de Anna Berger), constitui-se em estratégia dos médicos na tentativa de impor “a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Dentre os médicos que anunciavam seus serviços e consultórios nos jornais de Curitiba, a grande maioria era de especialistas no trato das moléstias femininas. Por exemplo, dos oito médicos que, em janeiro de 1924, ofereciam seus serviços na coluna Indicador do jornal **Gazeta do Povo**, cinco se diziam especialistas em moléstias de senhoras: doutores Carlos Ickler, Francisco Franco, Mendes de Araujo, Silveira da Motta, Chagas Bicalho. Dois afirmavam tratar de moléstias de crianças, portanto com vínculo evidente com o universo feminino (a mulher era a grande responsável pela saúde no lar): doutores Cerqueira Lima e Ary Taborda. Um médico, doutor Alceu A. Ferreira, não identificou sua especialidade (**Gazeta do Povo**, 03/01/1924, p. 4). Esses índices, que se repetiam nos periódicos ao longo dos anos de 1920, indicavam a atenção constante com a saúde da mulher, conjugada com a preocupação com as crianças, nesses anos marcados por ideais sanitaristas frequentemente combinados com teses eugênicas.

⁴⁷ O ofício de parteira já vinha sendo delimitado no Estado desde 1892, pelo artigo nº 23 do regulamento sanitário do Paraná, que vinculava o trabalho de parteira ao do médico e que vedava a parteira o tratamento das moléstias das mulheres e das crianças, bem como o anúncio de consultas e prescrição de receitas (em grande parte reproduzindo as prescrições legais vigentes desde o período da Fiscatura-mor). PARANÁ. Decreto nº. 1 de 1º de julho de 1892. Regulamenta o Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918**. Curitiba: Typografia da República, 1918, p. 11.

⁴⁸ Seguindo as conformidades legais, parteiras que se diziam diplomadas, anunciavam seus préstimos nos jornais da capital: “Maria Rosa Cordeiro Parteira Diplomada – Atende chamados á qualquer hora – Rua Fr. Ermelino de leão, 51 (**Gazeta do Povo**, 17/08/1920, p. 3; **Diário da Tarde**, 04/03/1921, p. 4); “Mme. Bertha Huebel Scharf Parteira Diplomada Atende chamados a qualquer hora. Rua Barão do Rio Branco, 19” (**Diário da Tarde**, 20/01/1920, p. 2); Mme Michetti de Pensuti Parteira Diplomada pelas Universidades de Pisa (Itália), Buenos Aeres, La Plata (Republica Argentina) e do Paraná (Coritiba). Premiada na Exposição de Higiene em Roma 1911, oferece seus serviços profissionais e faz injeções hipodérmicas a domicilio. Atende a qualquer hora do dia ou da noite. Rua Voluntarios da Patria nº 80, Coritiba” (**O DIA**, 25/06/1923, p. 3). Contudo, ter diploma ou ser registrada no Serviço Sanitário não garantia que parteiras não realizassem procedimentos considerados exclusivamente dos médicos e/ou abortos fora do ambiente de trabalho formal.

Nesse contexto, o futuro da nação estava diretamente relacionado ao desenvolvimento saudável das crianças e, muito dessa saúde, dependia de mães sadias e dos corretos cuidados maternos. Segundo Kobayashi et al. (2009, p. 173), puericultura e eugenia se ligaram ao defender os cuidados com a saúde da mãe e da criança, como formas de preservação dos bem-nascidos. Conforme escreveu Freire, desde o século XIX,

De um lado, os médicos higienistas legitimavam-se como puericultores, especialistas na promoção e manutenção da saúde das crianças, conquistando maior autoridade na sociedade e no interior do corpo médico. De outro, contribuíam para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social para a mulher: a mãe moderna (FREIRE, 2008, p. 160).

Nos anos de 1920, educar mulheres sobre o que a medicina considerava correto para manutenção e tratamento da saúde foi prática constante, muitas vezes difusa e pontual, como as veiculadas por artigos, informes e até mesmo propagandas de medicamentos ou de médicos. Os anúncios publicados pelos doutores geralmente eram curtos, objetivos, nos quais constavam apenas o nome do médico, sua especialidade, sua formação e endereço. O anúncio publicado pelo Dr. Miguel Losso, em 1924 (Figura 5), além desses itens, complementava as informações relatando resumidamente sua trajetória profissional, para demonstrar sua experiência na área. Mesmo atendendo em local específico, o doutor fez questão de mencionar que atendia os chamados a qualquer hora, pois em caso de parto, a mulher não poderia esperar. Assim, provavelmente, esperava contar com clientes que viam nesta atitude um diferencial entre os serviços que oferecia.

DR. MIGUEL LOSSO
Medico Operador Parteiro
Formado pelas Faculdades de Me-
dicina de Napoles (Italia) e do Rio
de Janeiro.
Com longa pratica nos hospitaes
da Europa.
Especialidades — Operações,
Molectias de senhoras, pelle, syplli-
lis e vias urinarias.
Consultas: Pharmacia Interna-
cional, Rua 1° de Março, 6 — Das
9 ás 11 da manhã e das 2 ás 5 da
tarde. Telephone 44.
Residencia: Grande Hotel Mo-
derno. Telephone 200
Attende chamados a qualquer hora

Figura 5 - Dr. Miguel Losso

Fonte: **Gazeta do Povo**, 08/01/1924, p. 2

Considerando que os estabelecimentos particulares não anunciavam atendimento gratuito, estes eram voltados às mulheres que podiam pagar pela consulta ou pelo parto feito na clínica. Boa parte da população feminina recorria ao auxílio das parteiras ou das mulheres mais velhas e experientes, chamadas pelos doutores de “curiosas” (PIMENTA, 2003, p. 70). Mas, em Curitiba, com a inauguração da Maternidade do Paraná, em 1914, pelo doutor Victor Ferreira do Amaral⁴⁹, as mulheres mais pobres puderam contar com serviço medico obstétrico gratuito. Segundo Farias, a Maternidade do Paraná era um ambiente propício de supervisão médica e de aproximação da mãe e do médico, bem como um local “asséptico e provido de diversos recursos técnicos” para um parto “mais isento possível de erros” (FARIAS, 2010, p. 19). Nas propagandas da Maternidade os doutores procuravam aumentar sua clientela, inclusive entre as mulheres mais

⁴⁹ Victor Ferreira do Amaral e Silva nasceu na Lapa, em 1862. Defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1884 e, no ano seguinte, já clinicava em Curitiba. Na Capital, Amaral inseriu-se em lutas pela causa educacional e, também, teve participação em cargos no poder público (Deputado Estadual, Superintendente do Ensino Público, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, Vice-Presidente do Estado na gestão de Francisco Xavier da Silva, 1900-1904, Diretor do Ginásio Paranaense). Fundou, em 1898, o jornal **Diário do Paraná** e, em 1912, o jornal **Commercio do Paraná**. Desempenhou importante papel como um dos fundadores a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná e da **Gazeta Medica** do Paraná, em 1901. Foi um dos organizadores e reitor da Universidade do Paraná, de 1912, e professor e diretor da Faculdade de Medicina do Paraná (CÔRREA LIMA, 1982, p. 7-19).

abastadas que tinham condições de, com conforto, parir em casa com assistência médica, como demonstra o anúncio veiculado pela **Gazeta do Povo** de 1923:

A Maternidade do Paraná, sob direção do dr. Vitor Ferreira do Amaral, professor de partos da Faculdade de Medicina recebe muitas mulheres pobres para tratamento independente de cartão, e tem também quartos confortáveis para pensionistas por modica retribuição. Rua Comendador Araújo – 42 (**Gazeta do Povo**, 05/03/1923, p. 4).

Além de oferecer seus serviços através de anúncios, a imagem do médico estava presente na publicidade, o que reforçava a ideia de sua responsabilidade pela saúde e bem-estar da mulher e da família. Entretanto, essa imagem do médico veiculada em anúncios também era estratégica para dar mais confiabilidade ao produto, como no caso do medicamento Renascim (Figura 6) (**Diário da Tarde**, 29/01/1929, p. 4).



Figura 6 - Renascim
Fonte: **Diário da Tarde**, 29/01/1929, p. 4

A propaganda do medicamento contra as “nervosidades” femininas, publicada no **Diário da Tarde** de 1929, é centrada no suposto diálogo entre médico e paciente. Sentados, cada um de um lado de uma mesa de escritório, caracterizando um consultório médico ou um lugar afim, o doutor, que não foi nomeado, e a paciente, de nome Francisca, atestam os benéficos do Renascin que o médico havia receitado para a mulher. Outro exemplo está na propaganda do medicamento Emulsão de Scott (Figura 7). Neste anúncio, o médico conversa diretamente com o público alvo do produto: pais e mães. Segurando o frasco do remédio o doutor aparece, em primeiro plano na imagem, acima de pais e mães que estão sentados e ouvem atentamente o que o especialista tem a dizer. A imagem demonstra uma hierarquia no saber sobre os corpos: o médico é o que detém este saber e, por isso, tem o compromisso de aconselhar e orientar os pais, especialmente a mãe, responsável pela saúde dos familiares.



Figura 7 - Diz o Médico
Fonte: **O Dia**, 24/10/1925, p. 6

Segundo Perrot, a medicina moderna “desapossou” a mulher do seu corpo, de seus conhecimentos sobre os cuidados de seu corpo, da saúde e da doença em todas as fases de sua vida, submetendo-as “a uma ordem médica masculina” (PERROT, 2003, p. 22). Mas, no século XX, embora investido de significativo poder de intervenção social, os médicos não deixavam de ser questionados pelas mulheres, mesmo em casos de enfermidades não relacionadas restritamente ao universo feminino. Assim, ocorreu em Curitiba, com uma mulher polonesa que, acometida de meningite cérebro-espinhal, foi isolada dentro de casa para cumprir quarentena e, mesmo tendo a porta da frente vigiada por um funcionário da Diretoria de Higiene (como era chamada pela imprensa a Diretoria Geral dos Serviços Sanitários do Estado), não deixou de receber visitas de parentes e amigos pela porta de trás. O que era mais importante para esta mulher no momento em que estava acometida de grave doença? Provavelmente compartilhar suas experiências e usufruir das relações de sociabilidade e de confiabilidade que estabelecia com os seus.

Entre as experiências das mulheres que foram preservadas e elaboradas durante séculos, as relacionadas às práticas de cura se evidenciam. Segundo Pimenta (1998, p. 352), as mulheres “foram as que mais acumularam — e colocaram em prática — conhecimentos sobre ervas e mezinhas⁵⁰ para diversos problemas, além daqueles relacionados ao parto [...]”. Editada em Curitiba, em 1928, a propaganda do medicamento Fricção Bayer de Espirosal, para dores reumáticas, destinado às donas de casa, nos dá indícios da permanência nos anos de 1920 desses saberes femininos, mesmo quando utilizados como estratégia para vender para mulheres produtos fabricados com a chancela científica:

Não há dona de casa no nosso paíz que não saiba improvisar remédios e curativos nos casos de necessidade. Todas ellas preparam, com desembaraço, um chá de herba cidreira ou de herba doce, como manipulam um cataplasma de farinha de linhaça (**Gazeta do Povo**, 16/04/1928, p. 4).

Reconhecendo a persistência e até a eficácia de ações de cura realizadas por mulheres, a propaganda, ao mesmo tempo, desqualifica essas atividades, que seriam resultados do improvisado, e apresenta o produto de eficácia testada e

⁵⁰ Mezinha é qualquer remédio caseiro, líquido ou não. Confira: BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p. 1.

garantida: aquele elaborado a partir do saber científico. Mas se em algumas propagandas é perceptível a aceitação, mesmo com reservas, de ações femininas de cura, em outras a tentativa de controle do corpo e do comportamento da mulher estava evidente, principalmente quando relacionada a sífilis, também chamada de “flores brancas”. Esta doença se constituía em ameaça à sociedade, porque era capaz de se disseminar no seio familiar, trazendo comprometimentos ao trabalhador, a mãe e seus descendentes (STERN, s.d.). As campanhas educativas, promovidas nos e pelos jornais curitibanos dos anos de 1920, se preocupavam com o comportamento sexual dos indivíduos, com a criação e educação dos filhos pela mulher. Esse mesmo discurso educativo foi encontrado nos jornais operários paulistas no início do século XX por Bertucci (1997, p. 126-130). Um discurso que revelava a preocupação com a sífilis e as demais doenças venéreas que poderiam comprometer a formação de futuras gerações “de revolucionários”, um discurso muito semelhante ao das autoridades sanitárias.

Segundo Marques nas primeiras décadas do século XX, a sífilis adquiriu, no Brasil, a condição de flagelo, de praga. “Sanear a doença implicava sanear a espécie da devassidão, através da ‘redenção sanitária’ do sexo sem risco, como um problema social e político da nação” (MARQUES, V., 2004, p. 282).

Utilizando a metáfora da guerra⁵¹, a propaganda “Purificar o sangue é elevar a raça” (Figura 8) traz a imagem de um combate no mar. No campo superior, à direita da imagem, encontra-se a figura de um imenso navio, que tem escrita em sua lateral a palavra sífilis. Eis o tamanho do inimigo a se combater. No campo inferior, do lado esquerdo, bem na direção do navio, se encontra um submarino gravado com as letras LBC, iniciais do Laboratório de Biologia Clínica, que produziu o medicamento Cyanurol, a base de cianureto de mercúrio⁵², representado pelo torpedo que corta o oceano e se dirige ao navio para destruí-lo.

⁵¹ A imagem da Primeira Guerra Mundial ficaria ainda muito tempo na memória das pessoas pela dimensão que atingiu. A capacidade de produção, mobilização e ataque foram elevadas a estágios inéditos à humanidade, o que provavelmente tenha proporcionado a nomeação de Grande Guerra. Veja: HOBBSAWM, 1995. Sobre a guerra como metáfora, confira: BENJAMIN, 1994, p. 65.

⁵² A utilização de mercúrio foi o primeiro tratamento conhecido para a sífilis. Seu uso deu origem ao provérbio "Uma noite nos braços de Vênus leva a uma vida em Mercúrio". Porém, o uso deste metal pesado acarretava diversos problemas colaterais, causados por intoxicação aguda ou crônica, dependendo da quantidade e do tempo de uso. Em 1910, outra droga foi descoberta pelo sorologista Paul Ehrlich, o Savarsan, que utilizava em sua composição o arsênio. Este foi posteriormente modificada em Neosalvarsan. Infelizmente, essas drogas não foram 100% eficazes, especialmente na doença tardia. Depois da Segunda Guerra Mundial estes tratamentos ficaram obsoletos e esquecidos, após a descoberta e difusão da penicilina G, um antibiótico natural, derivado de um



Figura 8 - Purificar o sangue e' elevar a raça
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 08/08/1923, p. 5

E a mulher vai se constituir em importante alvo da campanha contra a sífilis em Curitiba: como esposa era responsável pela manutenção do lar e do casamento. Caso fosse prostituta, seria a grande disseminadora do mal que contaminava corpos. Outro aspecto do combate à sífilis recaía sobre a formação moral da mulher, procurando assegurar sua função materna, pois devido às características específicas de sua “natureza instável”, ela se “predispõe tanto a ser uma mulher ‘cativa do lar’ ou uma mulher ‘livre e perdida’” (ENGEL, 1989, p. 127).

fungo, o bolor do pão *Penicillium chrysogenum* (ou *P. notatum*), o que permitiu aos médicos curar a sífilis efetivamente pela primeira vez. Sobre a utilização do mercúrio na medicina, especialmente no tratamento da sífilis e seus efeitos colaterais (AREASEG. Metais Tóxicos – Mercúrio. Disponível em: <<http://www.areaseg.com/toxicos/mercurio.html>>. Acesso em: 25/07/2010; CENTRO CLÍNICO GAÚCHO. Alerta: mercúrio pode ser fatal. Disponível em: <<http://www.centroclinicogauchocom.br/pdfs/Revista%20Humana%201.pdf>>. Acesso em 25/07/2010).



Figura 9 - Aluetina Werneck
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 05/04/1923, p. 5

A propaganda do medicamento Aluetina (Figura 9) tem no centro a figura de uma mulher virada de costas com o rosto voltado para o ombro. Sua pele está coberta por manchas, possíveis de perceber porque seu corpo só esta coberto do quadril para baixo. As manchas por toda a pele, características da sífilis, são calmamente observadas através de uma lupa por um homem com a mão esquerda dentro do bolso da calça. Não é possível identificar o homem como sendo um agente de saúde e a mulher como uma dona de casa ou uma meretriz, mas é possível perceber a preocupação com a doença instalada no corpo da mulher, que comprometeria sua mais importante função: a maternidade. A transmissão da sífilis da mãe para o feto (sífilis congênita) podia causar prejuízos à prole (aborto, problemas mentais, deficiência física, má formação), incidindo nos objetivos eugênicos de alcançar a perfeição racial. Acreditava-se que a sífilis era um mal que

poderia se propagar, através da transmissão hereditária, até a quarta, quando não até a sétima geração, gerando indivíduos degenerados, desequilibrados, aleijados, anormais que se encaixavam no discurso de “monstruosidade” (MARQUES, V., 2004, p. 283). Era preciso proteger a raça que elevaria o país a uma condição de nação civilizada⁵³.

Uma das estratégias promovidas pelo serviço médico-sanitário da capital paranaense se constituía em “redimir o sexo doente” (MARQUES, V., 2004, p. 281), através de ações voltadas para as meretrizes e os bordéis, com vistas a combater a propagação da sífilis⁵⁴. A construção de dispensário antivenéreo, a instalação de posto de desinfecção noturno perto dos bordéis, conferências educativas e campanhas veiculadas em jornais diários e nos cinematógrafos se constituíram em algumas das ações tomadas pelos médicos e governantes em Curitiba (MARQUES, V., 2004, p. 284-289; STERN, s.d).

Em Curitiba a criação do Dispensário Anti-Sifilítico, em 1918, encabeçado pelo Dr. Heráclides Cesar Souza Araújo⁵⁵, chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Paraná, seguiu os procedimentos regulamentaristas de fiscalização e controle sanitário da prostituição⁵⁶. Iniciando os serviços de exame e tratamento das meretrizes em julho de 1919 contou, a partir de outubro, com o apoio

⁵³ Em meio a estas considerações que aterrorizavam as pessoas, alguns medicamentos aproveitavam e, de maneira quase milagrosa, prometiam livrar os descendentes da terrível doença: “A mulher grávida. Já infeccionada pela syphilis, na imminência de dar a luz, deve procurar salvar o filho, tomando alguns frascos de Galenogal, pois não só evitara a transmissão da terrível molestia, como também fortalecerá o próprio organismo e a creancinha, sem risco algum”. (**Gazeta do Povo**, 07/09/1930, p. 3). O lucro do fabricante deve ter sido significativo. Todavia, o que os médicos acharam da propaganda, não foi possível saber.

⁵⁴ Desde o século XIX, no Brasil, a questão da prostituição vinha sendo discutida como um problema médico, uma doença que transcendia o ato de vender o corpo, mas como foco de contaminação da sífilis e outras doenças venéreas, concentração da imoralidade e ociosidade. O tratamento da prostituição se expressaria por duas tendências no seio da comunidade médica: a da normatização, através da regulamentação sanitária, e a tendência da extinção (anti-regulamentarista), através da repressão legal, visando se não o extermínio, mas a redução drástica de tal prática (MARQUES, V., 2004, p. 123).

⁵⁵ Heráclides César de Souza Araújo foi sanitarista de Manguinhos, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, além de conhecido leprologista. Em 1918, foi nomeado um dos chefes do Serviço de Profilaxia Rural do Estado do Paraná. Neste mesmo ano, fundou o Dispensário Antissifilítico de Curitiba. Veja: CARRARA, 1996, p. 90, 200-2, 217-8, 225-8, 249, 274, 280.

⁵⁶ Os regulamentaristas tinham como objetivo converter a prostituição num espaço útil, isolando-o, restringindo-o, e transformando em espaço higienizado. Para essa tendência a prostituição se constitui num mal necessário, enquanto válvula de escape dos instintos masculinos, que poderiam converter-se em perversões sexuais mais graves: sodomia, homossexualismo, masturbação, pederastia. Os médicos anti-regulamentaristas baseavam suas críticas nas falhas de muitos países que procuraram regulamentar a prostituição. Para eles a prostituição não era necessária, mas um mal que deveria ser eliminado da sociedade. Ela acontecia por falta de orientação religiosa, ignorância da população e miséria, e deveria ser combatida pela repressão legal e policial. Veja: ENGEL, 1989; RAGO, M., 1991.

do Gabinete Médico Legal do Estado, que fornecia uma caderneta de identidade a cada meretriz, a qual continha os registros de exames médicos que eram obrigadas a realizar semanalmente. As mulheres eram submetidas a exames ginecológicos e de sangue e, aquelas com sinais de contaminação com as “flores brancas”, eram interditas e recebiam diversos tratamentos, inclusive injeções à base de mercúrio (STERN, s.d). As ações promovidas por Souza Araújo e denominadas, por ele mesmo, de ‘vigilância sanitária’, não deixaram nenhum lugar de fora da fiscalização: bordéis, pensões, moradias, *rendez-vous*. Segundo Marques (2004, p. 286), até mesmo a profissão e a idade dos ‘defloradores’ das mulheres inscritas no dispensário eram apontadas nos relatórios⁵⁷.

A atuação regulamentarista de Souza Araújo não era aprovada de forma unânime pelos médicos, o que o fez pedir remoção para o Pará, em 1921, assumindo seu posto o sanitarista João de Barros Barreto⁵⁸. Este, alterou a estratégia desenvolvida pelo seu antecessor, principalmente em relação às prostitutas que não eram mais obrigadas a passar por exames semanais, ficando a critério de cada uma a ida ao Dispensário. As cadernetas com retratos foram substituídas por ações de educação individual. Foi enfatizada a educação por intermédio da imprensa, a distribuição de folhetos, a realização de conferências (inclusive englobando as escolas), para proporcionar formação moral dos indivíduos, especialmente das meninas e jovens, a fim de assegurar o seu destino de ser mãe e boa esposa (MARQUES, V., 2004, p. 287-288). A educação, nos anos de 1920, aparecia como um antídoto para todos os males do país⁵⁹.

⁵⁷ Stern nos informa que o recenseamento feito pelo Serviço de Saneamento de Curitiba, em 1920, contabilizou 96 prostíbulos, onde residiam 174 meretrizes. No entanto, o mesmo relatório informa a inscrição de 284 mulheres, sendo 270 encaminhadas pela polícia. [...]. O número de mulheres interditas ao longo do ano foi muito maior do que o número de mulheres inscritas no Dispensário, diferença possivelmente decorrente da interdição de algumas delas ocorrer por mais de uma vez. De qualquer modo, chama a atenção o altíssimo número de mulheres contaminadas: “das 284 (...) inscritas até 31 de dezembro de 1920, eram sífilíticas (...)172(...) e ficaram sífilíticas depois de inscritas sete”. Ou seja, 63 % das prostitutas examinadas estavam doentes (STERN, s.d, p. 11-12).

⁵⁸ O carioca João de Barros Barreto formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1912. Foi inspetor sanitário da diretoria de Higiene do Estado do Rio de Janeiro; bolsista da Fundação Rockefeller entre 1924-1925, diretor de Saneamento Rural no Estado do Paraná, diretor do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, Diretor do Departamento Nacional de Saúde (1937 a 1939/1942 a 1945) no Ministério de Capanema e delegado de Saúde. Publicou numerosos trabalhos sobre higiene (HOCHMAN, 2005).

⁵⁹ É importante destacar a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, por um grupo de intelectuais desiludidos com os rumos da República. Eram advogados, médicos, professores, engenheiros que acreditavam ser a educação a solução para todos os problemas do país, que organizaram uma grande campanha propondo políticas educativas e estabelecendo

Paralelamente, a repressão à prostituição é institucionalizada em Curitiba com a criação da Delegacia de Costumes, em abril de 1928, com o objetivo de saneamento moral e social da cidade. Além do meretrício e do lenocínio⁶⁰, a Delegacia prometia enfrentar os problemas de alcoolismo, jogos proibidos, vadiagem e vagabundagem. Em reportagem publicada na **Gazeta do Povo**, em abril de 1928, sobre a nova empreitada do Estado, o Delegado Francisco Raitani informou as necessidades deste serviço:

Crescendo e desenvolvendo-se dia a dia, a capital do Paraná também tem progredido no que diz respeito a certos costumes máos, que, sendo o característico das grandes cidades, é preciso combater, intensamente, extirpando se os cancros sociaes que corroem os organismos dos centros populosos. [...] Cabe a policia o dever de reprimir todos os actos que offendam a honra e honestidade das familias e o pudor público: prevenir a corrupção e prostituição de menores; dar combate, sem treguas. [...] (**Gazeta do Povo** de 10/04/1928, p. 2).

Conter os “cancros sociais” era uma forma de prevenção eugênica para conter a degenerância física e mental dos curitibanos, conforme defendia o delegado da Polícia dos Costumes. Evitar os comportamentos desviantes e barrar a transmissão de doenças que causariam a degenerância da espécie passava pelo controle da sexualidade, notadamente a feminina. Durante muito tempo a infidelidade masculina não era empecilho para a manutenção do casamento (SIGOLO, 1998, p. 173), enquanto que, para a mulher, a infidelidade era um sinal de desvio e não devia ser tolerada. Desde o século XIX os médicos promoviam a sexualidade feminina, ensinando-as que poderiam ter prazer regulado. O objetivo era “conter a prostituição, diminuir a sífilis e garantir a saúde física e moral das famílias” (ESTEVES, 1989, p. 54). Nos anos 1920, com a identificação da sífilis como uma das principais causas da degeneração do ser humano, a castidade para o

estratégias de intervenção na sociedade com fins de promoção da educação popular (CARVALHO, J., 1987, p. 115-142).

⁶⁰ A exploração da prostituição pelos “caftens” era vista como mais que um crime, uma vez que era considerada um ato praticado por pessoas vadias e desqualificadas, que se recusam a ter uma vida honesta, as quais obtinham lucro com o comércio de corpos (muitas vezes de inocentes). Segundo estudo de Rago, nas primeiras décadas do século XX, muitas mulheres vieram para o Brasil através do tráfico de “escravas brancas”, ou seja, um mercado de prostituição internacional, realizado nas aldeias afastadas e miseráveis da Polônia, Áustria, Alemanha, Romênia e Rússia. Esta é a causa de muitas mulheres estrangeiras, como as polonesas em Curitiba, serem estigmatizadas na sociedade do início do Novecentos, mesmo não sendo prostitutas e não tendo comportamentos considerados desviantes. Veja: RAGO, M., 1989; DE BONI, 1985, p. 135-143.

sexo masculino passou a ser defendida, assim como o casamento monogâmico e a fidelidade conjugal. Estes eram vistos como uma medida de profilaxia moral para o saneamento da humanidade, por intermédio da diminuição dos casos de doenças venéreas, prostituição e todos os vícios correlacionados a tais comportamentos (MATOS, 2003, p. 118). Em Curitiba chegou-se a propor que os noivos só seriam autorizados a casar após a apresentação de um atestado de saúde, o qual indicasse a inexistência de doenças que comprometeriam a futura prole. A proposta não vingou de forma legal, mas manteve-se como uma recomendação importantíssima para os noivos (STERN, s.d)⁶¹.

E, no casamento higienizado e moralizado, preconizado pelos médicos, a mulher era o alvo privilegiado como meio de assegurar a saúde de toda a família e a união no lar, inclusive evitando que o marido se interessasse por prostitutas.

Quanto dura uma Lua de Mel? (Figura 10). Esta é a questão que a propaganda do medicamento A Saúde da Mulher fez aos leitores do jornal **Gazeta do Povo**⁶². No primeiro plano da imagem se encontra uma mulher com boa aparência, sentada num sofá aconchegante, com uma revista ou livro no colo (uma leitora), tendo a mão segurada pelo marido, posicionado atrás da poltrona. Os semblantes de contentamento que ambos apresentam e o interesse pelos encantos da mulher que o marido demonstra ao fitá-la enquanto realiza sua leitura, sugerem a felicidade da união conjugal. A mensagem publicitária, e educativa, nos remete a responsabilidade da mulher para a manutenção e alegria do casamento, que deve

⁶¹ A conferência “Em Prol da Raça Eugênica”, realizada em Curitiba pelo doutor João Cândido Ferreira, professor da Faculdade de Medicina da capital, ganhou elogios na **Gazeta do Povo** de 1923. O periódico destacava que, em sua palestra, que tratava dos fatores que concorrerem para o aperfeiçoamento da raça, o professor “mostrou os males provenientes dos casamentos entre doentes, tarados e viciosos, fazendo ver a necessidade do Exame pré-nupcial” (**Gazeta do Povo**, Curitiba, 22/02/1923, p. 2). A proposta de exame pré-nupcial foi realizada no Brasil, pela primeira vez, pelo médico eugenista Renato Kehl, em 1920. O exame, com o objetivo de assegurar a saúde física e psíquica dos futuros esposos, concorreria para a melhoria da raça, ao alertar, com base na hereditariedade, para possibilidades de degeneração da espécie humana por doenças transmissíveis, alcoolismo, deficiência física e taras.

⁶² O tônico Saude da Mulher começou a ser produzido em 1904, quando a indústria do farmacêutico João Daudt transferiu-se de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro com o nome Daudt & Oliveira. No mesmo ano em que aportou no Rio, lançou o famoso xarope Bromil e, logo em seguida, o tônico A Saúde da Mulher. Primeiramente em líquido e, depois, também em drágeas. Em 1906 foi criado o almanaque “A Saúde da Mulher”, que trazia o mesmo nome do medicamento destinado ao público feminino. Este chegou a atingir tiragens históricas de 1,5 milhão de exemplares, circulando no país até 1974. Na década de 1920, o laboratório fechou o maior contrato publicitário da história brasileira, num investimento que somou 1.200 contos de réis em peças para outdoors, bondes, painéis luminosos (os primeiros do Brasil) e inovadoras malas-diretas, tudo para A Saúde da Mulher. O volume de impressos produzidos pelos produtos Daudt já era, em 1922, tão grande que o laboratório fundou sua própria gráfica (BUENO, E., 2008).

se pautar por momentos agradáveis como os da Lua de Mel. Mas, para isso, era preciso que a ela não sofresse com os sintomas físicos e psíquicos produzidos pelo útero e pelos ovários, que acabariam por perturbar a relação conjugal e familiar. Neste sentido, o medicamento direcionado ao público feminino prometia acabar com os incômodos que poderiam destruir um casamento feliz, o qual deveria ser o objetivo de toda mulher⁶³.



Quanto dura uma Lua de Mel?

Dura às vezes o tempo de uma lua... Dura enquanto permanece o ar contente que reflecte o estado d'alma venturoso da joven esposa. Mas a alma não governa o corpo. Os sofrimentos phisicos apagam das physionomias os vestigios das alegrias interiores.

E as Senhoras, sob a ameaça permanente de seus Incommodos, só podem ter a segurança de não soffrer.

A SAUDE DA MULHER

é o remedio infallivel das Flores Brancas, das Colicas Uterinas, das Regras Demasiadas, doenças, que desencantam e perturbam a phase idyllica da lua de mel.

Figura 10 - Quanto dura uma Lua de Mel?
Fonte: **Gazeta do Povo**, 06/05/1930, p. 5

⁶³ Segundo pesquisa de Soihet sobre mulheres pobres urbanas, o casamento formal era realizado mais pela classe dominante, que via neste um ideal elevado de realização, enquanto que, entre as classes populares, o casamento formal não era preponderante. Isso acontecia pela dificuldade do homem pobre assumir o papel mantenedor da família, como ocorria facilmente entre os homens burgueses. O alto custo das despesas matrimoniais também interferia na legalidade das relações conjugais. Além do mais, a maioria das moças brancas pobres, que não tinham dote a oferecer, abandonavam os sobrenomes da família para viver em concubinatos, sempre discretos, por não ser uma relação bem vista aos olhos da sociedade, da igreja e dos médicos. Ainda, segundo a autora, mulheres dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um novo padrão de moralidade que, relacionando principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto (SOIHET, 2008, p. 368).

A imagem da mulher na propaganda também demonstra, por meio de sua postura e olhar, que ela estava confiante de seus poderes femininos de sedução, persuasão e conquista. Tendo sua beleza e saúde preservadas, ela poderia utilizar de seus encantos como moeda de troca com o marido, seja por maior espaço nas decisões familiares, seja pela conquista de bens materiais ou maior inclusão na esfera pública (trabalho, estudo, obras de caridade).

Como lembra Perrot (2005, p. 273-274), as mulheres não foram somente vítimas e sujeitos passivos diante das normatizações que lhes foram impostas. Muitas vezes, se beneficiaram dos conhecimentos da ciência médica na busca de soluções para seus problemas cotidianos no espaço, o lar, e nas tarefas, os cuidados com a família, que lhes eram prioritariamente designados. É no interior da casa que as mulheres, até o início do século XX, encontram as maiores compensações e exercem seus poderes. São elas que fazem a gestão da economia da casa, educam os filhos (mesmo com a supervisão masculina), colocam em prática suas experiências relacionadas à cura quando algum membro de sua família adoece (muitas vezes combinando experiências ancestrais com modernas saberes médicos), organizam o tempo das atividades domésticas para lhes sobrarem momentos de prazer (tais como a leitura de romances) e realizam atividade de bordado e costura. As atividades variaram entre mulheres de diferentes grupos sociais e, entre as mais pobres, pode ser observada a engenhosidade feminina para garantir ou complementar a renda da família ou para a obtenção de um dinheiro para seu uso pessoal, vendendo trabalhos manuais, lavando roupas para fora, ou trabalhando como costureiras (**Gazeta do Povo**, 01/04/1924, p. 6), bordadeiras (**Diário da Tarde**, 12/02/1921, p. 4), cozinheiras (**Diário da Tarde**, 08/01/1921, p. 2; **Gazeta do Povo**, 04/01/1924, p. 2; 02/04/1924, p. 4), amas de leite (**Diário da Tarde**, 31/03/1921, p. 3), babás (**Gazeta do Povo**, 02/04/1924, p. 6), criadas (**Diário da Tarde**, 22/02/1921, p. 3; 31/03/1921, p. 3) operárias nas fábricas (**Diário da Tarde**, 04/03/1921, p. 4), caixas nos estabelecimentos comerciais (**Gazeta do Povo**, 03/01/1924, p. 6), por exemplo⁶⁴.

⁶⁴ Desde o final do século XIX, aumentou no Brasil a demanda por professores nas escolas primárias, a qual se conjugava com o crescimento das cidades e multiplicação de empregos urbanos que necessitavam de um mínimo de escolarização. Cada vez mais o magistério tornava-se atrativo para moças da classe média. Todavia, não foi sempre assim, uma vez que as primeiras mulheres professoras formadas eram de origem humilde, pobres, que tinham poucas chances de casar e não possuíam uma família que as amparasse na idade adulta e na velhice. Além disso, a educação como meio para a salvação nacional, insuflou a organização de escolas primárias. A escola primária

E, se muitas vezes nas propagandas dos jornais saúde e felicidade no lar eram associadas para vender um medicamento, explicitando um modelo ideal de família e da mulher como “rainha do lar”; a relação íntima entre saúde e beleza feminina também esteve presente em diversos anúncios publicados nos anos 1920 nos periódicos curitibanos⁶⁵. Entre estas propagandas voltadas para o público feminino estava a do Sabão Russo: “Medicinal – Finissimo sabonete sem rival, o mais hygienico e saudável. Evicta suores fectidos e moléstias da pella, conserva a juventude, amacia e embelleza a cútis. Grande premio na Exposição de 1922” (**Gazeta do Povo**, 02/07/1923, p. 3). A estratégia educativa do anúncio é demonstrar sua credibilidade pelo prêmio recebido, ressaltando sua eficácia científica, o que o torna melhor entre os demais produtos do mesmo gênero. Sabonetes finos, como Folgere dos Alpes, Rialto, Colonia Soap, Lavanda Sop, L`aiglon, Gessy, e cremes, como o Creme Monson, também povoavam as páginas dos jornais prometendo higiene e hidratação da pele.

O sabonete, como meio eficaz para a limpeza corporal, foi amplamente difundido como meio para manutenção da higiene, considerada imprescindível para prevenir doenças ou o contágio⁶⁶. Mas, além da higiene, os sabonetes estavam relacionados com a beleza da mulher. A busca pela beleza feminina também se inseria no movimento de aperfeiçoamento da raça brasileira. O médico Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918⁶⁷, publicou na segunda

republicana seria um local apropriado para mulheres, de diferentes grupos sociais, exercerem de forma complementar, e natural, sua função materna e seus dotes de educadora nata, desde que não competissem ou fosse sobrepostas com a função primeira de esposa e mãe. Veja: ARAÚJO, 2010, p. 65-76.

⁶⁵ As “rainhas do lar” também eram o principal público alvo das propagandas de remédios, pois, segundo Bueno (2008, p. 61) era a elas que “cabiam as decisões dos gastos diários: escolher o fortificante mais efetivo para as crianças; optar pelo melhor remédio para cólica [ou para aumentar a beleza]; ou comprar o medicamento para as dores de cabeça que o marido trazia do escritório. Prover a casa ainda era tarefa masculina. Todavia, na hora de decidir por produtos e marcas, a mulher dava a palavra final.

⁶⁶ Como informa a propaganda do sabonete Creol (mesma marca do desinfetante Creol), seu uso também “é indispensável nos bancos, hospitais, theatros, hotéis, restaurantes onde deseja verdadeira higiene” (**Gazeta do Povo**, 16/02/1920, p. 3).

⁶⁷ Renato Kehl, nascido em Limeira, interior de São Paulo, formou-se em Farmácia, em 1909, pela Escola de Farmácia de São Paulo, e em Medicina em 1915, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Publicou mais de duas dezenas de livros dedicados a eugenia, desenvolvendo boa parte na Liga de Higiene Mental do Rio de Janeiro. Suas obras abarcavam discussões sobre diversos temas, dentre eles: maternidade, infância, educação, higiene, saneamento, educação física, legislação matrimonial, exame pré-nupcial, educação sexual e controle da natalidade (GOELLNER; SILVA, 2008, p. 2; CASTAÑEDA, 1998, p. 24). Nos anos 1920 Renato Kehl passou a identificar-se com as concepções da eugenia que mais se desenvolveram nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e outros países do norte europeu, nos quais o “racismo científico” era predominante (SOUZA, 2008, p. 233). No Brasil, a ideia de controle de natalidade foi uma das estratégias difundidas pela imprensa

década do século XX, dois livros destinados a levar ensinamentos para a cura da fealdade e conservação da beleza: **A cura da fealdade** (1923) e **Formulario de belleza** (1927). Este último era voltado, especialmente, para o público feminino e trazia receitas de cosméticos para os cuidados com a pele, com os cabelos e também para o combate dos mais diversos tipos de inconvenientes físicos: cárie, cólicas menstruais, diarreia, eczemas, flatulência, anemia, magreza, obesidade, picadas de insetos, verrugas, varizes, excesso de pelos, etc. (GOELLNER; SILVA, 2008).

Nos anos de 1920 as mulheres podiam encontrar muitos produtos anunciados na imprensa curitibana, que prometiam combater “defeitos da aparência” feminina, geralmente se colocando como medicamentos e não como simples cosméticos (SANT’ANNA, 1995, p. 103). Assim, o medicamento-creme Anti-Echimose Faral, era apresentado como destinado ao “embellezamento da cútis” e “cura de toda a sorte de moléstias da pelle” (**Gazeta do Povo**, 06/04/1920, p. 4). O Pollah, que era denominado “cre’me scientifico” (**Gazeta do Povo**, 08/07/1923, p. 4), e o Crème Simon (Figura 11), que além de tratar vários males da pele, como manchas, rugas e sardas, era designado de “higiênico” (**Gazeta do Povo**, 02/04/1928, p. 4).

O anúncio do produto com nome francês trazia a palavra Paris no texto, procurando valorizar o creme através da apreciação do que vinha do estrangeiro. A aquisição deste ou dos demais produtos cosméticos que prometiam rejuvenescimento, beleza e saúde poderia representar para a consumidora, também, a obtenção de prestígio e diferenciação do status social perante outras mulheres que não possuíam recursos financeiros para atender aos apelos publicitários.

operária paulista com a finalidade de que os pais trabalhadores, com prole reduzida, tivessem condições de cuidar melhor da saúde e da educação de seus filhos (inclusive retardando a entrada no mundo do trabalho), formando futuros revolucionários. Confira: BERTUCCI, 1997, p. 125-168.



Figura 11 - Crème Simon
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 02/04/1928, p. 4

A propaganda de um espelho (Figura 12), recurso importante para se fazer a *toilette*, conferir a aparência e o corpo aprimorado⁶⁸ - assim manter a beleza e a saúde - publicado pelo jornal **Gazeta do Povo**, de 1929, mostra uma mulher vestida conforme a moda dos anos 1920: vestido tubinho solto na cintura, mangas curtas, comprimento acima dos joelhos, deixando as pernas à mostra, cabelos cortados retos até a altura do queixo no modelo francês “à la *garçonne*”, cobertos por um chapéu do tipo *cloche*, que toma a forma quase de uma touca enterrada até os olhos⁶⁹. Ela está sentada em frente ao espelho, que a ajuda a completar sua higiene pessoal, tão difundida pelos médicos. Suas mãos seguram produtos que parecem

⁶⁸ O espelho apreço apenas no século XVI, como preciosidade importada de Veneza e, portanto, artigo caro e raro, destinado apenas ao consumo de poucos. No período entre guerras, na Europa, as casas operárias ou rurais possuem apenas um, pequeno, pendurado em cima da bacia de fazer barba. O espelho grande de corpo inteiro se encontra nas casas dos mais abastados. Conforme aponta Ariès e Duby (2001, p. 309) o objeto possibilita que a pessoa deixe de perceber sua identidade física no olhar do outro e passe a contemplá-la no espelho grande do banheiro.

⁶⁹ A moda nas cabeças, até o início do século XX, era o uso dos chapelões enfeitados, que carregavam a carregar pássaros empalhados, e dos cabelos longos com penteados robustos.

maquilagem: batom e pó facial (?). Esses cosméticos, utilizados há muito tempo para realçar as cores do rosto, o que era sinal de boa saúde e de vivacidade do sangue, são usados, nesse período, com mais intensidade e a moda dizia que os olhos deveriam ficar bem marcados e a boca pintada de carmim, em formato de coração. Seria esta mulher a representação de uma coquete⁷⁰?



**UMA BOA
“TOILETTE”
SÓ COM UM BOM
ESPELHO
!!!**

Uma boa “TOILETTE” só com um bom espelho! Grande fabrica paranaense de espelhos e crystaes bisotes – Salomão Guelman. Rua 24 de Maio Nº 32 Curityba – Tel. – 80.

Figura 12 - Uma boa “toilette” só com um bom espelho
Fonte: **Gazeta do Povo**, 05/12/1929, p.6

Durante a década de 1920, os exageros da moda vão ser combatidos por diferentes grupos sociais (médicos, religiosos, escritores, etc.), preocupados com a decadência da moral feminina e, conseqüentemente, com a ruína da família e do papel maternal feminino. Dentre os membros desses grupos pode ser incluído o

⁷⁰ A moda das coquetes referia-se aos costumes, modos de ser e se vestir franceses que, naquele momento, serviam de espelho para tantas outras que aspiravam ser e estar em Paris. Ao mesmo o em este “estilo de vida” sugestionava ares de modernidade e autoafirmação, apontava também para uma moral vulgar, beirando a má vida, à prostituição (GOELLNER, 2003; GOELLNER; SILVA; 2008).

articulista Amadyr, do jornal **Gazeta do Povo**. Assinado por Amadyr, artigo veiculado pelo jornal em janeiro de 1920, informava os leitores curitibanos que o clero do Rio de Janeiro havia aberto campanha contra os exageros da moda feminina, com relação ao “excesso de nudez dos últimos vestuários que encurtaram as saias, deixaram os braços a mostra e aumentaram o decote” (**Gazeta do Povo**, 27/01/1920, p. 2). Relatava que, embora os representantes do jornal curitibano não fossem pudicos nem católicos, também reprovavam o excesso de exibicionismo feminino que começa a acontecer, por atentarem contra a distinção dos costumes. Segundo o cronista Amadyr, que assinava o artigo publicado na **Gazeta do Povo** de 1920:

Só aquelas que não possuem elevação de pensamento e outra coisa não sabem fazer se não se entregarem a futilidade banal, ridícula, condenável e prejudicial do pedantismo vaidoso de certas rodas da aristocracia, onde já se insinuaram os vícios pervertidos da sociedade em ruína moral, é que serão capazes de ostentar com exagero os trajes, vistosos não há duvida, do figurino moderno (**Gazeta do Povo**, 27/01/1920, p. 2)⁷¹.

O figurino feminino, como descreveu o articulista do jornal **Gazeta do Povo**, substituiu radicalmente as roupas femininas em questão de uma década. Até meados da década de 1910, ainda prevalecia para as mulheres a moda dos vestidos pesados e dos trajes sisudos (Figura 13). As mulheres precisavam usar, por baixo de seus vestidos longos, várias outras camadas de roupas: o espartilho, a *chemise* (camisa longa até o joelho) e os calções de algodão branco, adornados com rendas e bordados. Vestir-se e despir-se eram tarefas difíceis, que demoravam longo tempo, e requeriam a ajuda de uma criada, no caso das mulheres mais ricas (MENDES; HAYE, 2003).

A transformação que se segue no vestir, a partir da Primeira Guerra Mundial, inaugurou um novo capítulo na história da moda feminina. Essa mudança foi combinada com alterações no comportamento e inserção social da mulher que, em

⁷¹ Em 14 de janeiro de 1920, Amadyr escreveu na **Gazeta do Povo**: “[...] A mulher brasileira, pelas circunstâncias que presidem a formação da nossa raça, allia qualidade moraes e temperamento à uma graciosidade e à uma beleza toda sua, que a tornam um ser previligiado e distincto, que nos deslumbra os sentidos e nos orgulha a alma de patriotas. No lar as nossas patricias são as vestaes que mantêm inalterado o fogo sacrosanto de nossa moral e da nossa família [...]. Como mães e como esposas ellas possuem qualidades excepcionais; como mulheres são soberanas [...]” (**Gazeta do Povo**, 14/01/1920, p. 2).

parte, teve apoio decisivo dos médicos, como no caso do fim do uso dos espartilhos, pois estes poderiam comprometer a gravidez e, assim, aquele que era o principal papel social feminino: ser mãe. O espartilho, em forma de S, já havia passado por transformações entre o final do século XIX e início dos Novecentos, pois na *Belle Époque* era sustentado por barbatanas de baleia e não mais por aço, o que já fazia com que fosse considerado “mais saudável” porque mais flexível (Figura 14) (SOUZA, G., 1987, p. 173-74). Entretanto, o fim de sua utilização foi amplamente apoiado pelos doutores.



Figura 13 - Moda Rio
Fonte: **Enciclopédia Nosso Século**, V. 1, 1900/1910, 1980, p. 117



Figura 14 - Espartilhos do início do século XX
Fonte: **Enciclopédia Nosso Século**, V.1, 1900/1910, 1980, p. 116

Desta forma, a Primeira Guerra Mundial foi um período significativo de mudanças no estilo de vida ocidental, principalmente o europeu, mas também de outras terras, inclusive o Brasil. Na Europa, com a partida de inúmeros homens para a guerra, muitas mulheres precisaram assumir o gerenciamento do lar e das tarefas deixadas por eles na área da saúde, da agricultura e nas fábricas, cuja produção não podia parar. Com a necessidade de um vestuário mais apropriado para a

realização destas atividades, a moda passou por um processo de simplificação, com a extinção das várias roupas de baixo (inclusive o espartilho), a diminuição do comprimento de saias e vestidos, bem como o alargamento na cintura e o conforto proporcionado pelos tecidos mais leves (ANDRETTA, 2010, p. 22). No Brasil, desde o fim da Grande Guerra, as tendências da moda feminina acompanharam as roupas leves e esportivas, que caíam com naturalidade, sem cintos (SEVCENKO, 1999, p. 575).

O comportamento vinculado “a certas rodas da aristocracia”, relatado pelo articulista Amadyr (**Gazeta do Povo**, 27/01/1920, p. 2), foi mais uma tradução radical, adotado por poucas mulheres, de um processo de transformação que conjugava mudanças sociais que estavam em curso nos anos anteriores (a Primeira Guerra Mundial foi parte significativa desse processo), inclusive em Curitiba⁷². Muitos concordariam com o redator do jornal, quando este escreveu sua opinião sobre os exageros da moda moderna:

saber vestir é saber ter elegância. Formas bellas, sem exagero. Sem que os olhares dos que nos rodeiam se ofusquem com as exhibições ruidosas, sem que a nossa presença chame a atenção ou desperte curiosidade. Esta é a maneira de vestir dos que sabem ter bom gosto, dos que apuram o senso esthetico numa educação artística aprimorada (**Gazeta do Povo**, 27/01/1920, p. 2).

O sensato era mudar, mas “sem exagero”, uma vez que era preciso lembrar sempre à mulher sua conduta ideal, pois ela era a grande responsável pelo futuro, pelos filhos. Ao longo dos anos correspondentes à década de 1920 os anúncios publicados na imprensa de Curitiba exploraram a imagem da mulher em transformação, entretanto não poucas vezes faziam uma representação ideal do feminino, o qual associava “modernidade” e comportamento adequado, como no texto de Amadyr. Afinal, em 1929, ano da propaganda “Uma boa “toilette” só com um bom espelho!!!” (Figura 12), a maioria das senhoritas e senhoras brasileiras já se vestia como a moça retratada na propaganda, mas sem exagero, como mostra a fotografia das curitibanas, Senhorita Risoleta e sua irmã (Figura 15):

⁷² Muitos desses hábitos dos anos de 1920, os “anos loucos” (vida social intensa, frequentar cinemas e teatros, bailes, realizar passeios e participar de competições esportivas), já existiam, com intensidade diversificada, desde o começo do século XX, mas a conjuntura da década de 1920 fez com que adquirissem um efeito sinérgico, envolvendo principalmente os jovens, reformulando o visual e aspectos significativos da inserção social feminina (SEVCENKO, 2003, p. 32-33).



Figura 15 - Senhorita Risoleta Machado e sua irmã
Fonte: **Ilustração Paranaense**, 1927.

Uma transformação gradativa no vestir pode ser acompanhada pelas imagens das propagandas da imprensa curitibana. O anúncio do pó de arroz Mendel, de novembro de 1920 (Figura 16), por exemplo, trazia aos olhos das curitibanas uma moça jovem, cabelos com penteado romântico (enrolados), vestido marcado na cintura e rodado, abaixo do joelho, ombros a mostra, gestos delicados e contidos, segurando uma echarpe em movimento. A imagem apresenta uma mulher elegante, vestida de maneira diversa da moda predominante até meados dos anos de 1910, mas também distante da extravagância das coquetes (muitas vezes associada à prostituição) da década de 1920; entretanto, é impossível não identificar na moça da propaganda sinais das mudanças em curso, a começar pelo comprimento da saia.



Figura 16 - Pó de arroz Mendel
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 17/11/1920, p. 4

E o embelezamento físico da mulher, importante para garantir a felicidade no casamento (evitaria que o marido se perdesse com prostitutas, jogos e álcool), também seria alcançado com atividades físicas. Em tempos de ações desencadeadas pelos sanitaristas e de ideias eugênicas, muitos médicos brasileiros acreditavam que a prática da educação física era um mecanismo fundamental para auxiliar no processo de aperfeiçoamento dos futuros brasileiros, pois os benefícios da atividade física não ficariam restritos somente ao corpo feminino, mas seriam transmitidos geneticamente para os filhos (SOUZA, V., 2008, p. 156). Além disso, o aprendizado físico estava estreitamente relacionado com a educação moral, a afirmação dos hábitos higiênicos e o disciplinamento do corpo (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2008, p. 136-137).

Dança, caminhada, ginástica e natação serão as atividades mais recomendadas às mulheres para adquirirem um corpo forte, belo e saudável (MATHIAS; RUBIO, 2010). Explorando e transmitindo a imagem do corpo ideal, a propaganda do fortificante Emulsão de Scott (Figura 17) apresenta uma moça

vestida em trajes de banho em cima de um trampolim, ensaiando um salto na piscina, substituída na propaganda pelo texto publicitário. O texto explora a ideia que as meninas (futuras mulheres) necessitavam de “desportos e exercícios ao ar livre” para conseguirem “mais saúde e belleza”. Entretanto, para as meninas “acanhadas ou delicadas sem o desejo natural por semelhante actividade”, o fortificante, rico em vitaminas, se colocava como um estímulo para aumentar a vivacidade do organismo, para que elas viessem a cultivar a prática dos exercícios físicos — apresentado como um “desejo natural” feminino (**Gazeta do Povo**, 01/04/1928, p. 3). Como constata Trindade, “as práticas de esportes entre as moças da sociedade curitibana entra de acordo, pois, com uma nova mentalidade mundial e com os interesses da sociedade republicana” (TRINDADE, 1996, p. 281). O encorajamento da prática de exercícios seja na família, na escola, nos clubes, nas associações, contribui não só para estimular os preceitos da higiene, mas também para o fortalecimento do corpo da Nação.



A mocidade de hoje

A época actual tende a cultivar ao maximo possível as actividades physicas da mulher. Na idade de seu desenvolvimento as meninas conseguem mais saúde e belleza participando nos desportos e exercicios ao ar livre.

Meninas acanhadas ou delicadas, sem o desejo natural por semelhante actividade, devem receber um estimulo para taes exercicios, com o uso de um producto medicinal tonificante que, como a Emulsão de Scott, lhes augmente a nutrição, ajude a criar sangue rico, vivacidade, robustez e formas perfeitas.

Assegure o bem estar futuro ás suas filhas, dando-lhes agora a

Emulsão de Scott
Rica em Vitaminas

Figura 17 - A mocidade de hoje - Emulsão de Scott
Fonte: **Gazeta do Povo**, 01/04/1928, p.

Contudo, a prática de esportes e outras atividades físicas para as mulheres, tinham que ser reguladas para que não se tornassem um perigo para a imagem ideal de “ser feminina”. Segundo Mathias e Rubio (2010),

a construção de um organismo forte, assentada no trinômio ‘saúde, força e beleza’, passa a ser meticulosamente observada, visto que a densidade do ser forte é tolerada até o ponto em que não ultrapasse aqueles limites ditados por sua ‘natureza’, ou ainda pelo que a biologia convencionou designar como sendo próprio do corpo feminino” (GOELLNER, 2004, p. 165).

As propagandas e outras publicações dos jornais curitibanos educavam as mulheres ao difundirem uma imagem do feminino, pautada pelo que chamavam de natureza da mulher. Enquanto responsável pelo cuidado da família, geração e educação primeira das crianças, a mulher tornou-se centro de uma série de saberes, discursos e normatizações, as quais visavam educá-la para que pudesse cumprir, de forma adequada, com o compromisso de gerar e cuidar dos filhos. Os preceitos da medicina científica estabeleciam as normas com relação à higiene pessoal e da casa. Todavia, além do asseio, a mulher precisava manter-se sempre bonita, através de cuidados com a beleza estética (cosméticos, vestimentas que não colocassem sua moral em risco) e física (prática de exercícios), que ajudariam na manutenção de seu casamento e colaborariam com sua saúde, respectivamente.

Nos anos de 1920 a preocupação dos doutores com as doenças consideradas “típicas femininas”, que ganhava espaço nas ações médico-científicas, pelo menos desde o final do século XIX, adquiriu evidente relevância. Estas enfermidades deviam ser tratadas por especialistas (médicos), que detinham o conhecimento científico sobre o corpo da mulher e, assim, estariam aptos para indicar um medicamento ou um procedimento cirúrgico adequado para cuidar das enfermidades femininas, ao contrário de outros saberes de cura, notadamente o das parteiras, que poderiam até concorrer para a morte da mulher. Porém, esses conhecimentos femininos, permeados por diferentes experiências e passados de geração em geração, continuaram presentes no repertório de cura das mulheres, às vezes combinados com terapêuticas que a medicina e as propagandas de remédios, como o Emulsão de Scott, propalavam. Um exemplo significativo tanto da permanência de saberes femininos sobre saúde e doença, quando da combinação desses saberes com terapêuticas médico-científicas, pode ser visto na carta de uma

mãe escrita para o doutor Aluizio França, que mantinha a coluna Consultório de Ensinamentos às Mães no jornal **Gazeta do Povo**⁷³. Nesta a mãe explicava como fazia sua terapêutica para acabar com os desconfortos abdominais e a falta de apetite do filho Luiz Carlos: dava o remédio industrializado “lombrigueira” somente na lua minguante que, conforme as tradições populares, ajudaria a diminuir ou acabar com os vermes (**Gazeta do Povo**, 05/05/1930, p. 3). O doutor França desqualificou a forma de utilização do remédio e, certamente, foi este o motivo de ter selecionado a carta da leitora (ou o texto supostamente escrito por uma leitora): ensinar, a partir da perspectiva médica, todas as mulheres a usarem corretamente o medicamento e cuidar da saúde. No entanto, a transcrição da carta, acabou mostrando muito mais: a combinação de saberes de cura que era efetuada pelas curitibanas na década de 1920 quando o tema era o cuidado da saúde da família.

Educada por artigos e propagandas que com palavras e imagens muitas vezes vendiam a promessa de saúde para ela e sua família, a mulher curitibana seria, concomitantemente, alvo de uma educação moral e sexual que pretendia colaborar para a manutenção do seu papel de mãe, esposa e dona de casa exemplar. Os jornais **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia** apresentaram, repetidamente, em suas propagandas (e textos) o interior do lar como o espaço em que a mulher não apenas estaria resguardada dos perigos da vida cotidiana, mas como o local em que ela podia dedicar-se a função primordial para a qual teria nascido: o bem-estar de seu marido e de seus filhos, fazendo de sua casa uma célula saudável dentro do corpo social, com a ajuda imprescindível dos médicos. Contudo, pelo relato de alguns casos que poderiam educar mulheres através de exemplos que elas não deveriam seguir (como o de Rosa Marochi; o da mãe do menino Luiz Carlos, e da polonesa com meningite), é possível supor que curitibanas dos anos de 1920, por vezes, procuravam ajuda de parteira e não de doutor, combinavam remédios científicos com outras práticas de cura e não seguiam sempre as ordens médicas. Os resultados de tais atitudes podem ter sido condenados, inclusive por várias mulheres, mas indicam quanto à representação

⁷³ O Consultório de Ensinamentos as Mães (CEM), redigido pelo doutor Aluizio França na **Gazeta do Povo** de 1930 a 1935, foi um importante espaço de puericultura em Curitiba, onde mães e médico dialogavam sobre a melhor maneira de cuidar dos filhos. As discussões ocorridas nesta coluna, em 1930, serão utilizadas principalmente no capítulo 2. O doutor França, especialista em crianças, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, em 1912, prefeito de Curitiba, em 1937, e um dos criadores do Hospital de Crianças. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Paraná (GANZ, 1996; TEIXEIRA, 2010).

feminina, divulgada pelos jornais para educar mulheres sobre as questões de saúde (inclusive por meio de propagandas para vender remédios), foi balizada pela experiência cotidiana, pelo costume, que permeava o cotidiano das mulheres curitibanas.

CAPÍTULO 2

MÃE EDUCADA: FILHOS SADIOS

As mães adivinham sempre, não sei por que miraculosa intuição, o mistério que no mistério de suas entranhas foi gerado, e nunca se enganam.

Florbela Espanca



Maria Santos Ticoulau e seu filho
Fonte: **Ilustração Paranaense**, 1930

O enaltecimento da maternidade como a principal função feminina expressou, na década de 1920, um aspecto fundamental do desejo da construção da nação brasileira. A ideia de que filhos sadios e hígidos seriam o futuro da pátria tornou-se base para a intervenção na educação da mulher-mãe, pois seria através dela que médicos e educadores poderiam alcançar a criança (GANZ, 1996, p. 2; TEIXEIRA, 2010; p. 7; FREIRE, 2006).

Segundo o doutor Aluizio França, que exercia a profissão de pediatra em Curitiba no período, “o que deixa as criancinhas doentes é a falta de conhecimento das mães, que não sabem criar” (**Gazeta do Povo**, 29/05/1930, p. 3). Para este médico, e para outros setores da sociedade que compartilhavam dessa ideia, fazia-se necessário educar as mulheres para serem mães conhecedoras e usuárias de preceitos aprovados pela ciência, os quais poderiam orientá-las sobre a maneira correta de criar filhos, ou seja, da puericultura.

A puericultura tornou-se o carro-chefe da maternidade científica ao procurar incorporar, na prática cotidiana das mães, os conhecimentos técnicos no cuidado e criação adequada das crianças em relação à alimentação, ao vestuário, à higiene. A puericultura, enquanto “parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento” (FREIRE, 2006, p.12), não é fruto do século XX. Sua criação como sistema estruturado de regras, significando a arte da criação das crianças, é atribuída ao médico francês Alfred Caron, que passou a escrever sobre o assunto a partir de 1860. O debate sobre puericultura, no Brasil, começou a ganhar ênfase a partir de final do século XIX, com o doutor Moncorvo Filho⁷⁴, que a representaria como a higiene da infância, englobando todos os cuidados prestados às crianças, desde a hora do nascimento até a puberdade (FREIRE, 2006, p.12; TEIXEIRA,

⁷⁴ Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) graduou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1897. Fundou em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, instituição que tinha como objetivo melhorar as condições de assistência médica e social às crianças carentes através da inspeção e regulação das amas de leite, fiscalização do trabalho feminino e de menores nas indústrias, proteção contra abuso e negligência, entre outros. Este instituto serviu de um duplo modelo, ideológico e institucional de proteção à infância, efetuando uma associação direta entre higiene infantil e a constituição da nação brasileira. A criação deste Instituto é considerada a sua grande obra, a qual se difundiu para outros estados brasileiros, entre eles o Paraná, com filial em Curitiba (IPAIPR). Em 1919, criou o Departamento da Criança do Brasil, através do qual promoveu os Congressos Brasileiros de Proteção à Infância (CBPI). Publicou três livros considerados obras de referência para a história da pediatria no Brasil: **Higiene Infantil** (1917), **Formulário de Doenças das Crianças** (1923) e **Histórico da Protecção à Infância no Brasil** (1926) (FREIRE; LEONY, 2011, p. 206-2013; WADSWORTH, 1999, p. 103-124).

2010, p. 19). A preocupação com a saúde dos pequenos era propagandeada em Curitiba de diferentes maneiras. No início da década de 1920, os jornais noticiavam a participação do Paraná no Primeiro Congresso de Proteção à Infância, a ser realizado no Rio de Janeiro, tendo à frente o doutor Moncorvo Filho. Segundo o jornal **Diário da Tarde**:

A ação se irradia entusiasmadamente em todos os Estados da União [...]. O Paraná abraçou a ideia humanitária e digna de aplausos essa nobre atitude [...]. Podemos garantir que nosso Estado ocupará uma boa posição entre seus irmãos em prol da proteção eficiente da infância, merecedora de assistência desvelada e sem desalentos de todas as almas bem formadas. Cuidar da criança é servir a Pátria, que não poderá ser forte, digna e respeitada se a vida e a saúde dos cidadãos de amanhã forem consideradas assumptos de pouco apreço. [...] (**Diário da Tarde**, 08/05/1920, p. 1).

A puericultura, que garantiria a saúde das criancinhas, diferente da pediatria que intervém diretamente no corpo da criança, visava à transformação de “crenças, valores, costumes e atitudes, pressupondo transformações de ordem cultural, que inclui a redefinição do conceito e do valor da maternidade” (TEIXEIRA, 2010, p. 20).

A ideia da maternidade científica adquiriu força na sociedade ocidental, após a Primeira Guerra Mundial, ganhando configurações diferentes de acordo com a sociedade na qual era debatida e implementada (FREIRE, 2008). Na França, por exemplo, as medidas de proteção à maternidade fizeram parte de uma política maior de proteção à família, tendo como principais causas o despovoamento e a crença da degeneração moral da juventude no pós-guerra. Segundo Freire, as feministas parisienses, de forma geral, apoiavam as políticas públicas que procuraram conciliar a função de mãe, trabalhadora e dona de casa, considerando, inclusive, que a maternidade era digna de ser remunerada devido à importância de sua função social (FREIRE, 2006, p. 137). Na Inglaterra, as ações relacionadas à puericultura foram coordenadas por organizações civis, composta majoritariamente de mulheres, através da assistência materno-infantil (visitas em domicílio, reuniões de mães, centro de proteção infantil, etc.). Esse modelo de assistência foi incorporado posteriormente pelo *welfare state* britânico⁷⁵ (FREIRE, 2006, p. 137).

⁷⁵ O conceito de *welfare state* possui diversas variantes, entre elas: estado protetor, estado benfeitor, estado de bem-estar social, estado providência, estado executor, estado reformista e estado interventor. Foi aplicada no período após Segunda Guerra Mundial, em grande parte com inspiração norte-americana, e significou uma política nacional, de serviços sociais que englobavam as diversas

No Brasil da década de 1920, foi a percepção da precariedade nas condições de saúde da população e o elevado índice de mortalidade infantil, as quais não condiziam com o desejo de tornar o país “civilizado”, que tornou a maternidade um dos principais focos de debates. São os principais agentes defensores da puericultura, como médicos e membros de organizações filantrópicas, os responsáveis pelas políticas materno-infantis, criadas a partir da segunda década do século XX e ampliadas na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas (MARTINS, A., 2011; FREIRE; LEONY, 2011)⁷⁶.

Em Curitiba os anos de 1920 evidenciaram os resultados das transformações urbanas e sociais, que ocorriam na localidade pelo menos desde o início do século XX. A crescente urbanização, que combinava aumento do número de oficinas e fábricas e casas comerciais com um grande contingente de pessoas (trabalhadores, desempregados, biscateiros, etc.) vivendo em condições precárias, se não igualava, na capital da Paraná, aos maiores centros urbanos e fabris do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas apontava problemas relevantes quanto à saúde da população, notadamente das crianças. O problema da mortalidade infantil, em Curitiba, era pauta governamental desde anos anteriores. Já em 1917, o Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, doutor Enéas Marques dos Santos, destacava em seu relatório ao Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, as providências que estariam sendo tomadas para fornecer medicamentos às crianças pobres e, assim, procurar diminuir a mortalidade infantil na capital (AVANZINI, 2011, p. 21). Em Curitiba, segundo Avanzini,

Em 1908 faleceram 828 pessoas, das quais 444 (53,6%) eram crianças; em 1909, dos 931 mortos, 413 (44,3%) eram crianças; em 1910, das 1069 pessoas que chegaram a óbito, 560 (52,4%) eram crianças; em 1911, 957 óbitos, sendo 506 de crianças ou 52,9%; em 1912, 1320 óbitos dos quais 55,3% ou 730 de crianças, e finalmente em 1913, dos 1168 óbitos, 633 ou 54,2% eram de crianças (AVANZINI, 2011, p. 20).

necessidades humanas e, a partir da perspectiva dos direitos, que buscava atender a totalidade da população com o intuito de promover sua emancipação. Confira: ARRETCHE, 1995.

⁷⁶ Marcílio (2006, p. 132) indica a existência de três fases na história da institucionalização da assistência à infância, que se justapõem a partir da segunda fase: a caritativa, a filantrópica e a de bem-estar social. A primeira fase, caritativa, estende-se até o final do século XIX, envolvendo ações eminentemente movidas pela caridade cristã. Na fase filantrópica, presente até a década de 1960, percebe-se a preocupação com saúde das crianças e o desenvolvimento de práticas de assistência, com a participação crescente do poder público e dos médicos. A terceira fase surge, segundo a autora, quando se instala o estado do bem-estar social, nas últimas décadas do século XX, quando a criança tornou-se, na lei, sujeito do Direito.

Assim, nos anos de 1920, para autoridades governamentais, em sintonia com médicos e filantropos, além de ações de melhoria do saneamento e higienização da capital paranaense, fazia-se necessário adentrar no espaço privado da família para aconselhar e educar as mães com os conhecimentos da puericultura, para que essas cumprissem seu papel social, colaborando com a melhoria da saúde e das condições de vida das crianças.

Mas como a mulher poderia incorporar na sua prática cotidiana os saberes propostos por médicos e outros setores da sociedade, preocupados especialmente com a preservação da vida dos futuros cidadãos?

Para educar as mães, e futuras mães, das diversas camadas sociais, muitas frentes foram abertas, algumas intimamente relacionadas à indústria, que pretendia vender saúde para mulheres e seus filhos⁷⁷. Assim, em 1920, no ano anterior de sua instalação no Brasil, a Indústria Alimentícia Nestlé, que já tinha seus produtos comercializados no país, produziu dois manuais de puericultura: “Para as mães” e “Da alimentação e cuidados”, que eram anunciados na **Gazeta do Povo**, através da propaganda intitulada “Mães Carinhosas”. O texto do jornal diário informava às interessadas que os manuais eram oferecidos gratuitamente às mães que enviassem seus dados pessoais ao endereço indicado: Companhia Nestlé, caixa de correio 760, Rio de Janeiro (**Gazeta do Povo**, 31/12/1920, p. 3). Meses mais tarde, tendo contato com os dois manuais, um articulista do mesmo jornal emitia às leitoras curitibanas, sua opinião favorável à iniciativa da empresa: “[...] a Nestlé não tem poupado esforços nem sacrifícios para vulgarizar entre as mães os conhecimentos de higiene indispensáveis à criação de homens fortes e robustos. Muito estimaríamos que todas as mães paranaenses pudessem ler esses manuais de puericultura” (**Gazeta do Povo**, 25/02/1921, p. 3).

A indústria suíça Nestlé procurou firmar uma parceria com profissionais da saúde brasileiros, demonstrando seu empenho em projetos ligados, especialmente, ao bem-estar das crianças e combate à mortalidade infantil, com ênfase na nutrição saudável. Esta parceria constituía em estimular as produções acadêmicas dos doutores, premiando os melhores trabalhos na área de puericultura e pediatria, patrocinar eventos científicos financiando a participação de profissionais, além de, é

⁷⁷ Segundo Martins, as mulheres das classes privilegiadas e letradas foram as primeiras a receber as orientações e conselhos médicos porque eram mais permeáveis aos discursos sobre a saúde física e moral dos filhos, tema estimado às sensibilidades burguesas e às pretensões diferencialistas de classe e raça por meio do autocontrole e da disciplina (MARTINS, A., 2008, p. 137).

claro, divulgar seus produtos alimentícios através da distribuição de amostras para os pediatras, acompanhados de folhetos explicativos e orientações sobre a composição química dos alimentos e seus benefícios ao organismo infantil, materno e da família em geral (AMORIM, 2005, p. 55). Os manuais de puericultura, propagandeados pela **Gazeta do Povo**, foram frutos dessa parceria e consistiam em uma das estratégias para levar os ensinamentos dos médicos ao espaço do lar, descrevendo de forma simplificada como deveria ser a conduta da mulher-mãe com relação às práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças: nutrição, higiene, saúde em geral. Conforme aponta Martins, os compêndios de puericultura,

[transformavam] ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação de um mingau ou sopinha em tarefas complexas, desdobradas em múltiplos movimentos e informações. Estes manuais não só ensinavam a cuidar de bebês e crianças pequenas, mas estabeleciam uma dicotomia entre o autor e a leitora, perceptível não só pelo tom imperativo e a voz ativa do médico-autor, mas pela construção discursiva da mãe-leitora, passiva e paciente, aluna ideal para a recepção dos saberes especializados e autorizados dos médicos puericultores” (MARTINS, A., 2011)⁷⁸.

A partir do século XX, os manuais de puericultura passaram, também, a ser redigidos como material didático dos cursos oferecidos nas Escolas Normais, estabelecimentos de ensino frequentados principalmente por mulheres⁷⁹, muitas delas futuras mães (LIMA, A., 2007, p.103)⁸⁰. Os conhecimentos dos compêndios

⁷⁸ Sobre mais detalhes dos manuais de puericultura que circularam no Brasil, confira: MARTINS, A., 2008, p. 135-154; LIMA, A., 2007, p. 95-122.

⁷⁹ As Escolas Normais, destinadas à formação de professores, aos poucos foram sendo ocupadas por moças, até se tornarem, praticamente, escolas de mulheres. Esse movimento de ‘feminilização do magistério’, se dava na medida em que os homens iam abandonando as salas de aula por múltiplos fatores, dentre eles, o processo de urbanização e industrialização, que ampliava as oportunidades de trabalho mais rendosos para o sexo masculino. As mulheres foram ocupando o espaço na profissão em meio a discursos contraditórios, que argumentavam, por um lado, que ela não tinha capacidade intelectual e física para as atividades em sala de aula, por outro, que as mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, pois eram as ‘primeiras’ e ‘naturais educadoras’ dos pequenos (LOURO, 2004, p. 454).

⁸⁰ Em 15 de setembro de 1920, os jornais **Gazeta do Povo** e **Diário da Tarde**, informavam aos leitores que, neste mesmo dia, se iniciava o Curso de Higiene Elementar, destinado aos professores públicos do Paraná, criado pelo então chefe de Serviços de Profilaxia Rural, Doutor Heráclides Cesar de Souza Araújo (**Gazeta do Povo**, 15/09/1920, p. 1; **Diário da Tarde**, 15/09/1920, p. 2). O curso, frequentado por 65 professores, foi organizado em duas partes e abarcava temas teóricos e aulas práticas, ministradas por médicos ligados ao serviço do Estado. As autoridades entendiam que, além de os professores identificarem os alunos acometidos por várias doenças que concorriam para a evasão e o baixo rendimento escolar (verminoses, pediculoses, anemias, tuberculose e várias doenças epidêmicas), poderiam propagar as ideias de higiene para as crianças e seus familiares. Como concluíram Marques e Farias, “higiene e pedagogia ‘irmanadas’ realizariam uma verdadeira revolução na escola. E a antiga pedagogia doutrinária viu-se substituída pela pedagogia científica,

tinham como meta instruir os profissionais que atuavam na escola primária e, cada vez mais, eram os responsáveis pela difusão de hábitos higiênicos entre os alunos. Essas crianças poderiam levar as boas práticas aprendidas na escola para suas casas, disseminando-as entre seus familiares (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009). Contudo, como aponta Bertucci:

muito mais que preceitos repetidos, uma educação sanitária [realizada no âmbito escolar] seria efetivada por uma interiorização de instruções e hábitos sanitários, que só com o tempo seriam traduzidos em palavras e atos cotidianos, quer para alunos quer para professores, por mais bem intencionados e instruídos que estes últimos estivessem (BERTUCCI, 2007a, p. 17).

Além dos manuais de puericultura e da educação escolar, a imprensa curitibana, nos anos de 1920, foi um importante veículo divulgador de princípios médico-científicos, concorrendo para a empreitada de modificação de práticas maternas que estavam, em grande parte, atrelados a costumes de gerações (GANZ, 1996, p. 6). Ações educativas destinadas às mulheres estavam contidas, de forma mais ou menos explícitas, em propagandas e textos que veiculavam de maneiras diversas o saber da medicina nas diferentes fases da maternidade: gestação, parto, puerpério, criação e cuidado das crianças⁸¹. Sinalizando a importância desta questão para os médicos, mas também apontando o quanto o tema chamava a atenção de leitoras e leitores dos jornais curitibanos, o doutor Aluizio França publicou uma coluna no jornal **Gazeta do Povo** destinada às mães. Editado a partir do ano de 1930, o Consultório de Ensino às Mães representou um importante indicativo, tanto da apropriação pelas mulheres das propostas médicas difundidas nos anos anteriores, quanto da forma como esta apropriação era realizada: muitas vezes combinando as prescrições aprendidas com outras experiências sobre os cuidados com a saúde.

Considerando a tese amplamente difundida que das atitudes da mãe, desde a concepção do filho, dependia o futuro da cidade e da pátria, como a mulher deveria se comportar no período da gravidez para garantir filhos sadios? Rosi tinha

baseada nas técnicas racionais da observação, inspeção e exame, tão cara aos doutores da medicina” (MARQUES, V.; FARIAS, 2007, p. 134).

⁸¹ Na cultura ocidental, a palavra maternidade apresenta um uso ambíguo, remetendo ao mesmo tempo para um estado momentâneo de gravidez (gestação e parto) e para uma ação de longo prazo: cuidados posteriores aos filhos, incluindo educação (BADINTER, 1985).

dúvidas e escreveu para o doutor França: “Qual o preparado medicinal que as mulheres devem tomar no período de gravidez para ter um filho forte? [...] Quaes os alimentos que cooperam para aumentar e deixar forte o leite materno?” (**Gazeta do Povo**, 13/02/1930, p. 3). O médico respondeu que gravidez não era doença e, por isso, não necessitava de remédio, somente de “alimentação sadia, hygiene e vida ao ar livre”. Quanto à alimentação, o doutor recomendava que “tanto no período da gestação como no período de amamentação, a mulher não deve sair de seus hábitos – nem comer demais, nem comer o que não está acostumada”, e que os alimentos que ajudariam a tornar o leite forte eram os que constituíam os hábitos triviais: sopa, pão, frutos, leite, aveia e verduras (**Gazeta do Povo**, 13/02/1930, p. 3).

A preocupação de Rosi tinha suas raízes nos saberes de outros tempos. Segundo Del Priore, no período colonial brasileiro, “vista como doença, a gravidez devia ser vivida por mulheres numa aura de cuidados” (DEL PRIORE, 1995, p. 258). O medo de perder o fruto do ventre e o medo das dores físicas do parto eram presentes nas mulheres da colônia, num período em que os muitos relatos de morte de mães e bebês rondavam as mulheres de todas as classes sociais e etnias. Para garantir uma gravidez e parto tranquilos, além de um leite forte para amamentar o novo ser e suprir as necessidades nutricionais, as mulheres utilizaram, durante séculos, várias opções terapêuticas: prescrições enraizadas na medicina humoral⁸²; tratamentos preconizados por parteiras, familiares e comadres; práticas devocionais, como orações, rezas, usos de amuletos, etc. (DEL PRIORE, 1995, p. 258-266). Conforme concluiu Del Priore, ao estudar largamente a maternidade na colônia brasileira, a maioria dos remédios escolhidos para ajudar mulheres grávidas misturava a superstição popular e a ação terapêutica confirmada pela experiência. Usava-se todo gênero de medicamentos, em suas mais diversas formas, desde bebidas alcoólicas até diferentes infusões vegetais. Concepções sobre o cuidado com o corpo, que eram resultado de práticas arraigadas no cotidiano das pessoas, vinham, muitas vezes, da combinação/reelaboração da medicina de outros tempos,

⁸² O modelo humoral, originário da medicina grega, predominante durante séculos, se apoiava na imagem de substâncias, funcionamento interno do organismo e aparência, associados aos fenômenos a natureza. Dava-se importância aos ritmos naturais do desenvolvimento e da mudança dos principais fluídos encontrados no corpo humano, que eram responsáveis pelo equilíbrio entre a saúde e a doença. Esses líquidos eram: o sangue (temperatura quente, vermelho, associada ao elemento fogo), a bÍlis amarela (líquido gástrico, seca, associada ao elemento ar), a fleuma (secreções indolores, úmida, associada ao elemento água) e a bÍlis negra ou melancolia (fluídos escuros e os excrementos, associados ao elemento terra) (PORTER; VIGARELLO, 2008, p. 443-444; PORTER, 2004, p. 41-44).

como a medicina popular de Portugal (incluindo o legado da medicina dos mouros), a indígena e a negra (BERTUCCI, 2007, p. 150; DEL PRIORE, 1995, p. 271).

Desta forma, a correspondência entre Rosi e o doutor Aluizio França, publicada na Curitiba do início de 1930, poderia ser verdadeira ou forjada pelo próprio doutor, a partir das práticas que observava e procurava coibir ou incentivar. Todavia, de uma forma ou de outra, revelava a permanência da preocupação das mulheres grávidas e dos médicos com a alimentação das gestantes (mesmo que houvesse mudança no tipo de alimentação recomendada pelo médico, acompanhando as transformações da medicina). A carta revelava, também, como o costume de tomar beberagens para garantir uma boa gravidez, desqualificado pelo saber científico do século XX, permaneceu no início do Novecentos, combinado com ideias médicas que, paulatinamente, eram difundidas entre a população. Pelo menos na redação da carta publicada pelo jornal, Rosi teria solicitado um “preparado medicinal”.

Atentos às discussões científicas do período, os fabricantes da Aveia Quaker⁸³ anunciavam, estrategicamente, que o produto era destinado “as senhoras que em breve serão mães”, as quais deveriam alimentar-se bem para garantir “que seu filhinho nasça sadio e robusto, [fornecendo a ele] os dezesseis elementos necessários ao desenvolvimento do novo organismo”, que estavam presentes na Aveia Quaker. Segundo os anunciantes, caminhando *pari passo* com o incentivo ao aleitamento natural, preconizada pelos médicos e que cada vez ganhava mais espaço nos jornais, a Aveia Quaker também seria importante “porque asseguraria a mãe grande abundância de leite rico e saudável”, (**Gazeta do Povo**, 22/08/1925, p. 2). A imagem da propaganda do alimento produzido pela Quaker Oats (Figura 18)

⁸³ A empresa Quaker tem sua origem em 1877, fundada por Henry D. Seymor e Willian Heston, na pequena cidade de Ravenna, localizada em Ohio, Estados Unidos. O principal produto da empresa era a aveia em flocos, alimento rico em proteínas, minerais e fibras. Pouco depois, em 1881, Henry Parsons Crowell comprou a empresa, que vivia grandes dificuldades financeiras, e junto com ela a marca Quaker. A empresa foi pioneira no segmento alimentício ao publicar receitas em suas embalagens no ano de 1891, ensinando, assim, aos consumidores várias formas de ingerir aveia. Nos anos seguintes, a empresa expandiu sua capacidade de produção, além de introduzir novos produtos como farinhas de aveia e milho e comidas para bebês. Posteriormente, a empresa se uniu a outras duas que também beneficiavam aveia: uma na cidade de Cedar Rapids (Iowa), dirigida por John Stuart, seu filho Robert e seu sócio George Douglas, e a *German Mills American Oatmeal Company*, fundada por Ferdinand Schumacher (conhecido como “O Rei da Aveia”), em 1856, na cidade de Akron (Ohio). Formou-se oficialmente, em 1901, na cidade de Chicago, a *The Quaker Oats Company*. No Brasil, a empresa Quaker Oats só viria a se instalar oficialmente em 1952 e, no ano seguinte, sua primeira fábrica, instalada em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), produzia a Aveia (DIAS, K. Quaker Oats. 15/06/2006. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/quaker-oats-alimentao-saudvel.html>>. Acesso em 20/03/2012).

mostrava uma mulher aparentemente rezando, pedindo para que seu filho nascesse “vigoroso” e “perfeito”. Ao seu lado vê-se o vapor da aveia quente no prato se transformar na imagem de um berço, corroborando para a ideia de que o alimento ajudaria a concretizar o anseio da mulher, o de ser mãe. E a saúde da criança estaria diretamente relacionada à saúde da mãe, como afirmava a propaganda: “De V. Ex. depende tudo” (**Gazeta do Povo**, 22/08/1925 p. 2).

desde já

O SEU maior desejo neste momento é que seu filhinho nasça sadio e robusto—

De V. Ex. depende tudo. O seu sangue é a vida desse novo ser. Si desde já V. Ex. começa a enriquecê-lo, elle nascerá vigoroso e criar-se-ha perfeito e forte. Para iste tome diariamente um prato de Aveia

Quaker Oats

Os medicos consideram-na como o mais precioso alimento para as senhoras que em breve serão mães, não só porque vai fornecer á criança os dezesseis elementos necessarios ao perfeito desenvolvimento do novo organismo, mas tambem porque assegura á mã grande abundancia de leite rico e saudavel. A Aveia QUAKER é de digestão mais facil que outro qualquer alimento.

THEOPHILO G. VIDAL
Caixa Postal 132

Figura 18 - Desde já: Quaker Oats
Fonte: **Gazeta do Povo**, 22/08/1925 p. 2

Considerada a maior responsável pela saúde da prole, mesmo antes do nascimento dos filhos, a mulher deveria ter cuidados na gravidez, o que podiam

resultar um parto mais fácil e menos penoso para a mãe, bem como uma maior probabilidade da criança nascer saudável. Desde o século XVIII, a aproximação dos cirurgiões⁸⁴ em procedimentos específicos sobre o corpo feminino se deu, primeiramente, através dos partos complicados, quando sua ajuda era solicitada pelas parteiras, que realizavam com destreza os partos normais, mas geralmente tinham problemas quando o parto exigia outras intervenções (DEL PRIORE, 1995, p. 258-259)⁸⁵. Foi a partir do século XVIII que os homens foram entrando, lentamente, no campo do parto normal, momento que era de exclusiva vivência e intervenção feminina, transformando, progressivamente, a prática obstétrica em especialidade médica. A ciência obstétrica se desenvolveu apoiada na produção de conhecimentos sobre o corpo feminino (anatomia e fisiologia) e no aprimoramento de instrumentos e de técnicas, como o fórceps, as pinças e os ganchos; a cirurgia cesariana e o uso do clorofórmio como anestésico (MARTINS, A., 2004, p. 71-74)⁸⁶. Nesse processo, as parteiras, ignorantes sobre o instrumental médico, apontadas muitas vezes como descuidadas, supersticiosas e disgênicas, foram submetidas ao controle legal e a supervisão dos doutores, notadamente a partir do início do século XX, quando cirurgião e médico já formavam no Brasil uma única categoria entre os profissionais da cura (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001; PIMENTA, 2004)⁸⁷.

Nos anos de 1920, como em outros tempos, os perigos dos partos complicados, realizados tanto por parteiras como por médicos representava, sem dúvida, o maior medo das parturientes. Os relatos de partos difíceis e dolorosos, que levavam a morte da mãe ou da criança (às vezes das duas), atravessaram gerações e permaneceram na mentalidade das mulheres. Mesmo com o passar dos anos e as

⁸⁴ Geralmente os cirurgiões e os cirurgiões-barbeiros (esses maioria escravos ou negros forros) eram chamados para atender os partos difíceis. Isso ocorria porque eram eles que tinham o contato com o corpo e faziam os procedimentos invasivos (MARTINS, A., 2004, p. 71).

⁸⁵ Segundo Del Priore (1995, p. 255-271) o parto, especialmente para as mulheres dos séculos XVII e XVIII, era uma tarefa feita de dor e violência, que nos casos de “mal parto” (ou parto com complicações), mobilizava mulheres de raça e condições sociais diferentes em torno do sofrimento da parturiente, que apresentava sinais de que o parto seria difícil. As incertezas do sofrimento físico e da sobrevivência da criança rondavam as parturientes quando se aproximavam da hora do nascimento do bebê. Para o bom parto, as parteiras utilizavam plantas e beberagens diversas consagradas pela experiência como eficientes para fazer parir com segurança, além de benzeduras, palavras mágicas e orações para confortar a parturiente antes e na hora do parto.

⁸⁶ No Brasil, as origens do ensino da obstetrícia estão ligadas a criação do ensino médico no país, no início do século XIX. No entanto, só em 1880 que ocorreu a separação do ensino das disciplinas, permitindo aos estudantes o ensino da obstetrícia voltado para a clínica (MARTINS, A., 2004, p. 142-154; RODHEN, 2001, p. 57-80).

⁸⁷ Em 1848 foi extinta distinção de atribuições dos médicos e a dos cirurgiões e passou a ser facultativo aos cirurgiões o exercício de qualquer ramo da medicina (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001, p. 66-67).

novas técnicas médicas, apresentadas como cada vez mais eficientes e seguras, o parto, na segunda década do século XX, era um momento envolto em dúvidas e temores, como demonstra a propaganda do medicamento Gotta Salvadoras das Parturientes do Dr Van Der Laan (Figura 19).

Graças às Gotta Salvadoras das Parturientes do Dr Van Der Laan desaparecem os perigos dos partos difíceis e laboriosos. Numerosos attestados provam exuberantemente a sua efficacia e muitos médicos aconselham: A Parturiente que fizer uso do alludido medicamento durante o ultimo mez de gravidez terá um parto rápido e feliz (**Gazeta do Povo**, 03/01/1923, p. 5).



Figura 19 - Gotta salvadoras das Parturientes do Dr Van Der Laan
Fonte: **Gazeta do Povo**, 03/01/1923, p. 5

A imagem mostra uma mãe deitada, amamentando depois de um parto anunciado como rápido e feliz. Isto só teria sido possível, segundo a propaganda, porque no último mês de gravidez a mulher tomou as Gotta que faziam desaparecer “os perigos dos partos difíceis e laboriosos” (**Gazeta do Povo**, 03/01/1923, p. 5). Afirmando a existência de attestados que comprovavam sua eficácia e de médicos (não nomeados), que aconselhavam o uso do produto (uma estratégia de venda comum no período), o remédio utilizava uma linguagem quase miraculosa, a qual os doutores começavam a combater. Anunciar que as gotas eram “salvadoras” fazia o medicamento se aproximar dos produtos que os chamados charlatães vendiam. Essa forma de anunciar, ainda usada por produtos legalmente

reconhecidos pelas autoridades médico-governamentais, era cada vez mais combatida pelos médicos, na tentativa de separar o saber dos doutores e, também, os produtos com a chancela científica, dos outros (BERTUCCI, 2004, p. 176-197).

Mas, na Curitiba da década de 1920, apesar de novas técnicas e conhecimentos anunciados pela medicina para a realização dos partos, de medicamentos que anunciavam acabar com as complicações “dos partos difíceis e laboriosos” e organizações hospitalares especializados para a realização de partos (como a Casa de Saúde São Francisco (de 1905), a Maternidade do Paraná (de 1914) e a Casa de Saúde Dr. Mario de Fiori (de 1922) (FARIAS, 2010, p. 106)), muitas mulheres preferiam, ou só conseguiram contar com o auxílio de parteiras que, geralmente, realizavam o parto em domicílio, observando-se que várias delas não possuíam autorização legal para exercer o ofício. Em 1924 o Relatório apresentado ao Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, pelo então diretor da Higiene Municipal, doutor Victor Ferreira do Amaral, referente ao mesmo ano, informava que a mortalidade infantil ainda era preocupante em Curitiba, pois das 2.549 crianças nascidas naquele ano, 176 haviam morrido durante ou logo após o parto, ou seja, 6,7% dos bebês. Segundo o relator, as “ignorantes aparadeiras” (como eram chamadas repetidamente as parteiras sem registro), ou “curiosas”, eram as responsáveis pelo grande número de mortalidade de crianças, no ano de 1924 na cidade (PARANÁ, 1924, p. 568-578).

Não por acaso o doutor Victor Ferreira do Amaral, que culpava as parteiras que não tinham diplomas para exercer o ofício, havia criado, em 1922, a Escola de Parteiras Práticas da Faculdade de Medicina do Paraná, que começou a funcionar no ano seguinte.⁸⁸ As alunas que frequentavam o curso realizavam estágio na Maternidade do Paraná, também dirigida pelo médico e, depois de um ano, prestavam exame prático e, se fossem aprovadas, recebiam o título de “parteira prática licenciada”, que deveria ser registrado na repartição de Saúde Pública do Estado (FARIAS, 2010, p. 138). Entretanto, a mortalidade de recém-nascidos, ou de natimortos, também era alta quando médicos faziam partos. Em 1926, por exemplo, o relatório da Faculdade de Medicina do Paraná apontava que na Maternidade do Paraná, das 111 crianças nascidas naquele estabelecimento, 18 haviam morrido, contabilizando um índice de 16% de mortalidade, bem maior que o de 6,7% dos

⁸⁸ O Curso foi aprovado em 26 de dezembro de 1922, e iniciou suas atividades em 1923 (FARIAS, 2010, p. 138 -149).

nascidos em Curitiba, em 1923, apresentado no Relatório de 1924, citado anteriormente (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1914-1916; 1926-1937 *apud* FARIAS, 2010, p. 218)⁸⁹. Mesmo considerando que várias mulheres poderiam procurar o local em casos extremos (o receio à hospitalização em geral ainda era grande), o número de mortes era significativo. Deste modo, não eram apenas as “ignorantes aparadeiras”, ou “curiosas”, às responsáveis pelo expressivo índice de mortalidade infantil em Curitiba, como muitos queriam fazer parecer. Seja por falta de condições materiais, por negligência ou por formação inadequada, eram muitos os bebês que morriam nas mãos dos médicos ou da Parteira-Chefe diplomada (no caso da Maternidade do Paraná), que realizava o parto na ausência dos doutores (CINTRA, 2010, p. 170).

Entretanto, na sociedade do início do século XX, para além das questões técnicas do parto, as mães eram as principais responsáveis pela morte ou pela saúde dos filhos, notadamente nos primeiros anos de vida. Nos jornais curitibanos, a puericultura era o referencial, muitas vezes difuso, para educar a mulher-mãe e ensiná-la os cuidados necessários com os infantes. Uma série de obrigações era apresentada para o exercício da função materna, função abrangente e complexa: além de cuidar da sua saúde, a mãe devia amamentar o bebê, cuidar da higiene corporal do filho e da salubridade do local em que vivia a criança; supervisionar a alimentação e transmitir aos filhos noções de moral, de bons costumes e de comportamento adequado para em diferentes ocasiões; estar atenta ao desenvolvimento físico e intelectual da prole; zelar pela vacinação e levar as crianças em consultas médicas periódicas, além de ser capaz de enfrentar acidentes e outros problemas que vitimassem os filhos (FREIRE, 2006, p. 185-186). Repetidamente difundidas pelos jornais de Curitiba, esses diferentes encargos concorreram, também, para a viabilidade de propagandas de tônicos fortificantes, que tinham como objetivo restaurar ou aumentar as forças das mulheres que geravam e criavam filhos. Esses remédios estavam entre os produtos mais anunciados nos jornais da capital paranaense na década de 1920, em grande parte em decorrência da preocupação sanitária em resgatar o indivíduo doente, improdutivo, ignorante para assumir seu papel enquanto cidadão, na formação da

⁸⁹ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. [Mapas anuais do movimento clínico da Maternidade Victor Ferreira do Amaral]. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1914-1916 e 1926-1937.

nação saudável e civilizada, desejada por muitos⁹⁰. Os laboratórios, que produziam medicamentos, não perderam a oportunidade de expandir seus serviços e lançar produtos no mercado para atender às demandas sociais que necessitavam manter, ou restabelecer, a saúde materna, por meio dos produtos cientificamente validados e das recomendações dos médicos.

Entre os fortificantes repetidamente anunciados, que tinham como alvo a mãe, podemos citar: o tônico alemão Sanguinol, que era propagandeado como o melhor que havia para restaurar as forças “das mães que criam [...]” (**O Dia**, 10/06/1923, p. 3); o tônico Vigogenio, reparador das forças gerais, “recomendado para as senhoras que amamentam [...]” (**Gazeta do Povo**, 02/07/1923, p. 1); o Ferro Nuxado, “enriquecedor do sangue e creador das forças”, que publicava a opinião do doutor parisiense M. L. Catrin, que dizia que “toda a mulher necessita de vez em quando um tônico poderoso”, sendo o Ferro Nuxado “inoffencioso ainda para as mais delicadas” (**Diário da Tarde**, 14/01/1920, p. 2), e o tônico fortificante, Emulsão de Scott⁹¹, que se destinava a repor as forças gastas na gravidez e na amamentação, ajudando “a restituir as forças de que a mãe tem que compartilhar com o filho, e contribui também para que este se desenvolva melhor” (Figura 20) (**Gazeta do Povo**, 26/07/1930, p. 3).

⁹⁰ Exemplo de tônico fortificante de grande sucesso e de associação com o projeto de educação sanitária, o Biotônico Fontoura (fabricado pelo Laboratório Fontoura) ganhou a popularidade ao ser associado ao personagem Jeca Tatu, criado pelo escritor Monteiro Lobato. O Jeca Tatu foi criado em 1914 como um caipira ignorante, que carregava no lombo a miséria, as doenças e toda a precariedade da condição humana. Sempre de cócoras, resignado e subserviente, o caboclo virou uma espécie de símbolo do desânimo nacional, apesar das reações dos que insistiam em pintar uma imagem mais ativa do Brasil. Porém, depois de ler **Saneamento do Brasil**, obra de 1918 de Belisário Penna, Monteiro Lobato aderiu à campanha sanitária de Belisário Penna e decidiu reformular a imagem fatalista do Jeca Tatu. O atraso do caipira, antes exposto como uma espécie de maldição racial, foi diagnosticado como fruto da fome, da doença, da miséria e ignorância que grassavam no Brasil. Jeca Tatu teria salvação caso recebesse noções de higiene e saneamento, fosse educado e tratado pelos médicos. Jeca Tatuzinho surgiu em 1924 como garoto-propaganda do fortificante Biotônico Fontoura, divulgando seus ensinamentos em folhetos que depois virariam um almanaque de sucesso (BUENO, E., 2008, p. 79).

⁹¹ Criada em 1830, por John K. Smith, em um pequeno laboratório na Filadélfia, a Emulsão de Scott tornou-se um sucesso de vendas, muito pela apresentação das propagandas: elaboração do texto das mensagens publicitárias, curto e direto; ilustrações requintadas, facilmente compreendidas. Em 1875, Smith associou-se ao laboratório Mahlon Kline, negócio que, anos depois, daria origem à megaempresa Smithkline Beecham, depois chamada GlaxoSmithKline (ou GSK), que ainda comercializa a Emulsão de Scott em todo o mundo, no início do século XXI. O remédio, feito à base de óleo de fígado de bacalhau, trazia como logotipo o senhor Scott (não identificado com ninguém especificamente), que carregava nas costas um bacalhau do seu tamanho, demonstrando saber o segredo curativo do peixe (BUENO, E., 2008, p. 41).

De
valiosa
ajuda
para as
MÃES

DURANTE a gravidez e enquanto a mãe amamenta o bebê, a Emulsão de Scott de óleo de fígado de bacalhau é muito recomendada. Ajuda a restituir as forças que a mãe tem de compartilhar com o filho, e contribui também para que este se desenvolva melhor. A Emulsão de Scott é fácil de digerir e de assimilar. É um poderoso reconstituente para uso diário nesse delicado período da vida.

EMULSÃO de SCOTT

Figura 20 - De valiosa ajuda pra as mães - Emulsão de Scott
Fonte: **Gazeta do Povo**, 26/07/1930, p. 3

A imagem da propaganda do fortificante Emulsão de Scott (Figura 20) exprime perfeitamente a mensagem do texto publicitário: graças ao medicamento, mãe e bebê compartilham felizes dos bons momentos de afeto e brincadeira (parece que a mulher tem um chocalho nas mãos). O amor pelos filhos, o devotamento e até o sacrifício era o que se esperava da boa mãe, cumpridora de sua função: garantir a

vida saudável da prole. A imagem publicitária, conforme explica Aumont, é concebida para que seja facilmente interpretada, mas também é sobrecarregada de todos os tipos de códigos culturais, que podem ser lidos com a aplicação de diversas estratégias por leitores diferentes, assim “o espectador mais culto, ou mais ‘atualizado’ captará alusões, citações e metáforas que escaparão a uma leitura mais rudimentar, mas em todos os casos um significado comum deve estar presente, sob pena de insucesso” (AUMONT, 1993, p. 262).

Outro anúncio do fortificante Emulsão de Scott, publicado pelo mesmo jornal cerca dez anos antes da propaganda anterior (Figura 21), explorava, através da imagem e do texto publicitário, a preocupação com o fortalecimento do organismo também das crianças. A propaganda apresentava a imagem de uma mãe segurando um filho no colo, dando-lhe uma colher do remédio à base de óleo de fígado de bacalhau. Duas outras crianças, asseadas e comportadas, uma menina e um menino, estavam em sua volta, provavelmente esperando para tomarem o fortificante. A linguagem visual e textual do anúncio indica a mãe como a responsável por garantir o “bom desenvolvimento” das crianças e, neste caso, deveria dar-lhes (usando a voz imperativa) Emulsão de Scott (**Gazeta do Povo**, 04/02/1920, p. 3).



Figura 21 - Dê á seus filhos a Emulsão de Scott
Fonte: **Gazeta do Povo**, 04/02/1920, p. 3

A vida das crianças, com saúde é claro, era o que mais preocupava. No decorrer do ano de 1921, em Curitiba, longos artigos de primeira e segunda página foram veiculados pelos jornais **Diário da Tarde** e **Gazeta do Povo** sobre a alta taxa de mortalidade infantil, causada majoritariamente por gastroenterite. A **Gazeta do Povo** noticiava, no início de janeiro, que, em questão de 10 dias, haviam sido registrados 16 óbitos de crianças pequenas, numa faixa etária que variava de 26 dias a 02 anos, e que 07 deles foram decorrentes das moléstias intestinais (**Gazeta do Povo**, 11/01/1921, p. 1-2). De modo geral, os artigos veiculados pelos dois periódicos apontavam como origens desse quadro desolador três fatores: o leite “que cada um vende como quer [sem os] cuidados hygienicos na maneira de ordenhar a vaca e a inconsciência dos que vendem de manhã o leite ordenhado de véspera já alterado, sobrecarregado de germens e suas toxinas [...]”; o calor, que “altera o leite de vaca e aumenta as fermentações intestinaes” (**Diário da Tarde** 06/01/1921, p. 1 e 14/01/1921, p. 2) e “a ignorância das mães, alimentando sem método seus tenros filhinhos, sobrecarregando os estômagos infantis e ministrando-lhes imprudentemente alimentos inadequados à sua capacidade digestiva” (**Gazeta do Povo**, 28/01/1921, p. 1). O médico Mario Gomes, descreveu no **Diário da Tarde** o que constatava em seu consultório: a maneira “erroneamente” que as crianças são alimentadas pelas suas mães:

Temos visto creanças de três meses comendo mingáus, outras de seis recebendo polenta, ainda outras de um anno que já se abarrotam de macarrão, bananas e feijão! Essas creanças, por muito resistentes que sejam, não poderão suportar por muito tempo taes alimentos: terão que succumbir a primeira infecção.” (**Diário da Tarde**, 14/01/1921, p. 2).

O doutor Gomes continuou o artigo fazendo sugestões de ação educativa às mães, conclamando o poder público, médicos e iniciativa privada para a realização da tarefa que acreditava ser a mais urgente: a divulgação do saber puericultor às curitibanas responsáveis pela saúde e bem-estar das crianças:

Para aliviar a essa ignorancia, principalmente observadas nas classes menos favorecidas pela educação e pela instrucção, seria pratico que o governo, ou a imprensa ou uma associação beneficente, como a Cruz Vermelha [Paranaense], tomasse a iniciativa de realizar conferencias publicas, em linguagem simples

dos meios práticos de alimentar as crianças, das dietas necessárias à primeira perturbação, da necessidade de procurar o medico para atalhar o mal em começo e não deixar que a athrepsia [desnutrição infantil] seja o motivo da ida ao consultório para nelle apenas obter atestado de óbito. Para essas conferencias podeis contar com meu modesto auxilio [...] (**Diário da Tarde**, 14/01/1921, p. 2).

Assim, embora a maternidade fosse concebida simultaneamente como um instinto, uma missão divina e um dever social, a aptidão das mães para esta tarefa era questionada, fossem elas pobres, como mencionou o doutor; ou ricas, acusadas de se preocuparem mais com as frivolidades do mundo social do que com a prole (FREIRE, 2008, p. 10). Desta forma, o instinto deveria ser aprimorado e conduzido pela educação, pois “munidas do arsenal científico da puericultura, com base na supremacia da razão sobre a emoção, e rompendo com antigos dogmas religiosos ou crenças tradicionais, elas estariam supostamente aptas a desenvolver sua nobre missão” (FREIRE, 2006, p. 162). A ignorância das mães era repetidamente associada ao apego às práticas populares de cura, interpretada pela medicina científica do século XX como fontes dos piores erros no cuidado com o corpo, principalmente quando envolviam o aconselhamento de outras mulheres mais experientes (vizinhas, tias, avós).

Alguns anos depois do artigo do doutor Mario Gomes, em setembro de 1930, a mãe do pequeno De'Quino, de 30 dias, escreveu para a coluna Consultório de Ensino as Mães, do doutor França, como se fosse a criança. Relatava que tinha muita energia, mas que às vezes gastava toda esta energia no choro. Como a mãe era leitora assídua da coluna, amamentava-o de três em três horas, segundo recomendação do doutor, porém a vovó e a tia não concordavam e diziam que ele chorava de fome. A resposta do doutor foi enfática:

A sua mãe é que está certa. Sua avó e sua tia são do passado. Dantes era assim, mas agora não é! Que sua tia e sua avó se conformem e deixem você se criar dentro do seu tempo... comendo pouco! (**Gazeta do Povo**, 20/09/1930, p. 3).

O elogio à mãe de De'Quino transformava-a em exemplo a ser seguido pelas leitoras da coluna do doutor Aluízio França que, ainda, não sabiam como proceder quanto ao zelo com os pequenos. Em oposição à imagem da genitora, o médico combatia aquelas que eram as suas principais adversárias, desqualificando

os saberes da avó e da tia do menino, pertencentes a uma longa tradição na qual a mulher havia reinado por séculos de maneira praticamente absoluta: a criação dos filhos⁹². O confronto entre o velho e o novo, entre o conhecimento científico e o conhecimento popular estão presentes na história exemplar (real ou inventada) da família de De'Quino. A mãe recebera do médico a confirmação de seus procedimentos (ou pelo menos daquilo que ela havia lido ou ouvido como o correto) quanto à alimentação do filho. Entretanto, quantas mulheres, leitoras da coluna do doutor França, amamentavam o filho (como a mãe de De'Quino), mas também acatavam (ao contrário da mãe do menino) os conselhos das parentes mais próximas, experientes, quando o assunto era práticas relacionadas aos cuidados e educação dos filhos. Conforme o próprio doutor França escreveu em outro texto:

O curandeirismo doméstico é uma praga mais perniciosa do que as doenças em si. Há senhoras que não tem que fazer em casa e vivem a visitar as casas de doentes, para ensinar remédios! São senhoras muito boas, muito relacionadas, muito... práticas, mas muito perniciosas. (Gazeta do Povo, 16/01/1930, p. 1, grifo meu).

E a questão que provocara a resposta fulminante do doutor França para o pequeno De'Quino, ou seja, a alimentação das crianças era, em diferentes aspectos, um tema recorrente nos periódicos curitibanos quando abordavam o problema da saúde das crianças. Segundo o anúncio dos produtos Eldofórmio e os Caseinatos, da Bayer, que procuravam vender saúde utilizando/propagandeando o discurso médico, as diarreias dos filhos eram “o grande espantinho das mães” e aconteciam devido aos erros de alimentação, ou seja, ignorância destas mulheres que ofereciam às crianças “alimentos muito gordurosos ou muito doces”. O texto da propaganda alardeava: “os primeiros cuidados médicos segundo a medicina moderna, consiste em afastar as causas e estabelecer um regime especial com pouca gordura e pouco açúcar, sem enfraquecer o doentinho com dieta excessiva”. Era para auxiliar no processo digestivo das crianças que os medicamentos Eldofórmio e os Caseinatos eram indicados para as mães, como “recursos complementares de grande valor para combater as fermentações [dos filhos]” (Gazeta do Povo, 04/01/1930, p. 5).

⁹² Sobre o longo processo de individualização e as mudanças no processo de criação e educação da criança no Ocidente, veja: Ariès, 1981; Gélis, 1991, entre outros.

Meses antes da propaganda dos produtos da Bayer, em dezembro de 1927, o remédio Nujol era anunciado na **Gazeta do Povo** para acabar com a prisão de ventre na infância, que se constituía, segundo o texto publicitário, em “um dos maiores perigos que ameaçam a saúde das crianças”. A propaganda do remédio declarava que, segundo censos (não informados), “aproximadamente a terça parte dos falecimentos de crianças de menos d’ um anno de idade foram causados por padecimento dos intestinos” e que era “dever das mães proteger as crianças contra este perigo” (Figura 22) (**Gazeta do Povo**, 27/12/1927, p. 3). Assim, o texto publicitário, sugere que as mulheres eram as principais responsáveis pela saúde e pela doença das crianças, pela vida ou morte dos filhos. Propagandas como a do Nujol, difundidas pelos jornais curitibanos, “ajudavam a formar nas mães e também em outros membros da sociedade, um ideal de maternidade, pautado pela atenção constante na vida das crianças [...]”. (AVANZINI, 2011, p. 49). A imagem estampada no anúncio do remédio, que combateria prisão de ventre nas crianças, nos remete a atenção devotada que a mãe ideal deve ter para com seu filhinho que chora de dores, sintoma este, geralmente, causado por dieta inadequada. Evitar a “doença”, através do Nujol, era o principal aconselhamento da propaganda do medicamento à mãe representada pela figura e, é claro, às leitoras-consumidoras (Figura 22).



O choro da creança é devido a dores

O choro da creança é o unico meio pelo qual pode queixar-se quando a retenção dos productos da digestão corrompidos lhe causa soffrimento. Segundo censos recentes, consta que a quinta parte dos fallecimentos são de creanças de menos de cinco annos de idade. Approximadamente a terça parte dos fallecimentos de creanças de menos d'um anno de idade foram causados por padecimento dos intestinos. A prisão de ventre na infancia é um dos maiores perigos que ameaçam a saúde das creanças. E' dever das mães proteger as creanças contra este perigo.

Todas as mães devem evitar a prisão de ventre das creanças por meio do Nujol. Não convem dar-lhes laxantes pois que o seu uso continuo faz da prisão de ventre um padecimento chronico. O Nujol, pelo contrario, apenas amollece as fezes permittindo aos intestinos exercer a sua função bem e com regularidade sem sobrecarregal-os.

O Nujol pode ser tomado durante qualquer espaço de tempo por creanças ou adultos sem que faça mal. Para manter o sangue puro deve-se tomal-o regularmente de accordo com as indicações que acompanham cada frasco. O Nujol produz uma acção suave e não causa agitação dos intestinos.

Todas as creanças inclinadas a soffrer da prisão de ventre devem immediatamente começar a tomar o Nujol. O allivio da prisão de ventre, restituir-lhes-ha a saúde. A' venda em todas as pharmácias.

Distribuido por
STANDARD OIL COMPANY
OF BRASILE



Nujol
MARCA REGISTRADA
para prisão de ventre

Figura 22 - O choro da creança é devido a dores – Medicamento Nujol
Fonte: *Gazeta do Povo*, 27/12/1927, p. 3

Já no início da década de 1920 o jornal **Gazeta do Povo** publicava, em nome da diretoria de Higiene Municipal, medidas que as mães deveriam seguir com relação à alimentação dos filhos no período de verão, para evitar a morte de crianças. As autoridades sanitárias frisavam que, “novamente”, divulgavam as recomendações porque estavam “convictas de que todas as mães [pobres ou ricas] as cumprirão à risca, em benefício da vida de seus filhinhos” (**Gazeta do Povo**, 15/11/1921, p. 1). As medidas higiênicas consistiam em:

1. As mães devem fazer todo o possível para amamentar seus filhos que só em casos especiais devem ser nutridos por uma ama mercenária ou por leite fresco de vaca ou mesmo por leite condensado do comércio.
2. O seio ou a mamadeira só deve ser dado de duas em duas horas ou de três em três horas, conforme a idade da criança, a fim de haver tempo para o estômago fazer a digestão.
3. As mães devem, quando possível, evitar de desmamar a criança durante o verão, mesmo que uma nova gravidez sobrevenha nesse tempo.
4. O leite de vaca, que é o mais comumente usado, deve ser fervido por aquecimento direto ou em banho-maria, e guardado em vasilhas rigorosamente limpas, ao abrigo da poeira, em lugar fresco ou em pequenas câmaras frigoríficas. Nos dias de maior calor deve se ferver o leite não só de manhã, como também à tarde.
5. As mamadeiras e bicos devem ser rigorosamente lavados e passados em água fervendo, e se evitar a contaminação e subsequente fermentação do leite.
6. Quem não puder esterilizar o leite em casa pode recorrer ao produto da “Gota de Leite”⁹³, instituição mantida pela Câmara Municipal de Curitiba, à Rua Ermelino de Leão.
7. No tempo das frutas (pêssegos, uvas, ameixas, etc.) só se deve comê-las bem maduras e evitar de dá-las às crianças de tenra idade.

⁹³ A Gota de Leite, fundada oficialmente em Curitiba, em 24 de dezembro de 1913, pela Prefeitura Municipal, tinha como principais funções: consulta às latentes, exame de amas, distribuição de leite esterilizado para mães pobres e venda do produto para as mais ricas. Pesagens de crianças, distribuição de remédios e concurso de robustez infantil, também atraíam as mães à instituição, estreitando os laços com os doutores e com conhecimento científico da puericultura (GANZ, 1996, p. 17-18). Mas mesmo prestando serviços em prol da maternidade e da infância, se constituindo como uma escola para as mães, a Gota de Leite recebeu críticas por estimular o aleitamento artificial através da distribuição gratuita de leite (Idem, p. 21). No Brasil, a primeira Gota de Leite foi fundada em 1901 pelo Dr. Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, e em 1905, em São Paulo, contando com o apoio da Associação Feminina de Puericultura. Foi na França que, em 1894, criou-se esse modelo que se espalhou para vários países. A *Gouttes de Lait*, criada pelo puericultor Léon Dufour com a finalidade de contribuir para a puericultura do país a *Gouttes de Lait*, foi um consultório destinado a guiar o aleitamento materno e artificial, caracterizando-se, também, pela distribuição de leite esterilizado. Como o médico desejava animar as mães a amamentarem seus filhos, cobrava uma pequena quantia pelo leite vendido às mães pobres. O resultado desse trabalho foi a redução, em 3 anos, da letalidade infantil, que se deslocou das famílias pobres para as ricas, que passaram a utilizar o serviço da instituição (GANZ, 1996, p. 15-16; FREIRE, 2006, p 260).

8. Os doentinhos de moléstias gastrointestinais devem ser medicados logo em começo, havendo para os pobres o consultório do Hospital de Misericórdia⁹⁴, o ambulatório infantil da Cruz Vermelha [Paranense]⁹⁵, à Rua Barão do Rio Branco, e o consultório do Instituto de Assistência e Proteção à Infância [IPAI]⁹⁶, à Rua Alegre (**Gazeta do Povo**, 15/11/1921, p. 1).

Item primordial quando o assunto era alimentação de crianças pequenas, o aleitamento foi o grande alvo de recomendações médicas que tinham um caráter prescritivo e educativo. Com relação à primeira recomendação feita às mães pela direção da Higiene Municipal, no Brasil, desde a segunda metade do século XIX, amamentar os próprios filhos era prática incentivada pelos médicos como uma tentativa de criar a “mãe higiênica”, que se encarregaria do aleitamento e dos cuidados dos filhos sem recorrer às amas-de-leite escravas ou livres. Uma tarefa bastante difícil, pois o costume de ter em casa uma ama para os filhos era uma prática arraigada na sociedade brasileira, em diferentes grupos sociais (KOUTSOUKOS, 2009, p. 305-307). Desde esse período, os conhecimentos produzidos pela ciência sinalizavam que o leite materno era o alimento mais adequado para os filhos, pois era composto de nutrientes naturais e protegiam a criança pequena de possíveis contaminações, que poderiam ocorrer através da ingestão do leite de vaca, em geral manuseado sem higiene ou sem cuidado no acondicionado. Além disso, a amamentação materna reforçaria os laços de amor entre mãe e filho, colaborando para que a mulher fosse uma mãe abnegada, carinhosa, dedicada (MATOS, 2003; GONDRA, 2004). A suposta contaminação das crianças por doenças, tais como febre amarela, varíola, cólera, sífilis, escarlatina, escrófulas, malária, vermes, parasitas, sarnas e até lepra, era um dos motivos que mais despertavam a preocupação dos médicos com o aleitamento realizado pelas amas – a também chamada alimentação “mercenária”, mencionada nas medidas

⁹⁴ Segundo Bertucci (2011, p. 3) a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1852, “era o local de atendimento para os habitantes que mais precisavam de ajuda para cuidar das mazelas de seus corpos”.

⁹⁵ Sobre a filial paranaense da Cruz Vermelha Brasileira, mencionada repetidamente pelos jornais curitibanos como Cruz Vermelha Paranaense, veja capítulo 3.

⁹⁶ O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná (IPAI) foi fundado em Curitiba pelo médico Antonio Cândido de Leão, em 1905, porém não prosperou de imediato. Consolidou-se na capital apenas em 1921, como a décima sétima filial do IPAI do Rio de Janeiro, fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho em 1899. A finalidade da instituição, tanto a do Rio de Janeiro quanto a de Curitiba, voltava-se para a proteção, na perspectiva higiênica, científica e social, às mães e as crianças pobres (**Gazeta do Povo**, 06/01/1922, p. 2; TURINA, 2010, p. 8-9; FREIRE; LEONY, 2011, p. 213-119).

higiênicas destinadas às mães da capital paranaense do início do século XX (KOUTSOUKOS, 2009, p. 308; COSTA, 1979, p. 163).

Desde 1880, no Brasil, surgiam propostas de regulamentação do serviço de criadas e amas de leite, que determinavam que estas mulheres deveriam passar, periodicamente, por exames médicos, com o intuito de garantir que os filhos dos patrões não fossem expostos à contaminação de doenças físicas e morais. No século XIX, os doutores acreditavam que o leite ainda podia conter doenças morais, que poderiam ser transmitidas às crianças (KOUTSOUKOS, 2009, p. 306, 310-311). Em Curitiba, nas primeiras décadas do Novecentos, duas instituições destinadas à educação para a saúde de mães e atendimento das crianças realizavam o exame de amas de leite: a Gota de Leite e a Cruz Vermelha Paranaense, ambas citadas no texto da Higiene Municipal (**Gazeta do Povo**, 03/01/1920, p. 4; **Diário da Tarde**, 09/01/1920, p. 4; **O Dia**, 20/07/1923, p. 3, entre outros). E em Curitiba eram várias as mulheres que, ainda, viam neste tipo de atividade uma forma de sobrevivência. Algumas, como a curitibana Izaltina, procuravam se adaptar as exigências médicas dos novos tempos e ofereciam seus serviços afirmando gozar “de boa saúde” (**O Dia**, 24/07/1923, p. 3). Teria Izaltina passado pelo exame de ama-de-leite ofertado pela Gota de Leite ou pela Cruz Vermelha Paranaense? Não foi possível saber. Porém, mulheres que aceitavam pagamento para cuidar e amamentar os filhos de outras eram acusadas pelos médicos de deixarem seus filhos pequenos de lado para obter renda, prejudicando a saúde deles em benefício dos filhos dos outros, enquanto genitoras que pagavam para que outras mulheres cuidassem e amamentassem seus filhos eram apontadas como egoístas, fúteis, vaidosas, pecadoras, irresponsáveis, ignorantes e até impatrióticas (o aleitamento deveria ser um ato de amor e abdicção) (BADINTER, 1985, p. 96; FREIRE, 2006, p. 188, 269; KOUTSOUKOS, 2009, p. 311). Como relembra a frase inicial da primeira das recomendações do serviço de Higiene Municipal, divulgadas na **Gazeta do Povo** em 1921: “As mães devem fazer todo o possível para amamentar seus filhos [...]” (**Gazeta do Povo**, 15/11/1921, p. 1).

Outros itens de crucial importância para as mães, segundo as recomendações governamentais, publicadas pela **Gazeta do Povo**, estavam relacionados à higiene: seja no manuseio do leite de vaca que deveria ser fervido e guardado em vasilhas “rigorosamente limpas”, abrigado da poeira, armazenado em lugar fresco ou em pequenas câmaras frigoríficas (que poucas deveriam ter acesso).

Era necessário redobrar os cuidados nos dias de calor, procedendo à fervura do mesmo leite duas vezes ao dia (manhã e tarde) e, paralelamente, realizando a limpeza e desinfecção dos bicos de mamadeira, como uma forma de evitar a proliferação dos germes e “a contaminação e subsequente fermentação do leite” (**Gazeta do Povo**, 15/11/1921, p. 1). Artigo intitulado “Amamentada na ‘mamadeira’ a criança adoece sempre...”, escrito pelo Doutor Aluizio França e publicado na **Gazeta do Povo**, em janeiro de 1927, revelou a permanência da preocupação com as práticas de amamentação realizadas pelas mães (o que justificaria a permanente educação das mães com relação à alimentação dos filhos). Neste texto, o médico comparou a mamadeira não devidamente higienizada pelas mães com “uma doença infecciosa mortífera”, relacionada aos óbitos das crianças (**Gazeta do Povo**, 08/01/1927, p. 1). Dados do primeiro ano de funcionamento do Hospital de Crianças de Curitiba, construído Cruz Vermelha Paranaense, compilados por Avanzini (2011, p. 96), mostram que doenças da nutrição estavam em primeiro lugar entre as tratadas no nosocômio, em 1930, constituindo 24,4% dos casos; seguida das doenças do aparelho respiratório, totalizando 21,5; do aparelho digestivo, 12,32%, e das verminoses, que afetaram 12,5% crianças. Segundo a autora,

A relação entre três dos principais problemas de saúde das crianças é evidente, pois as chamadas moléstias da nutrição (o que se come, quanto e como se come) e as doenças do aparelho digestivo podem estar intimamente ligadas. Também é possível supor que muitas das verminoses detectadas nos pequenos curitibanos estavam relacionadas com os problemas de alimentação (falta de higiene) e do aparelho digestivo, afinal a maioria das verminoses ataca o aparelho digestivo (AVANZINI, 2011, p. 97)⁹⁷.

Para diminuir a mortalidade infantil na capital paranaense se fazia necessário, segundo os doutores, disciplinar as mães para que utilizassem no cotidiano os preceitos científicos da higiene e da puericultura, que estavam sendo difundidos em manuais didáticos, nas instituições criadas para atendimento/tratamento de mães e crianças, especialmente as mais pobres (Gota de Leite; Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná (IPAI); Instituto de Higiene Infantil seu Dispensário e Escola de Puericultura da Cruz Vermelha

⁹⁷ O número de vermífugos anunciados pelos jornais era grande na cidade. Entre tantos, destacam-se: Necatorina, que trazia a imagem do sanitarista Belisário Penna e um parágrafo, com supostas recomendações do próprio especialista (**Gazeta do Povo**, 01/04/1928, p. 4) e o Ascaridol, cujas doses obedeciam diferentes faixas etárias das crianças (**Gazeta do Povo**, 21/07/1926, p. 2).

Paranaense, reunidos no Hospital de Crianças que estaria em pleno funcionamento a partir de 1930) e, pelas páginas de jornal, através de artigos, notícias, propagandas e colunas de aconselhamento, como a do doutor Aluizio França publicada na **Gazeta do Povo**. Dentre os elementos da puericultura veiculados, a amamentação das crianças e a alimentação, posterior a esta fase, eram assuntos recorrentes, pois estavam diretamente relacionados a mortes das crianças.

Em fevereiro de 1930, respondendo a mais uma carta, o doutor França informava os leitores da Coluna de Ensinamentos às Mães que a senhora Rosita havia escrito informando que sua filhinha estava emagrecendo e ficando doente. Na carta a mãe declarava que alimentava a criança com leite de cabra. Sem perguntar por que a menina era alimentada com leite de cabra (era o leite que família dispunha ou o que podia comprar?) e sem nenhum argumento que pudesse efetivamente convencer qualquer leitor, o médico desqualificava a prática materna com um “não gosto de leite de cabra”:

Acima de tudo: não gosto de leite de cabra [...] o único leite que pode suprir a deficiência de leite materno é o leite de vaca. Digo suprir deficiência e não substituir, porque o leite materno é insubstituível [...]. Acho que demos um pulo muito grande em dietética com os leites em pó, mas daí supor que podemos exonerar as Mães dos encargos da amamentação é absurdo que todos temos o dever de desmentir. A sua filhinha está muito magrinha por causa da alimentação errada (**Gazeta do Povo**, 15/02/1930, p. 3).

Não foi possível saber o conteúdo exato da carta de Rosita, porque só foi publicada a resposta do médico. Não ficou claro se a mãe não tinha leite suficiente ou se preferia oferecer outro tipo de alimentação para a criança. O que ficava evidente, além da culpa da mãe pela alimentação errada e da importância que o médico atribuía ao aleitamento materno, era a valorização dos leites em pó, “um pulo muito grande em dietética”. É possível que a mãe tenha lido todas as recomendações feitas pelo doutor França, mas isso não significava que Rosita tivesse abandonado por completo suas práticas anteriores e começasse a seguir exatamente os conselhos do médico, ainda mais se o leite de cabra estivesse disponível no seu cotidiano. É preciso considerar que o mecanismo de educação das mães precisou conviver, e foi muitas vezes combinado, com outros saberes que faziam parte do cotidiano das mulheres, para desespero de muitos doutores.

O discurso médico, que enfatizava o aleitamento materno, ganhou ênfase nos primeiros anos do século XX, concomitantemente com a fabricação de produtos medicamentosos e alimentícios, relacionados com a nutrição. O Lactífero (cuja propaganda não informava o fabricante) foi anunciado no **Diário de Tarde**, em março de 1920, como fortificante e regenerador do organismo “especifico ideal das mães”, por estimular a secreção das glândulas mamarias a produzirem “um leite sadio e abundante”, exercendo um “efeito surpreendente quer na saúde da mãe quer na dos filhos” (**Diário da Tarde**, 04/03/1920, p. 4). Concorrendo para a difusão do saber médico-científico a propaganda afirmava: “o leite materno é o único e verdadeiro alimento de creanças, qualquer outra alimentação traz perigos alarmantes, às vezes fataes” (**Diário da Tarde**, 04/03/1920, p. 4).

Mas quando a mãe não podia amamentar por falta de leite ou devido a algum outro empecilho? Pouco leite materno, por exemplo, poderia ser remediado por leite em pó, como recomendava o doutor França, que indicava o produto em detrimento do leite de vaca, principalmente no verão, quando aumentava a probabilidade de ocorrerem doenças gastrointestinais, devido à proliferação de micro-organismos no leite ordenhado sem higiene e mal conservado. Para Julieta, que tinha o leite escasso e não queria que seu filhinho de 45 dias tivesse “prejuízo de seus intestinos”, o doutor recomendou o uso do leite em pó, “conforme explica na lata” (**Gazeta do Povo**, 24/09/1930, p. 3).

A fala do médico curitibano, uma dentre outras recomendações semelhantes de vários doutores, e textos publicitários, como o do leite em pó Lactogeno, um produto Nestlé, pareciam complementar-se nas páginas da **Gazeta do Povo**, difundindo uma maneira de alimentar as crianças: “Nos primeiros mezes à falta do materno, só “LACTOGENO”. O leite em pó garante a saúde às crianças [...]” (**Gazeta do Povo**, 09/09/1930, p. 4).

Mas a propaganda não se limitava a incentivar o consumo do Lactogeno e investia em outro tipo de potencial de consumidor, as crianças maiores:

Mas depois
Mais crescidinhas, a
FARINHA LACTEA NESTLÉ
Por sua capacidade nutritiva
E sua riqueza vitamínica lhes
Assegura o desenvolvimento perfeito
(**Gazeta do Povo**, 09/09/1930, p. 4).

Outro produto, cujas propagandas buscavam ampliar seu público consumidor, não se limitando as crianças pequenas, foi o leite condensado que, segundo seus fabricantes, era produzido higienicamente e vendido em embalagem que garantia conservação adequada. Enquanto o anúncio do leite condensado Vigor afirmava ser o produto “recomendado pelos médicos como substituto do Leite materno” (**Gazeta do Povo**, 06/02/1930, p. 6)⁹⁸, o leite condensado, fabricado pela Nestlé, anunciava: “Voltando [o aluno] da escola nada mais lhe apetece do que uma fatia de pão com Leite Moça” (Figura 23). O anúncio da Nestlé destaca a imagem de uma moça, fazendo alusão ao nome da marca e a representação da figura estampada na lata⁹⁹.



Figura 23 - Leite Moça
Fonte: **Gazeta do Povo**, 12/09/1930, p. 6

⁹⁸ A Vigor foi fundada em 1917 como uma pequena fábrica de leite condensado, na cidade de Itanhandu, no Estado de Minas Gerais, em uma pequena operação de envasamento de leite pasteurizado, tendo sido a primeira empresa a fornecer leite pasteurizado na cidade de São Paulo. Na época, a Vigor processava menos de 20.000 litros de leite por dia (VIGOR. Disponível em: <<http://vigor.riweb.com.br>>. Acesso em: 26/05/12).

⁹⁹ A moça leiteira no rótulo do leite condensado da Nestlé, importado até 1921, era tão expressiva que os consumidores brasileiros foram, pouco a pouco, chamando o produto de “o leite da moça”. A partir de 1930 o leite condensado da Nestlé, fabricado no Brasil, passou a estampar no rótulo “Leite Condensado Marca MOÇA®”, expressão que se consolidou no final desta década (NESTLÉ. Disponível em: <www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>. Acesso em: 26/05/2012).

A indústria de alimentos, que procurava associar o que produzia aos conhecimentos médico-científicos, se expandiu significativamente durante a segunda década do século XX. Em 1925, por exemplo, a Nestlé lançou um novo produto, a Farinha Milo, espécie de alimento-medicamento para crianças e adultos, como foi divulgado pela imprensa curitibana:

Mais um produto Nestlé à venda no Brasil – Farina Milo – dextrinada, maltada, sem adição de leite nem açúcar. Alimento dextrinado e maltado para enriquecer o leite destinado às crianças. Produto dietético para crianças e adultos nos casos de afecções gastrointestinais. À venda nas principais drogas e farmácias. Os senhores médicos que desejarem receber uma brochura a respeito queiram pedi-la a ‘Companhia Nestlé’. Caixa Postal 760, Rio de Janeiro. (**Gazeta do Povo**, 05/01/1925, p. 7).

A Quaker Oats, que tradicionalmente associava seus produtos a uma vida regrada e sadia¹⁰⁰, na década de 1920, enfatizou a divulgação de propagandas voltadas às mães, que teriam o dever de cuidar da nutrição da família. A iconografia da propaganda “Alimentos com Aveia Quaker Oats”, publicada na **Gazeta do Povo** em julho de 1923 (Figura 24), apresentava uma mãe sorridente, segurando a filhinha no colo e fazendo carinho no menino ao seu lado.

A imagem do anúncio “Seu filho poderá ser um dirigente – Quaker Oats”, publicado no mesmo mês, ano e jornal (Figura 25), mostra os resultados que poderiam ser obtidos pela criança que comia regularmente a Aveia Quaker. Nesta propaganda o menino, que come a tigela de mingau de aveia, está vestido com camisa e gravata, roupa que sinalizava sucesso, seu futuro como homem saudável, forte e inteligente, um cidadão bem sucedido que contribuiria para o futuro da nação (**Gazeta do Povo**, 16/07/1923, p. 4). Para convencer potenciais compradores, notadamente as mães, as duas propagandas veiculadas pela **Gazeta do Povo**, em julho de 1923, ressaltavam que médico(s) recomendavam a Aveia Quaker para o desenvolvimento do cérebro, dos nervos, da energia e dos dentes das crianças;

¹⁰⁰ O primeiro logotipo da Quaker, presente nas propagandas analisadas, era representado por um quaker de corpo inteiro. Quaker é o nome de uma comunidade religiosa inglesa, fundada no século XVII pelo sapateiro George Fox e, depois, regulamentada por William Penn e Robert Barclay. Perseguidos em seu país pela intolerância religiosa, grandes grupos de quakers emigraram para os Estados Unidos, tendo como ideal criar comunidades regidas por princípios de justiça, moralidade e fraternidade nas relações humanas. Eram especialmente reconhecidos pelos costumes austeros e saudáveis, que adotavam em seu modo de vida. (DIAS, K. Quaker Oats. 15/06/2006. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/quaker-oats-alimentao-saudavel.html>>. Acesso em: 20/03/2012).

além de destacarem a tecnologia empregada na fabricação da embalagem do produto, uma lata que, hermeticamente fechada, garantia a conservação da aveia, fator importantíssimo em um contexto em que a contaminação de alimentos era apontada, repetidamente, pelas autoridades médico-sanitárias como causa de transtornos digestivos e até a morte de crianças. A confiabilidade do produto estava subordinada à associação deste com a ciência, através da suposta recomendação dos médicos (os especialistas) e também através da técnica moderna de acondicionamento que manteria o alimento saudável.



Alimentos com Aveia
Saude, vigôr, bons dentes, corpo e cerebro bem desenvolvidos

O organismo da criança é formado de 16 elementos.
 A Aveia Quaker contem-nos todos. Os medicos de todo o mundo declaram que ha uma grande porcentagem de crianças debilitadas por falta d'estes elementos necessarios á sua nutrição. A essas crianças falta alguma cousa: no crescimento, na saude, na dentição, no cerébro, nos nervos ou nos orgãos. Eis a razão porque a Aveia Quaker é o prato diario de toda a criança bem nutrida. Dada uma vez por dia significa ter a criança absorvido todos os elementos de que necessita. Uma libra de Aveia Quaker encerra 1810 caloricas de energia e duas vezes o valor nutritivo da carne. Os paes intelligentes, em toda a parte, dão Aveia Quaker, a seus filhos.

Vem em latas, comprimida e hermeticamente fechada — unico acondicionamento que lhe garante a conservação indefinida da frescura e do sabor.

Os mingãos de Aveia são deliciosos.

Sociedade Comercio e Industria
CENTRAL DO BRASIL, LTDA.
 RIO DE JANEIRO



Quaker Oats

Figura 24 - Alimentos com aveia Quaker Oats
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 26/07/1923, p. 2



O seu filho poderá ser um dirigente

E' de entre os collegiaes de hoje que surgirão os futuros dirigentes do mundo. Nossos filhos precisam ser preparados para as suas responsabilidades vindouras. E' necessario que se transformem em homens fortes, sadios, robustos e inteligentes. O seu medico dir-lhe-ha que os 16 elementos nutritivos exigidos para o perfeito desenvolviment_o do cerebro, dos nervos, da energia, e da dentiçã_o da criança, encontram-se todos na Aveia Quaker que produz os mesmos beneficios nos adultos.

Vem em latas, comprimida e hermeticamente fechada unico acondicionament_o que lhe garante a conservaçã_o indefinida da frescura e do sabôr.

Os mingãos de Aveia Quaker são deliciosos.

Sociedade Comercio e Industria
CENTRAL DO BRASIL, LTDda
 RIO DE JANEIRO



Quaker Oats

Figura 25 - O seu filho poderá ser um dirigente – Quaker Oats
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 16/07/1923, p. 4

E a Aveia Quaker foi tema de mais de um aconselhamento do doutor Aluísio França, realizado através de sua coluna da **Gazeta do Povo**. O médico recomendava o produto em alguns casos, quando percebia que o peso da criança não era o que julgava compatível com a idade. Este foi o caso de André, de quatro meses, que pesava quatro quilos e novecentas gramas e há vinte dias não engordara nada, devido às glândulas mamárias inflamadas da mãe. Escrevendo para o médico como se fosse o filho, a mãe perguntava se André podia comer Aveia Quaker com leite de vaca, “mais quero primeiro ver o que o dr. ordena que será cumprido”, complementava a cartinha (**Gazeta do Povo**, 22/09/1930, p. 3). O doutor, depois de elogiar as mães que haviam aprendido que, primeiro deveriam solucionar as dúvidas com um especialista antes de oferecer um alimento ou um medicamento aos filhos, aprovava o uso do produto. Assim, como a mãe de André, a senhora Lia, de Curitiba, deve ter ficado orgulhosa de seu papel materno, depois de ter lido a resposta do médico:

Seu filhinho tem cinco meses de idade e pesa 6,5 Kilos. Mama no peito e uma vez no [leite em pó] Lactogeno. Como lhe parece que ainda é insuficiente, quer saber se pode dar Quaker. Está muito certo: assim é que deviam proceder todas as mães – antes de dar alimentos que não sabem se faz bem, ou se a criancinha pode tomar, consultar o médico. Quanta desordem nutritiva não evitaria! (**Gazeta do Povo**, 18/02/1930, p. 3).

Prevenir os males que poderiam afligir as crianças, por meio dos cuidados com a alimentação e com a higiene, procurar não tentar curá-los, uma vez que essa função devia ser destinada aos especialistas, era o que os médicos esperavam da mãe. Em 1926, artigo do doutor França, publicado na **Gazeta do Povo**, já trazia no título a mensagem principal a que se destinava o texto: “Em cada 100 criancinhas que sofrem das doenças da dentição, apenas 10 devem tomar remédios, a higiene cura as restantes”. Ou seja, a prevenção era a melhor solução para evitar a doença e morte dos filhos. Segundo comentava o pediatra, 90% dos casos de doenças da 1ª dentição apareciam em crianças com infecções decorrentes da alimentação, e por isso a importância da amamentação materna até os oito meses de idade, no mínimo. O aleitamento no seio seria essencial para a dentição robusta dos pequenos. Além das investidas dos médicos, os anúncios também colaboraram para a educação das genitoras, como a propaganda da solução de enxague bucal Orizon, da Bayer,

publicado na **Gazeta do Povo** de 1930, na qual percebemos ecos das ideias defendidas pelo doutor França e vários de seus colegas.

Saibam todas as mães que da conservação dos primeiros dentinhos de seus filhos depende a boa disposição e a resistência da segunda dentição ou dentes definitivos. As mães devem pois escovar os dentes das crianças, todas as noites, antes de irem ellas para a cama, e os que se apresentarem cariados deverão ser obturados. Para a limpeza dos dentes nada melhor do que escova, agua e sabão dentífrico; para sua desinfecção, entretanto, nada melhor e mais agradável que as soluções feitas com o Ortizon da Casa Bayer, que são excelentes para evitar muitas infecções da boca e da garganta. As crianças que escovam os dentes todas as noites, antes de deitar-se, sobretudo as que bochecham com a solução do Ortizon nunca sofrem de dor de dente [...] caries e as infecções (**Gazeta do Povo**, 09/09/1930, p. 3).

Entretanto, como também escreveu o próprio Aluízio França, havia “a crença do povo e isso não há força que remova”. As palavras do médico foram escritas como parte da resposta a uma questão de Sinhára, de Curitiba, que tinha um “batalhãozinho de filhos”. A curitibana perguntou: “Eu ouvi sempre dizer que fruta verde faz mal. Também tive sempre medo de tomar leite perto de laranja. Mas hoje vejo que tudo isso está mudado, pois até as criancinhas de peito se aconselha caldo de fruta! Laranjas com leite não mata?” O doutor França respondeu que a pergunta feita era “[...] muito fácil e muito difícil [porque envolvia] matéria arraigada na crença do povo e isso não há força que remova”. Segundo ele, algumas frutas podiam fazer mal até mesmo maduras e outras, mesmo verdes, não; muitas vezes o problema estava na mastigação das frutas, o que deveria merecer redobrada atenção materna. O médico conclui: “Salvo melhor opinião, aqui fica a minha, que a senhora fica com inteira liberdade de aceitar ou não” (**Gazeta do Povo**, 20/05/1930, p. 3). Raro texto de explícito reconhecimento da força efetiva do costume popular e de aceitação do julgamento materno que, em grande parte, era permeado de saberes sobre saúde e doença, que não tinham a chancela científica, mesmo tendo o doutor imputado às mães, mais uma vez, a responsabilidade pelos transtornos, geralmente digestivos, que muitas vezes as frutas causavam nos filhos: elas precisavam cuidar também da mastigação destes.

Outro caso exemplar foi o de Lidoca, também de Curitiba, mãe que criava seu filhinho conforme costumes que misturavam prática de medicina humoral (com a

atenção aos ares), com prescrições ancestrais para evitar o sol. Desta vez o doutor França não perdeu a oportunidade de desqualificar estes saberes:

Quarto fechado, berço acortinado e medo de vento é mesmo o que quer o resfriado! Seu filhinho só sara 15 diaz por mez porque vive na estufa! Criança é como passarinho – deve ser criada ao ar livre. Quanto mais liberdade e quanto mais ar, mais goza de saúde! Nós temos um grande defeito. Nossos filhos são criados, tao cheios de flanelas e de pelúcias e com medo do vento encanado que ficam uns bibelotzinhos de fragilidade. Tudo faz mal. Quem é que não escutou em sua própria casa esta frase mil vezes repetida por dia:
 _ Saia do sol, com esta criança, que faz mal!
 Ou esta, de grande uzo e abuzo, pela nossa gente:
 _ Entre, com esse pequeno, que esta ventando!
 Ora justamente ao contrario deveria ser a nossa precaução. As nossas mães deviam dizer as pagens de seus filhinhos, coisas assim:
 _ Va para o sol com essa criança, que o sol é saúde!
 _ Vá para o jardim com esse pequeno para que elle respire o ar fresco que tem necessidade [...] (**Gazeta do Povo**, 14/02/1930, p. 3).

E o doutor França dispunha de aliados persistentes: também o discurso das propagandas havia incorporado a tese que as crianças deveriam ter mais contato com o ar livre, aproveitando esses momentos para brincar e se exercitar, pois era de crianças com saúde e robustez que a cidade e o país precisavam. O anúncio do tônico Emulsão de Scott (figura 26) era direcionado tanto a estas crianças sadias: a imagem mostra uma menina pulando corda; quanto para os “pequenos rachiticos e doentios ou de crescimento retardado” que, por descuido da mãe – responsável direta pelos filhos - não se desenvolviam bem, sem ar livre, sem sol e, evidentemente, sem Emulsão de Scott (**Gazeta do Povo**, 13/04/1928, p. 4).



**Para as creanças
brincar é viver . . .**

Para um desenvolvimento são e normal da creança, é preciso deixal-a brincar, exercitando-se ao ar livre, e quanto mais, melhor. Nada no mundo pode comparar-se com este excellent systema para a saúde e robustez da infancia.

Ha uma outra ajuda para as creanças, que a recebem com avidéz,— a Emulsão de Scott. Con- vem dal-a ás creanças sadias, afim de mantel-as robustas; mas para os pequenos rachiticos e doentios, ou de crescimento retardado, ella é *indispensavel*. Cuidado, não a deixe faltar aos seus filhos!



Emulsão de Scott

Figura 26 - Para as creanças brincar é viver... Emulsão de Scott
Fonte: **Gazeta do Povo**, 13/04/1928, p. 4

Novamente, a propaganda divulgou e utilizou a seu favor a fala médica, difundindo recomendações sobre como deveriam ser criados os filhos, divulgando a tese da mãe como peça chave na criação de crianças saudáveis. Mas, como havia percebido o doutor Aluízio França, por meio das cartas que recebia (ou de casos que observava e que publicava como sendo texto de uma leitora/mãe), a experiência das mulheres sobre como cuidar de seus filhos mesmo sendo transformada, pouco a pouco, no contato destas com o saber médico-científico (inclusive através de

propagandas que procuravam vender saúde), não significava o abandono completo de práticas preconizadas por outros saberes de cura, que “não há força que remova”, como afirmou o doutor (**Gazeta do Povo**, 20/05/1930, p. 3).

Grande responsável pelo futuro, devido aos filhos que gerava e criava nos anos 1920, a mulher-mãe foi alvo privilegiado de várias propagandas que, ao procurar vender produtos que eram anunciados como mantenedores, ou restauradores da saúde materna e de seus filhos, colaboravam, devido às palavras que usavam e ilustrações que publicavam, para a educação da mulher sobre o tema saúde e doença nos moldes preconizados pela medicina. Quantas mulheres de Curitiba tiveram suas práticas sobre saúde, doença e maternidade transformadas a partir de conhecimentos científicos que eram divulgados até por anúncios de produtos alimentícios? Impossível mensurar, mas pela manutenção e ampliação das propagandas e do número de produtos anunciados, é possível suspeitar que, várias curitibanas, usavam os produtos propagandeados, inclusive porque ‘compravam’ as ideias sobre sadio e enfermo que os anúncios também vendiam.

CAPÍTULO 3

PROPAGANDEANDO A AÇÃO FEMININA A SERVIÇO DA SAÚDE DA MULHER E DE SEUS FILHOS



O Dia da Caridade
Fonte: **O Dia**, 10/10/1923, p. 2

Ao folhear as páginas dos jornais **Gazeta do Povo**, o **Diário da Tarde** e **O Dia**, na década de 1920, o leitor curitibano se deparava quase que, diariamente, com textos que faziam referência às atividades filantrópicas desenvolvidas por mulheres que integravam associações e agremiações, muitas delas criadas e dirigidas por grupos femininos¹⁰¹. Agremiações da capital paranaense, algumas delas organizadas ainda no século XIX, tinham nomes de flores, como o Grêmio das Violetas, das Magnólias, das Camélias, das Glicínias, Miosótis, Bouquet. Esses grêmios, inicialmente dedicados à promoção de atividades de lazer, bailes, festas carnavalescas, chás, saraus e serões de arte, no decorrer das primeiras décadas do século XX começaram a se utilizar destas atividades, também, para arrecadar doações com a finalidade de “[...] atender as diversas formas de indigências ou socorrer as entidades assistenciais” (TRINDADE, 1996, p. 255). Compunham, também, o cenário benemerente leigo, destacado pelos jornais, as associações que privilegiavam a filantropia, tais como Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância e a Cruz Vermelha Paranaense¹⁰².

Entre estas entidades, o Grêmio das Violetas, Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância e a ação das mulheres que integravam a Cruz Vermelha Paranaense merecem destaque porque, além de trabalharem voluntariamente para amenizar “as necessidades que assolam os lares pobres [...] buscando-lhes alívio às misérias, num esforço que entram em socorro material e consolo moral”, como afirmava artigo do jornal **Gazeta do Povo** (20/07/1920, p. 1), foram entidades que se envolveram em atividades de promoção à saúde, especialmente voltadas para o amparo da maternidade e da criança, num contexto em que, segundo o mesmo periódico, a “Pátria reclama filhos fortes e bem criados, capazes de fazê-la grande” (**Gazeta do Povo**, 06/09/1920, p. 1). As mulheres de Curitiba, que pertenciam a estas organizações ajudaram a combater, conjuntamente com médicos e outros curitibanos, aqueles que eram considerados dois dos principais problemas que assolavam a capital naquele período: o alto índice de mortalidade infantil e a falta de cultura higiênica das mães (um dos fatores primordiais da mortalidade das crianças). As ações destas “beneméritas senhoras”, tiveram como alvo principal as mulheres mais pobres, sem condições financeiras

¹⁰¹ Neste trabalho textos sobre as instituições filantrópicas veiculados pelos periódicos são tratados como propagandas não-comerciais, também denominadas de propaganda social ou institucional.

¹⁰² A filial da Cruz Vermelha Brasileira, instalada em Curitiba, era repetidamente chamada de Cruz Vermelha Paranaense pelos jornais e outras publicações (AVANZINI, 2011, p. 27).

e/ou educacionais de bem cuidar de si e de sua família, notadamente dos filhos pequenos, que careciam de atenção redobrada, ensinando e difundindo os preceitos médico-higiênicos.

Desde o final do século XIX havia crescido, no meio médico brasileiro, a percepção de que os problemas decorrentes da pobreza não podiam ficar somente nas mãos da caridade cristã, que tinha por principal objetivo a salvação da alma de quem a praticava. Fazia-se necessário, contudo, a organização de uma assistência pública laica, baseada nos fundamentos científicos e dotada de estrutura institucional, legislativa e política (MARTINS, A., 2011, p. 31; MARCÍLIO, 2006, p. 201-208). Conforme esclarece Marcílio,

as instituições coloniais [...] não atendiam mais às novas realidades e exigências do Brasil da segunda metade do século XIX [devido ao processo de liberalismo econômico, político, social e cultural]. Urgia a implantação de novos sistemas, a ampliação do assistencialismo e substantivação de projetos renovadores (MARCÍLIO, 2006, p. 201)¹⁰³.

No contexto do final do Oitocentos e início do século XX, o “modelo moral dos cuidados articula-se com um novo modelo racionalista e público que começava a se organizar no Brasil [...]” (MARTINS, 2011, p. 31)¹⁰⁴. Assim, “a filantropia surge para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados” (RIZZINI, 1993, p. 58). Essa nova articulação envolveu mais diretamente dois agentes: médicos e mulheres de grupos sociais privilegiados econômica e socialmente. Em Curitiba, essas mulheres tiveram participação fundamental na criação, organização e gestão de associações filantrópicas como a Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, o Grêmio das Violetas e a Cruz Vermelha Paranaense e, como em outras localidades brasileiras, contribuíram para a difusão de preceitos médico-científicos entre a população, para a ampliação da clientela dos médicos e do espaço físico para que os doutores colocassem em prática suas ideias de cura e

¹⁰³ As instituições coloniais mencionadas por Marcílio eram as provenientes das iniciativas ligadas à igreja católica, como por exemplo: as casas de misericórdia, que abrigavam a Roda dos Expostos, os Recolhimentos de meninas e os Seminários para meninos, entre outras (MARCÍLIO, 2006, p. 195).

¹⁰⁴ Filantropia e caridade, embora sejam conceitos distintos, são usados, no contexto do século XIX e início do XX, como sinônimos. Do mesmo modo que nos jornais as associações de mulheres são intituladas caritativas e filantrópicas, no decorrer deste trabalho também se assume esta perspectiva.

assistenciais (MOTT, 2005, p. 43; TEIXEIRA, 2010, p. 87; MARTINS, A., 2011, p. 31)¹⁰⁵.

Segundo Mott (2005, p. 59) foi a partir do século XX que a organização e participação de mulheres em associações filantrópicas leigas se expandiu. Esse aspecto foi decorrente do desenvolvimento urbano e industrial, da crescente demanda de movimentos sociais e da ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres, notadamente das camadas mais ricas da sociedade¹⁰⁶.

No início do Novecentos, o trabalho feminino e o papel da mulher estavam na pauta das discussões das diversas correntes e tendências culturais que compunham a sociedade curitibana e não estava isento de contradições e ambiguidades. Esses grupos faziam dos periódicos (especializados ou não) um espaço importante de manifestação e transmissão de seus ideais¹⁰⁷: republicanos, positivistas, católicos, protestantes (maioria alemães imigrantes), maçons, neopitagóricos, espíritas, feministas (mulheres e homens), operários (anarquistas, socialistas, comunistas, etc.) discutiam os assuntos na imprensa, demonstrando divergências e convergências nos assuntos que mais se faziam importantes no período, como o papel da mulher na sociedade.

Grandes partes dos pensadores de orientação laica concordavam, por exemplo, que a mulher deveria ser um ser moral, cuja principal função estaria no lar como esposa e mãe, tese que, em essência, não divergia do ideal de mulher do grupo católico (SCHMIDT, 2001; COMTE, 1988, p.vii-xvi)¹⁰⁸. O próprio movimento

¹⁰⁵ Não foi possível identificar todas as participantes das associações estudadas, entretanto, várias delas eram esposas de cônsules, médicos e advogados o que as situavam num grupo privilegiado (político-social e economicamente) da sociedade curitibana/paranaense.

¹⁰⁶ No século XIX, segundo Mott (2001, p. 208), diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e na Inglaterra, ao longo de quase todo o século XIX, foram raras as possibilidades das mulheres brasileiras se reunirem. Os poucos lugares de encontro e discussão eram as agremiações literárias, as reuniões internas dos jornais e revistas femininas, as sociedades abolicionistas e associações de caridade. A autora lança algumas hipóteses sobre o pequeno número de associações femininas ao longo do XIX, entre elas: isolamento, reduzidas oportunidades educacionais, força da autoridade masculina, medo de ir contra os costumes e cair no ridículo ou serem alvo da maledicência pública, desconfiança do clero masculino católico devido ao celibato, precariedade do meio urbano que não favorecia o convívio social, dificuldades de acesso aos bens de consumo – a maioria dos produtos usados no dia a dia era produzida em casa pelas mulheres, o que tornava a jornada de trabalho longa e cansativa.

¹⁰⁷ Revistas, jornais, suplementos são importantes veículos de difusão do pensamento dos grupos que disputavam a predominância do pensamento na urbe. Podemos citar entre os periódicos especializados: **Cenáculo e Esphinge** (maçônico), **Luz de Krotona** (Neopitagórico), **Verita e Estrela** (católico), **A Doutrina** (espírita), **O Rebate**, **O Operário Livre**, **O Combate**, **Primeiro de Maio** e **O Operário** (movimento operário) (TRINDADE, 1996, p. 105-109).

¹⁰⁸ O objetivo, por exemplo, das escolas católicas no século XIX era formar jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem na família e na sociedade

feminista, no Brasil¹⁰⁹, que defendia os direitos a educação, a profissionalização e a participação política feminina, considerava que as possíveis conquistas da mulher deveriam se submeter à missão materna (MOTT, 2001, p. 213-214; BUENO, A., 2010, p. 23)¹¹⁰.

A respectiva posição era compartilhada, por exemplo, pela feminista Mariana Coelho¹¹¹, que considerava o trabalho feminino conciliável com o cuidado do lar e dos filhos, pois a mulher era responsável pela tarefa de proporcionar o desenvolvimento físico e intelectual das crianças. Segundo Bueno, (2010, p. 89) embora Mariana Coelho

defendesse a ampliação da educação e uma maior participação feminina na cena pública, se colocava reticente em relação às reivindicações que considerava exaltadas, como por exemplo, “os detestáveis exageros impostos pela moda à *toilette* feminina” e o abandono do lar por parte das mulheres para ocuparem o espaço público. [...] Em sua concepção, o ideal para a emancipação das mulheres casadas e mães de família, era a conciliação entre o mundo doméstico e a vida pública (BUENO, A., 2010, p. 89).

os valores do catolicismo conservador (MANOEL, 1996, p. 76-77). Porém, preocupada com os rumos da sociedade industrial moderna, cada vez mais a Igreja Católica vai investir, principalmente no início do século XX, em ações educacionais, com o intuito de bem formar mulheres para o mundo do trabalho. Confira, entre outros: CINTRA, 2005.

¹⁰⁹ O feminismo, no Brasil, tem sua maior expressão com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, pela médica Bertha Lutz. A FBPF partilhava da concepção de que a família era a base da sociedade, focando suas reivindicações na proteção materno-infantil, ampliação do trabalho feminino e a participação política. Utilizando uma tática de discurso de tom moderado, segundo opinião da historiadora Soihet (2009), o feminismo defendido pela FBPF ganhou visibilidade no país nos anos de 1920 e 1930, através da organização de mulheres em associações, em pronunciamentos e em conferências públicas, que também são anunciados pelos jornais curitibanos. A FBPF teve papel importante na implantação de leis de várias de suas reivindicações, a partir da década de 1930, como o direito das mulheres votarem e serem votadas, salário mínimo, férias remuneradas, limite de oito horas de trabalho, programas de assistência e bem-estar-social referentes à maternidade e a infância, etc. Confira: (SOIHET, 2009, p. 376; MOTT, 2001, p. 213-217).

¹¹⁰ Entre os artigos discutindo relativos às conquistas femininas na década de 1920, veja, por exemplo: **Diário da Tarde**, 31/03/1921, p. 2; **Gazeta do Povo**, 19/04/1920, p. 2; 08/01/1924, p. 4, 14/01/1924, p.4. Como escreveram Muluf e Mott: “[o] progresso feminino, no entanto, precisa ser tomado com cautela, uma vez que havia certos limites para a aspiração feminina: eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas profissões. As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres [...]. As mulheres casadas, de acordo com o Código Civil [de 1916], precisavam da autorização do marido para exercer qualquer profissão fora do lar – atividade que só era considerada legítima quando necessária para o sustento da família, raramente para realização pessoal” (MULUF; MOTT, 2001, p. 402). Veja também o texto de LAGRAVE, 1995. p. 501-539.

¹¹¹ Escritora e educadora, Mariana Coelho nasceu em Portugal, havendo controvérsia na data de seu nascimento (1872? 1873? 1857? 1858?). Veio para o Brasil em 1892, se instalando no Paraná. Escreveu em vários periódicos da capital paranaense dedicados à literatura, onde pode exprimir suas ideias, inclusive sobre a emancipação feminina. Publicou durante sua vida um total de seis livros. Fundou o Colégio Santos Dumont, que oferecia ensino primário para ambos os sexos e curso de prendas domésticas para meninas, e atuou como professora, secretária e diretora da Escola Profissional Feminina até 1940. Faleceu em 1944 (BUENO, A., 2010).

Ativa participante da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância e da Cruz Vermelha Paranaense, ao lado de outras “benevolentes senhoras”, a defesa da maternidade como função primordial da mulher por Mariana Coelho pode ser observada até quando ela escreveu o artigo, publicado em 1931 no jornal **Diário da Tarde**, defendendo a política adotada na Maternidade do Paraná de acolhimento de gestantes solteiras, que optavam pelo “parto secreto”¹¹²:

Se o facto de ser mãe só por si só santifica e dignifica a mulher, igualmente a solteira tem, como a casada, direito a essa santificação e, por consequência, ao respeito e proteção sociais; em vez disso, porém, é ela condenada à censura geral, ao abandono, e até ao ridículo que a sociedade inconsciente e invariavelmente a arremessa! E quanto mais analisamos estas flagrantes incoerências, mais valor achamos na grandiosidade da obra social e moralizadora empreendida pelo Dr. Victor do Amaral, empregando [...] coração e sciencia, em suavizar a dôr humana feminina - oral e materialmente falando [...] (**Diário da Tarde**, 07/11/1931, p. 3).

Na Curitiba da década de 1920, não seria uma conquista de poder e inserção social feminina ser responsável pelas finanças de uma grande instituição, como a Maternidade do Paraná? Ou mesmo participar ativamente e/ou dirigir uma associação filantrópica como a Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, como o Grêmio das Violetas ou como a Cruz Vermelha Paranaense? O maternalismo, que enaltecia as virtudes privadas da domesticidade, ao mesmo tempo em que legitimava as qualidades maternas relacionadas ao cuidado (não somente dos filho, mas dos outros) e a assistência, possibilitou as mulheres cruzar as fronteiras do espaço privado rumo ao mundo público (MARTINS, A., 2011, p. 24). Perrot, ao analisar a filantropia na França do século XIX, já havia constatado que “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhe eram deixados ou confiados para alargar a sua influencia até as portas do poder” (PERROT, 1991, p. 503).

Embora a atividade filantrópica, realizada por mulheres, tenha sido exercida, pontualmente, em séculos anteriores ao século XX, foi nas décadas iniciais deste que a filantropia se consolidou no Brasil e na capital paranaense, especialmente no campo da saúde e educação para a saúde, muito em função dos debates realizados pelo movimento sanitarista. O diagnóstico de que o Brasil “ainda era um imenso

¹¹² A Maternidade do Paraná inspirou-se na Maternidade francesa de mães solteiras do “Castelo de Gerland”, em Lyon (FR), e na “Maternidade de Buenos Aires” (ARG), que fazia partos com discrição. O parto secreto tinha como principal objetivo médico-social combater o aborto criminoso e o infanticídio. Confira: FARIAS: 2010, p. 103; CINTRA, 2010, p. 179.

hospital” pautou questões sobre o futuro do país e a necessidade de sanear e educar para a saúde a população de cada região, de cada estado, de cada cidade¹¹³. Nesse contexto, os jornais diários da capital paranaense, traziam as discussões de âmbito local, nacional e internacional, sobre a questão saúde-educação, procurando não só informar, mas também influenciar um modo de pensar e de agir do leitor. Conforme verificou Vieira, C. (2007, p. 21), o desejo de jornais empresariais paranaenses, como a **Gazeta do Povo** e o **Diário da Tarde**, de permanecerem atuantes na esfera política, os levaram a engajarem-se em projetos sociais, produzindo *slogans* e campanhas que fossem assentidas por um público significativo. Neste sentido, estes periódicos, conjuntamente com o jornal **O Dia**, se comportavam como incentivadores e divulgadores das atividades de cunho médico, social e educacional promovidas pelas associações filantrópicas curitibanas, compostas, majoritariamente, por mulheres, tornando-se “bons sócios” dessas entidades (SANGLARD, 2001, p. 1096). Entendendo, conforme aponta Vieira, C. (2007, p.16), que o jornal é um lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos e que assume importante função no processo de representação sobre o mundo, os jornais curitibanos vão propagandear um modelo ideal de mulher para atuar na sociedade dos anos 1920. Alguns elementos, como a frequência em que são publicados, bem como a forma e os meios discursivos utilizados na produção de textos referente à Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, o Grêmio das Violetas e a Cruz Vermelha Paranaense nos dão indícios sobre a representação dessa mulher curitibana, de seu papel social como provedora e mantenedora de sua saúde e da família, notadamente dos filhos, mesmo no espaço público, exercendo atividades que eram consideradas, por muitos, extensões de sua função materna. Como afirma Chartier (1990, p. 127) “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, não há compreensão do seu escrito, qualquer que ele seja que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”.

¹¹³ Emblema do movimento sanitarista, a frase pronunciada em discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, pelo médico Miguel Pereira foi, segundo Sá (2009), uma resposta endereçada ao deputado federal Carlos Peixoto, que teria afirmado sua disposição em ir até os sertões do país convocar, na ocasião da Grande Guerra (1914-1918), os homens do campo para compor o Exército Brasileiro. Segundo o médico, o interior do país estava esquecido pelos políticos e por consequência a população se encontrava assolada pela doença e pela miséria. Cabe ressaltar que não só o interior do Brasil era abandonado pelas políticas públicas, como lembrara Afrânio Peixoto, pois interior, campo ou sertão, eram espaços geográficos pouco definidos e poderiam começar logo ali, onde acabavam as ruas e avenidas centrais das principais cidades do país (HOCHMAN, 1998, p. 70; BERTUCCI, 2011, p. 7-8).

3.1 ASSOCIAÇÃO DE DAMAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA

Desde a metade da primeira década do século XX, os leitores dos jornais curitibanos acompanhavam a atuação da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância na assistência a primeira Maternidade do Paraná, por vezes denominada Maternidade de Curitiba, fundada em 1914, e dirigida pela Faculdade de Medicina da capital. Esta instituição destinava-se a prestar assistência obstétrica, principalmente às mulheres pobres e, ao mesmo tempo, servir ao ensino prático dos alunos que cursavam Obstetrícia na Faculdade¹¹⁴. Criada no mesmo ano de criação da Maternidade (ou nos primeiros meses do ano seguinte)¹¹⁵, em 1915, a Associação já contava com 140 associadas que faziam mensalmente doações em dinheiro e angariavam contribuições e donativos destinados à aquisição de patrimônio e pagamento de despesas gerais da Maternidade (FARIAS, 2010, p. 102). Dentre as organizadoras da Associação de Damas, como era, por vezes, chamada pelos periódicos diários, estavam as senhoras Margarida Laforge, consulesa da França, Isabel Gomm, consulesa da Inglaterra (**Gazeta do Povo**, 12/02/1920, p. 3). Muitas “senhoras da nossa melhor sociedade”, como se referia, anos mais tarde, o jornal **Gazeta do Povo** (24/01/1924, p. 4) às integrantes da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, eram esposas de políticos e médicos influentes da capital, entre elas: Etelvina Rabello Camargo, casada com Affonso Alves Camargo, Presidente do Estado do Paraná por duas gestões (1916-1920 e 1928-1930); Alcina Camargo, esposa do advogado, professor e senador Marins Alves de Camargo (irmão de Affonso Alves de Camargo); Francisca Martins Erichsen, esposa do médico e professor da Faculdade de Medicina do Paraná Petit Guimarães Carneiro; Anna Messias do Amaral, casada com Victor Ferreira do Amaral, médico que, entre outras atividades, foi um dos

¹¹⁴ O Estatuto da Maternidade previa, em 1914, os seguintes espaços: enfermaria para gestantes que esperam; enfermaria para isolamento de moléstias contagiosas; enfermaria para parturientes e recém-nascidos; sala de partos e operações; consultório para serviço externo de clínica obstétrica e pediátrica e quartos particulares (CINTRA, 2010, p. 170).

¹¹⁵ É mais provável que a Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância tenha sido fundada em 1914, pois em notícia veiculada pelo jornal **Gazeta do Povo**, em janeiro de 1924, existe a afirmação que esta prestava seus serviços “há nove anos”. Considerando o mês de publicação do texto (janeiro) é plausível verificar que a entidade teria uma margem de onze meses para completar dez anos de história: “Sob a presidência da Provedora, Exma Sra. D. Alcina Camargo, reuniu-se, segunda-feira na Maternidade do Paraná, esta Associação de Senhoras [...] que, há nove anos, vem auxiliando e protegendo a Maternidade do Paraná” (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 4).

principais fundadores da Maternidade do Paraná (FARIAS, 2010, p. 102; NEGRÃO, 1926, p. 450).

Os nomes das “damas de caridade” estavam continuamente em evidência nos jornais curitibanos que publicavam, entre várias ações da entidade filantrópica, os resultados das eleições internas que escolhiam as ocupantes dos cargos de provedora, vice-provedora, secretária, tesoureira e zeladora. Em 1924, por exemplo, a **Gazeta do Povo** destacava aos leitores curitibanos a idoneidade do processo eleitoral, baseado nos estatutos da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância¹¹⁶ e anunciava as novas representantes: “Provedora D. Alcina Camargo (reeleita); Vice Provedora, D. Isabel Gomm; Secretaria, D. Noemia Gutierrez; Thesoureira D. Judith Costa; Zeladora para 1924, D. Margarida Laforge.” (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 4).

É inegável que estas mulheres receberam atenção especial da imprensa por fazerem parte das camadas mais privilegiadas social e economicamente da capital paranaense. Porém, não só por este motivo. É impossível não considerar que havia o reconhecimento, de médicos, governantes e muitos curitibanos, das ações de mulheres que, com seu trabalho voluntário, foram decisivas para o combate de epidemias e de enfermidades que, em geral, muitos consideravam entraves para o desenvolvimento da cidade e do estado. As atividades dessas mulheres tiveram papel relevante na implantação das políticas públicas de proteção à maternidade e a infância, que seriam promovidas pelo estado brasileiro, notadamente a partir da década de 1930 (TEIXEIRA, 2010, p. 47; MARTINS, 2004, p. 56). Essa constatação contrasta com a postura assumida durante muito tempo pela historiografia em geral, que visualizava a ação filantrópica, desenvolvida por mulheres das classes privilegiadas, como uma atividade secundária, subalterna, voltada para o combate a uma existência tediosa e inútil, através da realização de festas mundanas que tinham como pano de fundo o arrecadamento de doações (MOTT, 2002, p. 201). Certamente, algumas mulheres entraram na filantropia com tais finalidades, enquanto outras se utilizaram de sua condição socioeconômica para participarem mais intensamente do espaço público, que lhes era restrito, com intuito de ampliar as oportunidades profissionais, educacionais, bem como, contribuir para a melhoria

¹¹⁶ O jornal não publicou os estatutos da Associação.

das condições de educação e saúde dos mais necessitados, especialmente de mães e filhos.

Enquanto “bons sócios”, os jornais procuravam apontar a importância das mulheres na manutenção dos serviços em prol dos mais necessitados, propagandeando as ações capitaneadas por mulheres. Em 1920, o jornal **Gazeta do Povo**, assim se referia:

A Maternidade do Paraná tem lutado contra series dificuldades para levar a efeito seu objetivo, amparando as pobres mães que a procuram [...] e se não fora a dedicação [...] e o auxílio da Associação de Damas á Maternidade já tivesse baqueado (**Gazeta do Povo**, 16/01/1920, p. 1).

Como a instituição atendia cerca de 80% de mulheres pobres e indigentes¹¹⁷, segundo estudo de Farias (2010, p. 105), estas seriam as maiores prejudicadas se a Maternidade do Paraná fechasse suas portas por falta de recursos, como escrevia o articulista da **Gazeta do Povo**, em outubro de 1920:

Esta instituição, cujos benefícios não necessitam ser lembrados, pois ela aí está, há já alguns anos prestando os seus socorros, atualmente é com dificuldade que se mantém, pois o número de clientes tem aumentado, além de que a maioria das infelizes que a ela recorrem, falhas de qualquer recurso, nem mesmo roupas leva, vendo-se a direção da Maternidade na contingência de vestir as criancinhas e manter um grande estoque de roupas para as parturientes [...] (**Gazeta do Povo**, 28/10/1920, p. 2).

Além do atendimento médico, o serviço de “puericultura natal e prenatal” (**Gazeta do Povo**, 02/03/1924, p. 2), implantado para ensinar as mulheres a cuidar e a criar os filhos dentro dos conhecimentos científicos, as clientes mais pobres podiam contar, também, com enxoval para as criancinhas e roupas para elas, arrecadas ou compradas graças às doações provenientes das atividades socioculturais organizadas pela Associação de Damas de Assistência à Maternidade

¹¹⁷ O Estatuto de 1914 da Maternidade deixa claro seu público alvo: assistência obstétrica às mulheres pobres que queriam servir, ao mesmo tempo, ao ensino da obstetrícia dos alunos. A Maternidade seria propícia para as mulheres prestes a dar a luz, que, sem recursos, não podiam pagar para um médico de gabinete ou acabavam se sujeitando aos serviços, geralmente considerados precários, das parteiras, correndo o risco de morte por febre puerperal ou outras complicações decorrentes do parto, ou ainda, na morte dos bebês (CINTRA, 2010, p. 71).

e a Infância, como o Festival Esportivo que aconteceu no dia 13 de maio, anunciado pela **Gazeta do Povo**:

Domingo, nove do corrente, das 13h em diante, haverá no pitoresco Parque Graciosa, no Juvevê, um festival esportivo, com jogos ao ar livre, por senhoritas de nossa elite social, em benefício da Maternidade do Paraná. A entrada será franca, havendo distribuição de prêmios aos vencedores nos jogos. Os bondes do Juvevê tráfegarão com mais freqüência, havendo um suculento churrasco para os apreciadores da saborosa iguaria nacional (**Gazeta do Povo**, 07/05/1920, p. 2)¹¹⁸.

Além de festas, bailes, festivais, saraus, os periódicos compartilhavam com os leitores toda e qualquer estratégia utilizada pela Associação de Damas para elevar a arrecadação destinada à manutenção da Maternidade (compra de móveis, instrumentos cirúrgicos, remédios para farmácia, pagamentos dos empregados, roupas para os recém-nascidos) e até quando tentavam sensibilizar outras mulheres para integrarem a entidade benemérita, como o artigo publicado na **Gazeta do Povo**, em 1920:

Uma grata noticia [...] nos chega agora no ouvido: na última reunião da Associação de Damas de Assistencia à Maternidade e à Infancia, as exmas. Sras. D. Margarida Laforge, Isabel Gomm e Zila Ticoulat, nos gestos merecedor dos maiores encômios, prometeram trabalhar com afinco em prôl do engrandecimento da Maternidade, angariando novas associadas, afim de aumentar o auxílio a benemérita casa de caridade [...] (**Gazeta do Povo**, 16/01/1920, p. 1).

Com a intenção de difundir a ideia de participação na Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância para as curitibanas (leitoras, esposas de leitores ou aquelas que ouviam comentários sobre notícias de jornais), o articulista termina a propaganda elencando qualidades que, supostamente, as paranaenses possuíam, com o objetivo evidente de, ao se identificarem com elas ou desejarem ser vistas como possuidoras de tais atributos, respondessem positivamente ao apelo da “Associação de Damas” (e do próprio autor do texto): “A mulher paranaense, tão carinhosa e tão bôa, de coração caridoso e bem formado, estamos certos, saberá

¹¹⁸ Outros anúncios sobre a ação das Damas para angariar donativos para a Maternidade do Paraná podem ser encontrados em **Gazeta do Povo**, 20/07/1920, p. 3; 28/10/1920, p. 2; 05/02/1924, p. 2, 29/02/1924, p. 1; 02/03/1924, p. 4; 27/03/1928, p. 3; **Diário da Tarde**, 21/03/1924, p. 2.

acorrer em amparo do nobre auxílio das dignas senhoras que tomaram a si incumbência tão grandiosa” (**Gazeta do Povo**, 16/01/1920, p. 1).

Em 1924 o mesmo jornal informava que estavam nas mãos de algumas sócias da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância “listas para subscrição, com a nota de que as pessoas que fizerem donativos de 1:000\$000 para cima ficarão sendo consideradas beneméritas da instituição [Maternidade do Paraná] e terão seus nomes esculpidos em uma placa em lugar distinto” (**Gazeta do Povo**, 02/03/1924, p. 2)¹¹⁹. Neste caso, a estratégia era despertar nas pessoas o desejo de reconhecimento perene, por meio da homenagem que seria conferida aos colaboradores. Ter o nome cravado numa placa remete à ideia de permanência da ação do sujeito ao longo do tempo, fazendo parte da memória da instituição e da própria cidade. O nome de D. Lili Santerre Guinmarães¹²⁰ provavelmente estaria entre os que comporiam a placa. A referida senhora que, segundo noticiavam, pretendia “se retirar para a Europa”, já havia arrecadado a quantia de 27:100\$000, e depositado, à disposição da Maternidade, em uma caderneta do Banco Francez e Italiano (**Gazeta do Povo**, 02/03/1924, p. 2).

O jornal ainda mencionava que, D. Lili Santerre Guinmarães, já era conhecida pela população curitibana, devido a realização da “generosa Festa de Caridade, em favor da infancia, por ella realizada ultimamente no Parque da Graciosa” (**Gazeta do Povo**, 02/03/1924, p. 2). A festa, que ocorreu no mês de janeiro de 1924, tinha contado com diversas atrações para as crianças pobres da cidade: sessão cinematográfica no “Theatro Central”, passeio de bonde até o Parque da Graciosa, concurso de brincadeiras para meninas e para meninos (jogo da corda, jogo da peteca, jogo da cabra cega, jogo do cavalinho de bola, luta das três pandorgas, corrida a pé, entre outras), além de distribuição brindes e brinquedos doados por várias casas comerciais (não identificadas), que ficaram expostos até o dia do festival na vitrina da moderna loja “O Louvre” (**Gazeta do Povo**, 05/01/1924,

¹¹⁹ Em 1924, na Casa Pharol, um vestido para crianças de 12 anos valia 8\$000, uma combinação (roupa branca para senhoras) era vendida por 20\$000. Um caminhão Ford, de 1 tonelada, sem carroceria, por exemplo, custava 4\$700.00 (**Gazeta do Povo**, 15/01/1924, p. 3; 26/03/1924, p. 3).

¹²⁰ Nos jornais pesquisados, o primeiro nome da Senhora Lili Santerre Guinmarães, aparece com várias grafias: Lily, Lyli e Lili. Neste trabalho adotou-se a grafia mais utilizada: Lili.

p. 1)¹²¹. Meses mais tarde, outra nota da **Gazeta do Povo** elogiava mais uma ação da “benemérita senhora”, mas agora em benefício dos órfãos do Asilo São Luiz¹²²:

A Sra Lili Santerre [Guinmarães], cujo coração bondoso todos conhecemos através de sua obras de caridade, ofereceu-lhes um festivo “lunch” em sua residência e um passeio de automóvel pelas ruas da cidade. Assim foi que vimos, em uma dezena de automóveis de praça, os orphãosinhos, risonhos e contentes passeando pelas ruas, em festiva desfilada, sob os cuidados das irmãs diretoras e das zeladoras do orphanato [ou seja, do Asilo] (**Gazeta do Povo**, 18/08/1924, p. 5).

Neste mesmo período, a Maternidade do Paraná receberia de D. Lili Santerre Guimarães uma importante doação: um terreno situado na Avenida Iguaçu, destinado à construção da sede própria, sonhada por muitos desde a fundação da instituição em 1914¹²³. A intenção de aumentar o número de colaboradores da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, através das “listas para subscrição”, por exemplo, estava diretamente relacionado aos custos do novo projeto idealizado pelo Doutor Victor Ferreira do Amaral, (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 4)¹²⁴. No Natal de 1925, data sugestiva - comemoração do nascimento do menino Jesus - foi lançada a pedra fundamental da nova

¹²¹ A loja *O Louvre*, situada na Rua XV de Novembro, oferecia desde 1912, aos curitibanos, artigos de luxo importados: tecidos, perfumes, roupas de cama, artigos de decoração, salão de chá e barbearia (CONCEIÇÃO, 2005, p. 6; 66).

¹²² Segundo levantamento de Silva (2010, p. 36), a Senhora Lili Santerre Guinmarães era tutora de dois irmãos do Asilo São Luiz: Plácido e José Palmeira de Paula (Livro de Registro. Fichas n. 123 e 124).

¹²³ A Maternidade funcionou, provisoriamente, nas dependências do 1º pavilhão, ao rés do chão do edifício em construção da Universidade do Paraná, na Praça Santos Andrade, até que fosse organizado o casarão alugado à Rua Comendador Araújo (mesmo terreno do Omar Shopping na atualidade). Em 1916 a instituição transferiu-se para o velho palacete alugado do Barão de Miró, à Rua Sete de Setembro, nº 62, que não atendia às necessidades hospitalares da capital (CINTRA, 2010, p. 167-180).

¹²⁴ Em janeiro de 1924 o jornal **Gazeta do Povo** relatava que em Sessão da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, o Doutor Victor, expusera seu projeto de construção de “edifício próprio para a Maternidade, em terreno doado pelo senhor Agostinho de Leão [empresário do Mate]; infelizmente, parece-lhe que o terreno se acha impedido por um traçado de ruas feitas pela câmara. Entretanto, o senhor Dr. Moreira Garcez [Prefeito de Curitiba] prometeu empenhar e seu esforço e boa vontade na solução do caso [...] (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 4). Segundo Cintra (2010, p. 174), o senhor Agostinho de Leão havia se arrependido e se recusou a passar a escritura de terreno que havia concedido à Faculdade de Medicina do Paraná, para construção da Maternidade. O que realmente inviabilizou a construção da sede no terreno (doado ou cedido?) pelo senhor Agostinho de Leão? Não foi possível saber. Foi graças a doação do terreno feita por D. Lili Santerre Guinmarães que o levantamento do edifício se concretizaria, anos mais tarde, em 1930. Em homenagem a doadora do terreno destinado à instituição a ala direita da nova maternidade foi batizada de Lili Santerre.

maternidade, que levaria cinco anos para ficar pronta e atender as novas demandas (CINTRA, 2010, p.174).

Entre o lançamento da pedra fundamental e a inauguração do novo prédio da Maternidade do Paraná, a imprensa diária curitibana, cotidianamente, reforçou a importância da instituição para a capital paranaense, lembrando que sua construção era resultado dos “impulsos generosos do nosso povo” (**Gazeta do Povo**, 22/03/1928, p. 2). Segundo artigo veiculado pela **Gazeta do Povo** em 1928, a Maternidade do Paraná era uma obra que merecia receber a colaboração de todos

[..] pois vem assistindo a um exercito de gestantes, comquanto luctando com immensas dificuldades. Já era tempo de possuir Curytiba, adeantada como está, uma Maternidade que condissesse com seu adiantamento. Nós damos, hoje, somente o nosso grito de alarme, prometendo voltar sobre a questão. Nosso intuito é de mostrar como prestaria serviços uma Pró-Matre, com maiores possibilidades que a nossa modesta, modestíssima, acanhada Maternidade do Paraná. Par tal basta adiantar que, máu grado todos os impecílhos que a falta de recursos acarreta, verificaram-se no mez findo, vinte partos, com o nascimento de vinte e duas creanças, todas com assistênciã médica (**Gazeta do Povo**, 22/03/1928, p. 2).

A propaganda (institucional) da **Gazeta do Povo** usa a metáfora (figura de linguagem) para chamar a atenção dos leitores (as): um exército de gestantes. É possível pensar que, assim que os curitibanos entraram em contato com o texto, imaginaram centenas de mulheres grávidas enfileiradas, esperando ou sendo atendidas/assistidas pela Maternidade do Paraná. A metáfora¹²⁵ também pode ser relacionada à luta (guerra) que a entidade estava travando com as dificuldades do cotidiano para conseguir atender número grandioso de gestantes numa “modesta, modestíssima, acanhada” instituição (**Gazeta do Povo**, 22/03/1928, p. 2). Por isso, fazia-se necessário que a população contribuísse com doações para o término da nova Maternidade, destinada à assistência médica de mulheres e seus filhos. Se um exército de gestantes procurava a Maternidade do Paraná para fazer o parto, segundo a propaganda, significava que ali, então, era um local adequado para tal

¹²⁵ Sandmann (2007, p. 85) explica que, na metáfora, há uma transferência, com base na semelhança, ou seja, um significante de signo passa a referir-se a outro objeto ou fato do nosso universo. O termo que doa seus atributos ao outro, segundo Carneiro e Stancato (s.d), não se encontra em seu sentido real. Ele “empresta” à outra palavra as suas características, os seus atributos implícitos, gerando uma linguagem figurada, que não deve ser considerada em seu sentido denotativo (literal).

finalidade. A partir desta premissa o texto da **Gazeta do Povo** propagandeava a instituição às mulheres, chamando-as para comporem as tropas.

Aventar a necessidade de ampliação do serviço de acompanhamento do parto em instituição médica especializada (mesmo que o tema despertasse controvérsia, notadamente entre as mulheres) pode apontar, por um lado, a crescente preocupação de educar para a saúde uma parcela maior da população feminina da cidade, através dos preceitos da puericultura, e por outro, uma maior aceitação, por parte das mulheres¹²⁶, dos benefícios trazidos pela medicina científica, praticada na Maternidade dirigida por médicos. A gradativa aceitação deste serviço pode ser sentida no movimento clínico da Maternidade do Paraná¹²⁷. Em 1914, ano de sua fundação, foram internadas 18 mulheres no estabelecimento hospitalar (CINTRA, 2010, p. 176), em 1930, ano da inauguração (dia 3 de maio) da sede própria, quando a instituição recebeu no nome de Maternidade Victor Ferreira do Amaral, foram 254 as mulheres atendidas (FARIAS, 2010, p. 217)¹²⁸.

Desde 1914, e durante toda a década de 1920, os jornais divulgaram a ação das “damas da caridade” e dos médicos em prol da Maternidade do Paraná e, com isso, também contribuíram para a paulatina popularização dos serviços prestados por ela. Além de divulgar as atividades, as reuniões e outras ações, os periódicos da capital agiam como intermediários diretos entre o público e as associações, recebendo donativos em suas instalações e depois repassando às entidades

¹²⁶ A má reputação das casas de maternidade vinha de longa data. No início do século XIX, algumas parteiras, entre elas muitas estrangeiras, atendiam parturientes em seus consultórios, onde possuíam vários quartos. Estes estabelecimentos conhecidos como casas de maternidade e que aos poucos foram se ampliando, atendiam, em geral, escravas, negras livres e mulheres que, por alguma razão, estavam impedidas de dar à luz em suas próprias casas, como, por exemplo, as provenientes do interior, as mães solteiras, as viúvas. Apesar da importância do serviço e socorro das mulheres, estes estabelecimentos eram desqualificados, tidos como suspeitos; lugares onde a clientela era composta por mulheres de má fama e praticavam-se abortos (MOTT, 1999, p. 183).

¹²⁷ A gradativa aceitação deste serviço é percebida no movimento clínico da Maternidade do Paraná, como pode ser observado em dados compilados por Cintra (2010, p. 176, 177) e Farias (2010, p. 105, 217, 218), que mesmo escassos e apresentando diferenças sinalizam crescimento constante pela procura do estabelecimento hospitalar. Segundo as autoras, por exemplo, em 1916, foram internadas 47 parturientes, em 1926, foram 127 e, em 1929, foram 227. A partir de 1930, em sede própria, a Maternidade passaria a disponibilizar, 50 leitos, entre quartos divididos em duas classes: 1ª classe (quarto individual, para uma parturiente e seu(s) bebê(s)), e 2ª classe (quarto para duas parturientes e seus bebês), além da Enfermaria Geral, destinada a mulheres pobres e indigentes.

¹²⁸ Na Maternidade Victor Ferreira do Amaral, o serviço clínico era executado por um chefe de clínica (médico-parteiro), um assistente (médico-parteiro), uma parteira (governanta e chefe da administração), 2 internos (alunos do curso de medicina), uma enfermeira-chefe, uma enfermeira-auxiliar, enfermeiras e serventes. A organização adotada pela nova Maternidade, com relação à assistência pré-natal, se inspirou no Hospital Pró-Matre do Rio de Janeiro, fundado pelo obstetra Fernando de Magalhães (FARIAS, 2010, p. 102-108).

filantrópicas¹²⁹. Em outubro de 1920, por exemplo, a **Gazeta do Povo** publicava que a redação recebera 150\$000 do Sr. Ildfonso Rocha, destinado a Maternidade do Paraná, quantia que seria entregue a Associação de Damas de assistência à Maternidade e à Infância (**Gazeta do Povo**, 18/10/1920, p. 1). A estratégia de divulgar as doações na imprensa colaborava para demonstrar aos leitores que a entidade filantrópica feminina (assim como o jornal) merecia credibilidade, e não eram poucos os curitibanos que acreditavam na importância e na idoneidade do trabalho realizado, e contribuíam (vários deles generosamente) para manter “causas tão nobres” (**Gazeta do Povo**, 18/10/1920, p. 1). A publicação ainda servia de incentivo para que outras pessoas, tocadas pelo exemplo do colaborador, fizessem suas doações.

Desde a inauguração da Maternidade de Curitiba, a essencial e difícil tarefa de fazer a prestação de contas da instituição era realizada, segundo indicações dos periódicos diários, pelas “dignas senhoras” da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância, como eram denominadas pela **Gazeta do Povo**, ou “dedicadas Damas”, como as designava o **Diário da Tarde**. Os balancetes da “Associação de Damas” eram divulgados anualmente pelos periódicos como uma forma de mostrar a transparência dos trabalhos realizados pela instituição e pelos dirigentes da Maternidade e, quem sabe, ampliar o número de colaboradoras e colaboradores (**Gazeta do Povo**, 16/01/1920, p. 1; **Diário da Tarde**, 21/03/1924, p. 2). O balanço do ano de 1923, publicado no ano seguinte, por exemplo, foi apresentado pela tesoureira Margarida Laforge (que ocupou cargo semelhante na Cruz Vermelha Paranaense em outras ocasiões (p. ex. **Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p. 2)). O balanço estava dividido em três partes: receita, despesas e saldo.

| | |
|--------------------------------------|--------------|
| Receita: | |
| Mensalidade de associadas | (1:325\$000) |
| Pensionistas | (625\$300) |
| Legado de André de Barros | (4:153\$000) |
| Subvenção do estado | (6:000\$000) |
| Vários donativos | (7:200\$000) |
| Fornecido pela Faculdade de Medicina | (6:601\$000) |

¹²⁹ Os periódicos anunciavam as reuniões e assembleias que aconteciam no edifício da Maternidade do Paraná: “De ordem da senhora Provedora, convido todas as sócias desta Associação a comparecerem à Assembleia Geral, que se realizará no dia 21 do corrente, segunda-feira, às 2 horas da tarde [...]. Judith Costa Secretária” (**Gazeta do Povo**, 21/07/1923, p. 1; 17/01/1924, p. 1).

| | |
|-----------------------|---------------|
| Despesas: | |
| Comissão ao cobrador | (406\$900) |
| Empregados | (3:814\$000) |
| Limpeza e conservação | (207\$000) |
| Roupas e utensílios | (5:885\$800) |
| Despesas gerais | (15:839\$810) |
| Saldo: | |
| Saldo em caixa | (284\$400) |
| Total | (26:437\$910) |

(**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p.4).

Através do balancete apresentado pela **Gazeta do Povo**, percebe-se que a maior receita da Associação vinha dos donativos que arrecadava (7.200\$000). Daí, a importância da divulgação das atividades da “Associação de Damas” na imprensa paranaense, com o objetivo de conseguir o apoio financeiro da mesma. A quantia arrecadada dos “generosos” curitibanos superava os valores recebidos do Estado (6:000\$000) e da Faculdade de Medicina (6:601\$000). Significativo era o valor obtido pelas mensalidades das associadas (1:325\$000), que representava mais que o dobro da receita adquirida com as pensionistas, ou seja, com as mulheres que pagavam pelos serviços oferecidos pela Maternidade. Os gastos prioritários foram com o pagamento das despesas gerais (não identificadas) e com a compra de roupas e utensílios, provavelmente destinados às mães e bebês sem recursos (maioria dos atendidos na entidade). Chama a atenção o fato dos gastos somados (26.151\$900) serem maiores que a receita da instituição (25. 899\$300), embora esse dado não estivesse claro no balancete. Estaria a Maternidade passando por dificuldades financeiras? Inegável é a importância do trabalho realizado pelas mulheres da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e a Infância na manutenção da Maternidade do Paraná, que atendia as gestantes, especialmente as mais pobres, e difundia a elas os conhecimentos científicos, considerados mais adequados, nesse período, quando se tratava da saúde da mulher e de seus filhos.

3.2 GRÊMIO DAS VIOLETAS

Denominado pelo jornal **Gazeta de Povo**, em 1919, de o “sympatico Gremio das Violetas” (**Gazeta do Povo** 21/12/1919, p. 3), esta entidade filantrópica também recebeu espaço destacado nos periódicos para anunciar e propalar as atividades

que realizava em prol das chamadas “causas humanitárias”, entre elas as ações relacionadas ao bem estar das crianças e socorro de suas mães. Fundado em 1894, até a primeira década do século XX, promovia eventos artísticos e culturais destinados somente ao lazer da elite social e política de Curitiba, geralmente realizados no Club Curitibano, um dos mais prestigiados da cidade (TRINDADE, 1996). No entanto, foi com atividades que visavam o auxílio às instituições caritativas da capital paranaense, que a agremiação ganhou mais destaque na imprensa curitibana:

[...] além de proporcionar à nossa sociedade festivaes de pura arte, o gentil Grêmio cuida também de amparar instituições nobilíssimas, taes como a Cruz Vermelha [Paranaense] e o Dispensário São Vicente de Paulo que serão os beneficiados do próximo Dia da Caridade (**Gazeta do Povo**, 30/04/1919, p. 2)¹³⁰.

A festa o Dia da Caridade, realizada pelo Grêmio das Violetas, ocorria anualmente, segundo informação veiculada pelo jornal **Gazeta do Povo** de maio de 1920¹³¹. Neste mesmo texto, o jornal esclarecia como seria realizado o evento em 1920:

os festivaes são dous, um público, no Parque do Internacional e outro privativo dos sócios do Grêmio, nos salões do teatro ex-Teuto Brasileiro. No Internacional a fest constará duma corrida em vara dos primeiros quadros do Internacional e do America; dum grande match entre os mesmos clubs, assalto de esgrima e após grande baile infantil [...]. Os cavalheiros pagarão pela entrada 1.000 rs. O segundo festival será uma grande soirée nos salões do ex-theuto, intermeiado de números de arte. O professor Dario Velloso fará uma conferencia sobre a Caridade [...]. Os cavalheiros pagarão 2\$000 rs e as damas 1\$000 rs por entrada. Estamos certos que tanto o parque da Agua Verde como o Teuto terão grande concurrencia, pois ninguém deixará de prestar o seu concurso para um fim tão humanitário como o seja um auxilio às filantrópicas instituições beneficiadas (**Gazeta do Povo**, 02/05/1920, p. 2).

¹³⁰ O que não significava que as reuniões diversas festivas não continuassem acontecendo: nas primeiras décadas as “violetas” promoveram, entre outros, os seguintes bailes: o Baile *Pierret*, o Baile a Espanhola, o Baile a Camponesa, o Carnaval nos Salões do Theatro ex-Teuto Brasileiro, o Baile nos Salões do Grande Hotel Moderno, em comemoração ao 26º ano de fundação do Grêmio das Violetas (**Gazeta do Povo**, 05/02/1920, p. 3; 26/10/1920 p. 2; 05/02/1921 p. 3; 23/12/1921, p. 3; 22/12/1920, p. 3; 27/01/1926, p. 1).

¹³¹ Não foi possível saber desde que ano esta festa acontecia na capital paranaense.

Além de dar publicidade ao evento, o articulista termina o texto apelando para a nobreza de sentimentos do leitor, a fim de sensibilizá-lo a participar de ambos os festivais: uma característica do texto publicitário que se utiliza de argumentos que exploram o componente emocional das pessoas, os sentimentos naturais e até os aspectos inconscientes dos indivíduos, com a finalidade de influenciar uma conduta determinada ou adotar uma opinião.

Outra edição do Dia da Caridade, promovida em 12 de outubro de 1923 pelas principais dirigentes do Grêmio das Violetas, as senhoras Margarida Laforge, Eurides Cunha, Isabel Gomm e Zila Ticoulat, foi amplamente divulgada. O jornal **O Dia** propagandeou intensamente o evento, que tinha como objetivo “recolher alguns contos de reis em benefício dos que sofrem e dos que têm fome”, especialmente mães e crianças atendidas pela Cruz Vermelha (**O Dia**, 04/03/1923, p. 1). Como ressaltava um texto do mesmo periódico: “o Dia da Caridade marcará uma era de esplendores novos fatos da solidariedade social de nossa terra” (**O Dia**, 12/10/1923, p. 2). Esplendoroso foi o espaço que o jornal destinou à divulgação do evento: duas páginas inteiras subdivididas em logotipo do evento, pequenas fotografias de busto de algumas das integrantes da agremiação, box com chamadas para o público curitibano prestigiar a comemoração, figura representativa do evento no centro da primeira página e extenso texto enobrecendo o ato da caridade, especialmente o realizado pelas mulheres pertencentes a agremiação:

[...] Nobre e linda Mulher de Curityba, a tua suavidade irá levar aos sofredores e aos desprotegidos um lenitivo ao martyrio e à dor. Irás minoras as enfermidades e a miséria, que são os humbraes das portas escuras do crime. Irás levar às enxergas a esmola consoladora de um pedaço de pão. Coracções afflictos de paes verão em ti a imagem symbolica de uma solidariedade que se lhes figurava chimerica. Creancinhas, cujo destino as empellia para o acelive [?] e a fatalidade de um tresmalho, serão pela tua doçura arrebanhada pelos caminhos bons. Quanta morte evitarás! [...] Senhoras de Curityba: os vossos esforços e sacrificios pela criação do dia de hoje, inscreveram o vosso nome na história da caridade [...] (**O Dia**, 12/10/1923, p. 1,2).

Em tom salvacionista, as mulheres do Grêmio das Violetas são homenageadas por ajudar a expurgar da sociedade curitibana a vadiagem, o crime, o vício e as doenças, comumente associadas à miséria e a pobreza. Através da ideia de promover a assistência aos mais pobres, estas mulheres ganhavam certo

poder de “regeneração” da população, a partir da interferência direta no cotidiano das pessoas mais pobres, regulando hábitos e as práticas consideradas prejudiciais a sociedade como um todo, notadamente das próprias mulheres. Perrot (1991, p. 506-510) identificou como as mulheres que pertenciam a associações filantrópicas do século XIX colocavam-se como ministras dos pobres, sobre os quais exerciam um poder que não era isento de ambiguidades e conflitos. Em nome dos excluídos, dos fracos, das crianças e, sobretudo, de outras mulheres, reivindicavam um direito de representação local, ou nacional, e procuravam, através da visita a domicílio e outras atividades, mudar os hábitos dos pobres e reconstruir suas famílias, essencialmente mães e filhos. Entretanto é importante lembrar que,

muitas mulheres [das camadas mais privilegiadas] comprometidas com a reforma social conseguiram ultrapassar as diferenças culturais entre as classes e formular diagnósticos bastante realistas tanto da pobreza quanto de suas causas sociais. Também conseguiram contribuir para a divulgação de conhecimentos sobre higiene e alimentação entre as mulheres pobres de forma mais acessível e menos autoritária (THANE, 1996 *apud* MARTINS, A., 2011, p. 28)¹³².

Retomando o texto publicitário do jornal **O Dia** de 1923, percebe-se que a noção de caridade cristã teve papel importante nos contornos das atividades desenvolvidas pelas mulheres pertencentes ao Grêmio das Violetas, e de outras entidades filantrópicas do mesmo período, mulheres que, não por acaso, participavam de mais de uma dessas entidades. Boas ações, sacrifício, doação, bondade, cuidado e salvação de quem ajuda são elementos que norteavam o dever das religiosas e que permaneceram no repertório da filantropia dos anos de 1920.

A imagem elaborada para representar o evento, publicada no centro da primeira página do jornal, remete a uma conhecida cena cristã e, por isso, facilmente identificada pelo público: Maria e seu filho Jesus-menino (Figura 27).

¹³² THANE, P. Las ideas de género en la construcción del Estado de Bienestar británico: el caso de las mujeres del Partido Laborista británico y la política social, 1906-1945. In: Bock, Gisela; Thane, P. (Ed.). Maternidad e políticas de género: la mujer em los estados de bienestar europeos, 1889-1950. Valencia: Ediciones Cátedra. p. 171-244. 1996.



Figura 27 - O Dia da Caridade
 Fonte: **O Dia**, 12/10/1923, p.1

Na iconografia uma mulher com a cabeça coberta por um véu¹³³, segura em seus braços uma criança que tem suas mãos unidas como em oração ou súplica. O que estaria a criança almejando? Proteção e cuidado da mulher? Provavelmente sim, se considerarmos que o principal papel feminino na sociedade estava diretamente relacionado ao bem-estar das crianças, sejam elas frutos de seu próprio

¹³³ O véu tem uma longa história, segundo Perrot (2007, p. 56-59). No caso das religiosas católicas, desde o século IV, ele era uma obrigação, pois representava a castidade e a submissão da mulher a Deus. Às outras mulheres, a Igreja aconselhava o uso no cumprimento dos deveres cristãos, como orar, ir à missa, realizar trabalho caritativo em nome de Deus.

ventre ou filhos da nação. Também se observa a permanência da associação entre caridade e feminilidade, propagada pela hagiografia e a mariolatria na Idade Média. Maria, a mãe de Jesus, conforme aponta Martins, A. (2011, p. 19) entre suas várias atribuições é a senhora da caridade, do auxílio, dos necessitados, dos aflitos, entre muitas outras denominações que indicam a sua predisposição em cuidar dos seus filhos. Não foi por acaso que o Grêmio das Violetas, ou o articulista do jornal **O Dia**, escolheu o dia 12 de outubro para celebrar o Dia da Caridade, dia este, atribuído ao aniversário de aparecimento da imagem de Nossa Senhora de Aparecida, uma denominação de Maria de Nazaré, no Rio Paraíba (estado de São Paulo), em 1717¹³⁴. Na figura, ainda vemos estampado um coração, representando o amor ao próximo, e no centro deste, a imagem de uma flor (uma violeta?) que nos remete à agremiação responsável pelo evento.

Em 1925 “O Dia da Caridade” reuniu várias instituições filantrópicas da capital paranaense, tornando-se, neste ano, um grande festival que dividiu os lucros entre a Santa Casa de Misericórdia, Sociedade Socorro aos Necessitados, Maternidade do Paraná, Asilo (também chamado de Orfanato) São Luiz, Cruz Vermelha Paranaense (Hospital de Crianças)¹³⁵, Asilo Cajuru, Instituto de Proteção à Infância do Paraná e Albergue Noturno (**Gazeta do Povo**, 10/11/1925, p. 1; 13/10/1925, p. 1)¹³⁶. Como afirma Teixeira (2010, p. 45), a realização desta festa não anularia, nesse período, os eventos particulares das entidades para arrecadação de fundos. É possível considerar que a articulação entre as diversas associações da cidade na realização desse evento, e de outros similares, deva muito às senhoras que, como Margarida Laforge, Isabel Gomm e Zila Ticoulat, participavam de várias instituições filantrópicas curitibanas (Grêmio das Violetas, Associação de Damas da Assistência à

¹³⁴ A construção da igreja em homenagem a Santa iniciou-se em 1834, que hoje é conhecida como Basílica Velha, na cidade que recebeu o nome de Aparecida. Em 8 de setembro de 1904 foi realizada a coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, em 1930, o papa Pio XI decreta-a padroeira do Brasil, declaração esta reafirmada em 1931, pelo presidente Getúlio Vargas. A data comemorativa a Nossa Senhora Aparecida (aniversário do aparecimento da imagem no Rio) foi fixada pela Santa Sé somente em 1954, como sendo 12 de outubro, embora as informações sobre tal data sejam controversas. (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/datas/criancas/diansra.shtml>>. Acesso em: 09/04/2012).

¹³⁵ Neste evento, a Cruz Vermelha recebeu da Comissão Diretora do Dia da Caridade o quota correspondente à instituição de 1:045\$600, que seria empregada na construção, em andamento, do primeiro Hospital de Crianças em Curitiba (**Gazeta do Povo**, 29/07/25, p. 3; 13/10/25, p. 1; 12/11/1925, p. 1).

¹³⁶ Sobre estas instituições, veja os trabalhos: Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (PIZANI, 2005); Maternidade do Paraná (FARIAS, 2010; CINTRA, 2010); Sociedade Socorro aos Necessitados (TURINA, 2010); Asilo São Luiz (SILVA, 2010); Cruz Vermelha e Hospital de Crianças (AVANZINI, 2010).

Maternidade e a Infância e Cruz Vermelha Paranaense) e assumiam cargos diferentes nestas instituições durante toda a década de 1920. Foi como filiadas ao “sympático Grêmio das Violetas”, que estas três “damas da caridade” tiveram participação especial, no final da primeira década do século XX, na instalação de outra entidade benemerente na cidade: Cruz Vermelha Paranaense.

3.3 CRUZ VERMELHA PARANAENSE

Foi principalmente graças à iniciativa das mulheres reunidas no Grêmio das Violetas que se instalou, em terras paranaenses, uma filial da Cruz Vermelha Brasileira, filial esta que “[...] era repetidamente chamada pelos jornais e outras publicações de Cruz Vermelha Paranaense” (AVANZINI, 2011, p. 27)¹³⁷. A Cruz Vermelha Brasileira foi criada em 1908, como entidade nacional vinculada à Cruz Vermelha Internacional, cuja organização remontava ao século XIX¹³⁸. Fundada em Curitiba no dia 22 de abril de 1917, a Cruz Vermelha Paranaense, cuja sede social se encontrava na Rua Barão do Rio Branco, nº 96, nasceu com a preocupação inicial de ajuda humanitária aos combatentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) (AVANZINI, 2011, p. 24). Dias antes de esta instituição ser instalada na capital

¹³⁷ Seguindo o procedimento de Avanzini (2011), adotei a denominação Cruz Vermelha Paranaense para nomear a filial do Paraná, inclusive para afastar a possível confusão com a Cruz Vermelha Brasileira, pois muitas vezes os jornais também nomeavam a filial paranaense simplesmente de Cruz Vermelha, nome por vezes usado também para designar a Cruz Vermelha Brasileira. Para evitar possíveis confusões acrescentei, quando pertinente, a palavra “Paranaense” na transcrição literal de textos publicados nos jornais.

¹³⁸ A Cruz Vermelha Internacional foi criada por Henri Dunant, em 1863, em Genebra, na Suíça. Inicialmente o objetivo era realizar socorro voluntário aos feridos de guerra, porém o programa da associação foi ampliado, incluindo a organização de serviços gratuitos de saúde (hospitais, postos), ajuda de vítimas de desastres e calamidades públicas, assistência a prisioneiros de guerra, formação de enfermeiras voluntárias e outros profissionais. Somente em 1892 um decreto regulamentaria o funcionamento da Cruz Vermelha Internacional (MOTT, 2005, p. 59).

A primeira associação da Cruz Vermelha no Brasil foi fundada no Rio de Janeiro em 1908, por iniciativa de doutor Joaquim de Oliveira Botelho que, conjuntamente com outros profissionais da área da saúde e pessoas da sociedade, lançou as bases da organização da Cruz Vermelha Brasileira, sendo aprovado os Estatutos da Sociedade, em 5 de dezembro de 1908, data que ficou consagrada como a de fundação da Cruz Vermelha Brasileira. O registro e o reconhecimento da entidade, nos âmbitos nacional e internacional, se deram nos anos de 1910 e 1912, respectivamente, e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) constitui-se, desde seus primórdios, no fator decisivo para o grande impulso que teria a associação. As Damas da Cruz Vermelha Brasileira, comitê criado por um grupo de senhoras da sociedade carioca, deu origem à Seção Feminina da associação, que teve como primeira tarefa a formação do corpo de Enfermeiras Voluntárias. Com a declaração de guerra do Brasil aos Impérios Centrais (Alemanha e seus aliados) em 1917, foi grande a expansão de filiais da Cruz Vermelha Brasileira em diferentes estados e municípios, cabendo a São Paulo a primazia. Em 1919 as filiais já eram 16 (CRUZ VERMELHA. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br>. Acesso em: 10/09/2011).

paranaense, o jornal **Diário da Tarde**, de 6 de junho, ressaltava a importância da mobilização das mulheres do Estado no intuito de abrandar as consequências da guerra que grassava na Europa, “através do conforto moral e físico”, caso o Brasil entrasse no conflito (**Diário da Tarde**, 02/06/1917, p. 2). Outro texto publicado no mesmo periódico afirmava:

Em todo o Estado, a população se agita impulsionada pelo mais exagerado sentimento patriótico sobressaindo nesse movimento a dedicação da mulher paranaense que, na imminência de coparticiparmos da luta que devasta a Europa, prepara-se para atenuar os flagellos da guerra que talvez muito logo venham pesar sobre os filhos de nossa terra (**Diário da Tarde**, 07/05/1917, p. 1).

Meses depois, no dia 26 de outubro de 1917, o Brasil adentraria na Guerra Mundial ao lado da Entente (Grã-Bretanha, França, Rússia, Bélgica, Sérvia, Japão, Estados Unidos, entre outras nações) (BERTUCCI, 2004, p. 154). Segundo publicação na **Gazeta do Povo** de balancete da Cruz Vermelha Paranaense, que abrangia o período desde a sua fundação até dezembro de 1920, a maior despesa da entidade, 19:866\$000, consistia em ajuda financeira aos belgas (vítimas da Guerra) e cearenses (flagelados pela seca) (**Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p. 1)¹³⁹. Quanto deste montante foi destinado a cada um (belgas e cearenses) não foi divulgado pela instituição, porém, este dado demonstra a preocupação da Cruz Vermelha Paranaense no efetivo socorro aos envolvidos diretamente no conflito mundial (neste caso o povo belga), mas também com aqueles que precisavam de ajuda no Brasil (os cearenses).

Contudo, ainda nos primeiros meses de funcionamento, os membros da Cruz Vermelha Paranaense se envolveriam no atendimento direto dos curitibanos vitimados por duas epidemias que assolaram a capital: a febre tifoide, em 1917, e a gripe espanhola, em 1918. Diante do infortúnio de muitos moradores de Curitiba a instituição filantrópica se mobilizaria para atender os enfermos, especialmente as mães e as crianças pobres. O atendimento a população consistia na aplicação gratuita de vacina; distribuição de remédios, de roupas e de gêneros alimentícios, especialmente leite (provavelmente para aplacar a fome das crianças) (AVANZINI,

¹³⁹ As despesas consistiam em: “Remessa ao Presidente do Estado para os belgas e os cearenses (19:866\$000); Secção de costuras (1:798\$900); Moveis e utensilios (2:719\$700); Compra de medalhas e distintivos (818\$000); Esmolas, generos e medicamentos aos pobres (16:525\$300); Comissão ao cobrador (1:031\$900); Compra de um terreno para a construção do Hospital [de Crianças] (8:000\$000)” (**Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p. 1).

2011, p. 32-33). A ação das senhoras, que faziam parte da Cruz Vermelha paranaense, seria destacada pela imprensa paranaense devido aos préstimos e socorro aos curitibanos:

As dedicadas diretoras da Cruz Vermelha [Paranaense] e outras caridosas senhoras que fazem parte desta instituição, estão asinalando por um acto meritório, a grandeza dos seus sentimentos em uma hora de aflicção por que esta passando a população da capital (**Diário da Tarde**, 13/10/1917, p. 1).

E evocando o quadro triste do infortúnio alheio, certo, verão o quanto é nobre a missão daquellas santas damas da Cruz Vermelha [Paranaense], que por ahi vivem, sem barulho à dispensar carinhos e alimentos ás creancinhas e as mães que, vencidas pela fome, vão se extinguindo, como a luz de uma lampada, que se apaga aos poucos... (**Diário da Tarde**, 05/01/1918, p. 1).

Mas quem eram “as dedicadas diretoras da Cruz Vermelha Paranaense e outras caridosas senhoras” que faziam parte da instituição, como menciona o texto publicitário? A primeira diretoria da Cruz Vermelha Paranaense, em 1917, era composta apenas por mulheres, entre elas, mulheres que participavam ativamente de outras associações benemerentes, como Margarida Laforge, Isabel Gomm, Zila Ticoulat e Mariana Coelho:

Presidente: Viúva Agostinho Ermelino de Leão; 1ª Vice-Presidente: Sra. Margarida Laforge, 2ª Vice-Presidente. Sra. Isabel Gomm; 3ª Vice-Presidente Sra. Andréa Godoffredo; 4ª Vice-Presidente Sra. Maria Luiza Melo; Presidente de Honra Sra. Etelvina Rabelo de Camargo; 1ª Secretária Sra. Joanita B. M. dos Santos; 2ª Secretária Sra. Judith Costa; 1ª Oradora Sra. Mariana Coelho; 2ª Oradora Sra. Zila Ticoulat (AVANZINI, 2011, p. 27).

Porém, semanas mais tarde, nova eleição foi realizada para atender o Estatuto Internacional da Cruz Vermelha, que previa a participação de ambos os sexos na direção da instituição, resultando numa diretoria mista, assim constituída:

Presidente dr. Candido Ferreira de Abreu, 1º Vice-Presidente Dr. Victor Ferreira do Amaral; 2º Vice-Presidente Dr. João Evangelista Espindula; 3ª Vice-Presidente Sra. Maria Lyrio; 4ª Vice-Presidente Sra. Elvira de Mattos; Secretario Geral dr. Benjamin Lins; 1º Secretário Julio Theodorico dos Santos; 2ª Secretária Sra. Judith Costa; 3ª Secretária Sra. Esther Mensing; Thesoureiro, dr. Euclides

Bevilaqua; procurador, dr, Vieira Cavalcanti; 1ª procuradora, Zila Ticoulat; 2ª procuradora, sra, Emília Rego Barros (AVANZINI, 2011, p. 31).

Mesmo não deixando de ocupar cargos importantes na diretoria da Cruz Vermelha Paranaense, como a 3ª e 4ª vice-presidência, as mulheres não mais ocupariam o cargo de presidente da instituição (pelo menos nos anos de atividade aqui pesquisados) (AVANZINI, 2011, p. 31-32). Importante ressaltar que a instituição, cada vez mais, promoveu atividades voltadas ao atendimento especializado na questão da saúde de mulheres e crianças e que os presidentes da instituição foram, em sua maioria, médicos¹⁴⁰. A historiadora Lagrave nos dá indícios das relações de gênero presentes no século XX:

Ora, apesar de uma feminilização crescente na sociedade, o jogo entre homens e mulheres permanece demasiado desigual para que a concorrência perfeita se possa organizar. O século XX define-se mais pela longa e lenta legitimação dos princípios de divisão sexual, perpetuando ou reinventando formas sutis de segregação no sistema de formação e no mundo do trabalho [...]. Uma educação e um trabalho para as mulheres sim, mas sob vigilância e sob condições, com reserva de que nenhuma consequência daí resulte para a família, com a reserva de elas se manterem naquilo que é aceitável para as mulheres em cada época, com a reserva de que não criem problemas à escassez e á excelência dos títulos e dos postos ocupados pelos homens (LAGRAVE, 1995 p. 501).

Durante toda a década de 1920, as mulheres continuaram a ser a imagem da Cruz Vermelha Paranaense. Nos jornais diários ganharam visibilidade e notoriedade, principalmente quando suas ações envolviam a saúde da mulher e de seus filhos. Em 1923, por exemplo, texto da **Gazeta do Povo**, propagandeava a ação da Cruz Vermelha Paranaense na construção do Hospital de Crianças, afirmando:

Todos são testemunhas do trabalho grandioso que vem realizando em Curityba a Cruz Vermelha, graça ao esforço desinteressado e infatigável de um núcleo de pessoas da nossa aristocracia, onde avulta a abnegação de algumas senhoras cujos corações boníssimos tem sido o sustentáculo da empreitada feliz e vitoriosa (**Gazeta do Povo**, 23/07/1923, p. 1).

¹⁴⁰ Sobre mulheres e ensino médico no Brasil veja: MOTT, 2005; RAGO, 2000.

Podemos entender que, ainda que a filantropia fosse praticada por homens e mulheres, representada tanto como uma virtude cristã, como associada à distinção social, ela acabava se constituindo como uma atribuição essencialmente feminina, como uma extensão de sua função maternal que englobava qualidades como: a abnegação, o cuidado, a paciência, o altruísmo, a dedicação (FREIRE, 2006, p. 102). Era um trabalho que combinava a experiência doméstica com as habilidades naturais, o que o tornava, ao lado de profissões como a de professora e a de enfermeira, mais aceito socialmente. Mas isso não significa que não houve contradição em relação ao lugar que as mulheres deveriam ocupar no espaço privado e no espaço público, por meio da atividade filantrópica. Se, para muitos a filantropia feminina era aceita por não ser incoerente com o papel da mulher, alguns mais conservadores, temiam a exposição destas nas entidades assistenciais, nas ruas, nas casas dos pobres, nos eventos públicos, nas antessalas de políticos e gabinetes ministeriais, o que poderia ser prejudicial para a moral, os bons costumes e mesmo a saúde desses “seres frágeis” (MARTINS, A., 2011, p. 22).

Em 1921, reforçando a tese que restringia a ação social feminina a determinadas atividades, supostamente compatíveis com sua natureza, e que até a filantropia deveria ser devidamente direcionada, Elizabeth Francis¹⁴¹ assinou artigo publicado pela **Gazeta do Povo**, intitulado “Deveres da mulher com a mulher”, defendendo que homens e mulheres teriam funções diferentes na sociedade:

O feminismo, em suas grandes lutas, tem trabalhado em nome de reivindicações. Isto é, pela conquista de posições e direitos até agora reservados exclusivamente aos homens e, deslumbrado por esses ideais, no entusiasmo dos seus combates, tem, por vezes, afastado a mulher do ambiente doméstico e quase sempre a desvia dos deveres que a própria natureza lhe impõe. [...] Uma voz que se levante, para recordar a mulher que funções que deveriam ser privativas dela estão sendo exercidas pelo homem, a quem ella disputa situações por vezes incompatíveis com a sua delicadeza orgânica [...] (**Gazeta do Povo**, 27/05/1921, p. 2).

Segundo a autora do texto, algumas atividades seriam compatíveis com a delicadeza feminina e que as mulheres haviam sido exemplares na execução destas, como no magistério da primeira infância, na enfermagem e, principalmente,

¹⁴¹ Não foi encontrada nenhuma informação sobre Elisabeth Francis, autora do artigo publicado na **Gazeta do Povo**, de 1921.

na caridade, “em proveito das mães pobres e das criancinhas desprotegidas”. Para ela, se a mulher desejava, ou precisava trabalhar, tinha que ser em benefício de outras mulheres, assistindo-lhes no que lhe seria a tarefa mais importante: a maternidade.

Ideais como as defendidas por Elisabeth Francis eram comuns na imprensa¹⁴². Esperava-se da mulher, de maneira geral, que ela cuidasse primeiramente do seu lar e dos seus filhos antes de dedicar-se ao trabalho e que, quando ocupasse uma atividade no espaço público, esta fosse uma extensão de sua função maternal. Nesse aspecto as “distinctíssimas” ou “digníssimas senhoras” da Cruz Vermelha Paranaense e de outras associações filantrópicas de Curitiba eram as que mais se aproximavam deste modelo de feminilidade, largamente vinculado/propagandeado pelos periódicos curitibanos (**Gazeta do Povo**, 08/12/1921, p. 3; 23/12/1921, p. 1). Mulheres com situação financeira favorável, imbuídas do discurso religioso da caridade ou do novo discurso secular da filosofia¹⁴³, passaram a dedicar seu tempo livre (depois de cumprir suas obrigações com o lar e com os filhos) com trabalho sem fins lucrativos para socorrer pessoas mais necessitadas, principalmente mulheres-mães, difundindo, entre elas, conhecimentos relacionados com a puericultura.

A Cruz Vermelha Paranaense oferecia seus serviços, principalmente, “às crianças pobres ou doentes e às mães doentes e pobres”, como mostra a propaganda abaixo, veiculada repetidamente nos jornais curitibanos **Diário da Tarde**, **O Dia** e **Gazeta do Povo**:

¹⁴² No início do século XX, o jornal **Diário da Tarde** publicou as discussões acaloradas entre Mariana Coelho e Georgina Leonard Mongruel (1861-1952), que divergiam em relação a alguns aspectos da emancipação feminina, como os direitos políticos (voto). Confira: BUENO, A., 2010, p. 68-75.

¹⁴³ Segundo Martins, A. (2011, p. 21) a conjunção entre o discurso religioso com o filosófico, na Inglaterra e na França (século XVII e XVIII), produziu uma definição moral e utilitária das mulheres, difundida em vasta literatura pedagógica de aconselhamento, que atingiu especialmente as classes mais privilegiadas. Em obras de Locke, Fenelon, Mme. de Sévigné e Rousseau, verificamos a construção de um modelo de mulher que “não é nem a preciosa que ambiciona o mundo das letras e da filosofia, nem a aristocrata do mundo superficial do luxo e das aparências, mas a figura maternal que cuida pessoalmente da educação e criação dos seus filhos, sem esquecer jamais do seu dever cristão com os mais fracos e necessitados” (MARTINS, A., 2011, p. 21).

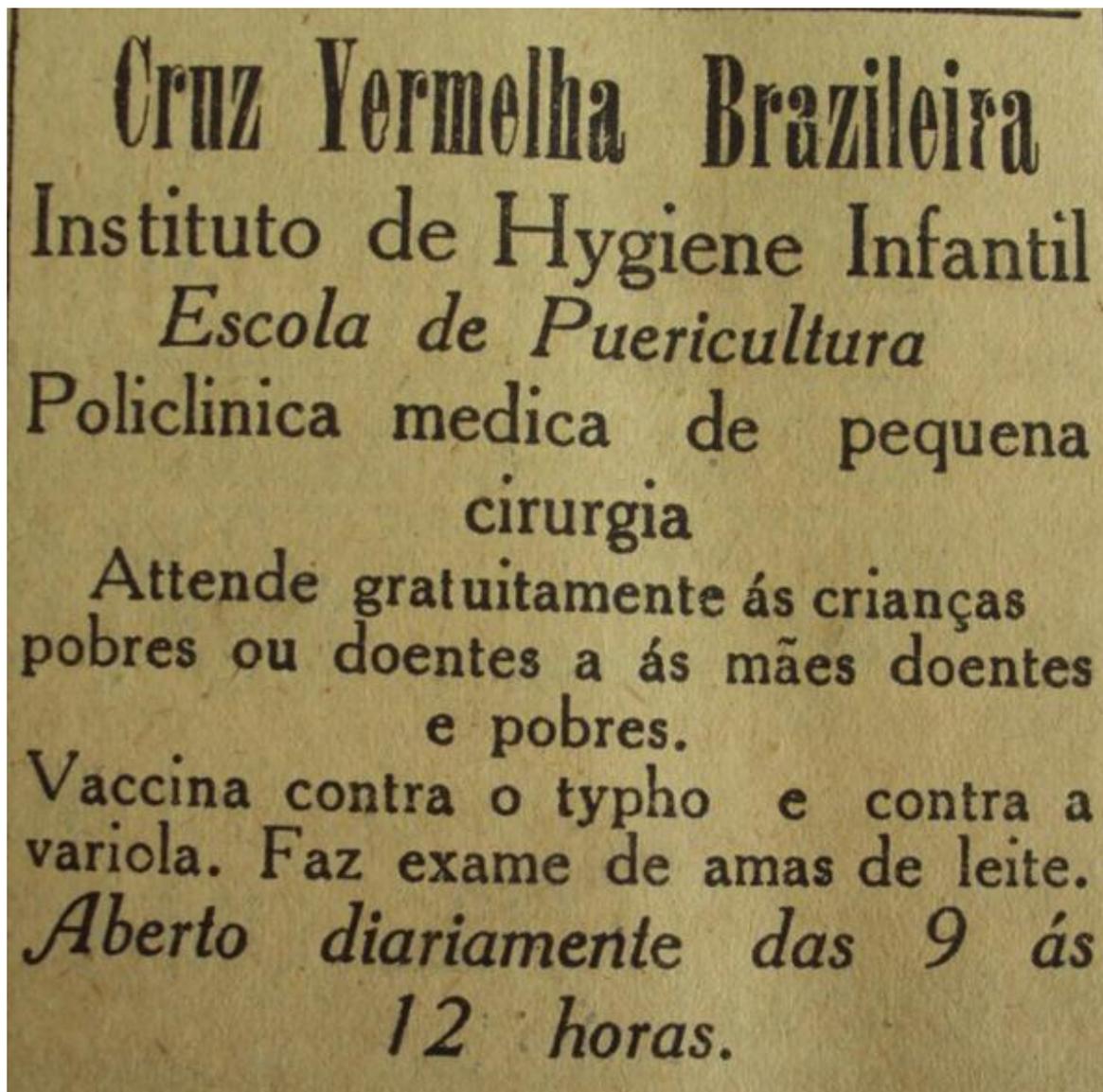


Figura 28 - Cruz Vermelha Paranaense

Fonte: **Gazeta do Povo**, 03/01/1920, p. 4; **Diário da Tarde**, 09/01/1920, p. 4; **O Dia**, 20/07/1923, p. 3

A Cruz Vermelha Paranaense iniciou o atendimento de atenção à saúde de mulheres e crianças pobres em 26 de outubro de 1919, em edifício situado na Rua Rio Branco, nº 26, cedido pela família de uma das associadas da instituição, a senhora Isabel Gomm (AVANZINI, 2011, p. 63)¹⁴⁴. Em 1923 o jornal **O Dia**

¹⁴⁴ Além de médicos, a Cruz Vermelha Paranaense contava com as enfermeiras voluntárias, formadas pela própria instituição. Em 1918, por exemplo, senhoras e senhoritas benemerentes realizaram o curso “para Enfermeiras Voluntárias da Cruz Vermelha”, ministrado pelo doutor Victor Ferreira do Amaral (**Diário da Tarde**, 19/02/1918, p. 3). No final do curso, das seis mulheres inscritas, receberam o certificado de “Enfermeira Voluntária”, apenas três, sendo elas participantes ativas da caridade: Margarida Laforge, Madame Joubert e Mariana Coelho (**Diário da Tarde**, 28/07/1918, p. 1). Anos depois, no início da década de 1930, quando o Hospital de Crianças foi inaugurado, os jornais

veiculava, em primeira página, uma fotografia da fachada do edifício, que abrigava os serviços da Cruz Vermelha Paranaense (Figura 29). Na imagem, além de percebermos a arquitetura do prédio (dois andares, cinco janelas amplas na frente, sendo as duas do térreo em formato de arco, acompanhando o desenho da porta de entrada, que ainda traz gravado no frontão o nome e o símbolo da Cruz Vermelha) vemos dois retratos frontais, um de cada lado da fotografia, de duas damas pertencentes a instituição: “Madames Gomm e Laforge, respectivamente vice-presidenta e tesoureira [...]”, como informava o jornal (**O Dia**, 21/07/1923, p. 1)¹⁴⁵. O retrato de dona Isabel Gomm ganhou mais destaque na edição da fotografia, uma vez que foi colocado, intencionalmente, ao lado esquerdo da foto e posicionado em primeiro plano. Segundo Guimarães (2006), a ocupação dos elementos interfere na informação que é transmitida. O produtor desta fotografia se apoiou na disposição espacial dos elementos, imposta pelo sentido da leitura esquerda-direita para compor seu discurso narrativo e dar mais visibilidade a senhora Gomm.

curitibanos noticiaram a criação do curso de Enfermeiras Especializadas (mais tarde denominada Escola Prática de Enfermagem), que lembraria o curso de Enfermeiras Voluntárias da Cruz Vermelha Paranaense, do final dos anos de 1910 (**Gazeta do Povo**, 12/02/1930, p. 3; 17/03/1930, p. 3). Uma das tarefas mais importantes desta profissional, segundo os jornais, era a de disseminadora “nos lares menos protegidos da fortuna, da felicidade, da saúde e do bem estar”, dos princípios e preceitos da moderna ciência da eugenia “de fins altamente patrióticos e humanitários, ramos dos mais belos da medicina para conseguir o seu *desideratum* - raça forte e sadia [...]” (**Gazeta do Povo**, 20/02/1930, p. 3).

¹⁴⁵ Entende-se, conforme Kossoy (1998, p. 43), que a fotografia é sempre uma representação construída a partir do real, sendo o resultado de um processo de criação/ construção técnico, cultural e estético da realidade, elaborado pelo fotógrafo. Sendo assim, índice (prova, constatação documental de que o assunto representado realmente existiu - documento do real) e ícone (comprovação documental da aparência do assunto e da semelhança dele coma imagem fixada na chapa - representação a partir do real) não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, desvinculados do processo de construção da representação.



Figura 29 - Edifício Cruz Vermelha na Rua Rio Branco nº 26
 Fonte: **O Dia**, 21/07/1923, p. 1

Algumas hipóteses podem ser levantadas para que as duas senhoras, entre tantas outras associadas, tenham recebido destaque na composição da foto: além dos cargos ocupados por Isabel Gomm e Margarida Laforge, e a casa na qual funcionava a instituição ser da família Gomm, é preciso considerar que ambas participavam ativamente do cenário caritativo da capital, atuando e ocupando cargos em outras entidades filantrópicas (Grêmio das Violetas, Damas de Assistência à Maternidade e à Infância). A frequência com que os nomes destas duas mulheres

aparecem nos artigos e notícias sobre ações benemerentes, veiculadas pelos jornais **Gazeta do Povo**, **Diário da Tarde** e **O Dia**, desde a década de 1910, é um indício significativo da aprovação/apoio que receberam da imprensa para as ações que realizavam. Entre essas se destacavam as relacionadas à saúde de mulheres e crianças, como a contribuição significativa para a manutenção da Maternidade do Paraná e da Cruz Vermelha Paranaense, que oferecia vários serviços destinados a este público, bem como para a construção do Hospital de Crianças. Além disso, Isabel Gomm e Margarida Laforge, destacadas como “representantes” das integrantes da Cruz Vermelha Paranaense, pertenciam a uma elite letrada, eram casadas com cônsules¹⁴⁶, o que trazia prestígio social e econômico para as instituições as quais estavam associadas, concorrendo para que vários curitibanos prestigiassem o trabalho realizado por estas entidades, através das participações em eventos e realização de donativos. Ainda, é possível perguntar: a associação entre a imagem das “distintas senhoras” e cuidados médicos com a saúde da mulher e de seus filhos teria concorrido para incentivar a população feminina (principalmente a mais pobre) a procurar os serviços de saúde e de puericultura da Cruz Vermelha Paranaense? Impossível responder. Entretanto, é possível supor que mulheres fazendo propagandas para outras mulheres, ajudavam a dar credibilidade para estes serviços.

Foi possível acompanhar as ações realizadas pela Cruz Vermelha Paranaense, nos anos de 1920, através das folhas dos principais jornais curitibanos. Eles incentivavam doações, divulgavam e participavam dos eventos elaborados pela instituição, que tinham como principal objetivo arrecadar fundos para manter os programas de saúde e educação ofertados à população feminina e infantil e, também, para a construção do Hospital de Crianças¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Margarida Laforge era consulesa da França e Isabel Gomm, consulesa da Inglaterra (AVANZINI, 2010, p. 27).

¹⁴⁷ Considerando apenas a primeira metade dos anos 1920, entre muitas das atividades realizadas para arrecadar donativos estavam: Lista de inscrição de beneméritos auxiliares a fundação do Hospital das Crianças, aberta pela iniciativa “do humanitário cavalheiro, sr. Henrique Gomm [marido de Isabel]” (**Gazeta do Povo**, 3/9/1920, p. 2); Festival realizado no Barigui, em 12 de setembro de 1920 pela Sociedade Suíça de Beneficência, em 12 de setembro de 1920 (**Gazeta do Povo**, 15/9/1920, p. 1); Festival de caridade organizado pela professora de canto Felice Clory e suas alunas, no Salão da Sociedade Teuto-Brasileira, no dia 24 de fevereiro de 1921 (**Diário da Tarde**, 26/02/1921, p. 3); Festa das Sombrinhas, promovida pelo Grêmio das Violetas, no dia 13 de maio de 1928 (**Gazeta do Povo**, 15/05/1928, p. 4); Distribuição de “cadernetas de doação” com 500 assinaturas, cada uma valendo um mil reis, inclusive nas dependências dos três maiores jornais da capital: **Diário da Tarde**, **O Dia** e **Gazeta do Povo**. A primeira caderneta a ser devolvida preenchida estava em posse da benemérita Margarida Laforge (**O Dia**, 21/07/1923, p. 1); Apresentação das

Em vários textos publicados pelos jornais, há descrição e comentários sobre os serviços de atenção à saúde. Assim, em 27 de outubro de 1920, a **Gazeta do Povo** informava os leitores que, em comemoração ao primeiro ano de aniversário de fundação do Instituto de Higiene Infantil¹⁴⁸, e seu Dispensário e da Escola de Puericultura, a diretoria da Cruz Vermelha Paranaense havia se reunido em sessão extraordinária, no dia anterior, para divulgar histórico do trabalho realizado. A senhora Isabel Gomm (2ª vice-presidente), que presidia a sessão informou o aumento progressivo de atendimentos às crianças pobres, que havia somado 1.295 consultas, bem como o ótimo resultado obtido com a assistência “médico-medicamento” (isto é, a distribuição gratuita de medicamentos aos pacientes necessitados), em um período em que a cidade havia sido vitimada por uma epidemia de sarampo que, segundo Gomm, “atacou fortemente nossas criancinhas” (**Gazeta do Povo**, 27/10/1920, p. 1). Além dos remédios, a Cruz Vermelha Paranaense havia distribuído leite, gêneros alimentícios e roupas para as famílias pobres com crianças enfermas, assim como havia procedido, anos antes, nas epidemias de febre tifoide e gripe espanhola (AVANZINI, 2011, p.35). Entretanto, segundo destacava a vice-presidente da instituição, esses serviços não eram suficientes: era necessário “dar início a construção do Hospital de Crianças, a maior aspiração da Cruz Vermelha [Paranaense]” (**Gazeta do Povo**, 27/10/1920, p.1).

O projeto de edificação de um hospital para atender crianças, já era visível na imprensa periódica de Curitiba desde o final da primeira década do século XX. Artigo do jornal **Gazeta do Povo** de março de 1920, afirmava:

[...] Contrista-nos o ânimo a leitura das estatísticas da mortalidade nesta capital: mais de 70% dos óbitos são de crianças. A verificação desta porcentagem elevada da mortalidade infantil abala-nos o ânimo de patriotas, pois nós um povo novo, jamais deveríamos dar esta prova de fraqueza da nossa raça. Os nossos filhos deveriam ser sadios, criarem-se sem incidentes para formar a legião de bravos que no futuro terá a obrigação de manter erguida a nossa bandeira; erguida e respeitada; respeitada e temida. As causas deste fato naturalmente são várias. Duas predominam, todavia: a má

peças “O Dote” e “Oráculo”, de Arthur de Azevedo, promovidas pelo Grupo Artístico Emiliano Pernetta, no Teatro Central da Rua XV de Novembro, em 8 de março de 1924 (**Gazeta do Povo**, 18/03/1924, p. 1).

¹⁴⁸ Segundo Avanzini (2011, p. 35), por vezes, o Instituto de Higiene Infantil era nomeado de Policlínica Infantil. O Instituto de Higiene Infantil teve como primeiro presidente o doutor Victor Ferreira do Amaral. A diretoria ainda era composta por vários outros médicos, como Petit Carneiro, Eduardo Wirmond Lima, Aluízio França, Leônidas do Amaral Ferreira e uma médica, doutora Janine Novick (AVANZINI, 2011, p. 49).

alimentação dada às crianças por **mães descuidadas ou pais que, humildes, não possuem o necessário para fornecer aos seus filhos uma alimentação especial e sadia**; a outra a **falta de um hospital para crianças**, onde os pequeninos seres possam encontrar todos os recursos da moderna medicina. É bem sabido que a Santa Casa não recebe, porque não o pode, crianças. Nossa capital ressentiu-se grandemente, pois, dessa falta, que agora parece, será radicalmente remediada com a nobilitante iniciativa da Cruz Vermelha enviando esforços para construir o hospital das crianças. Sendo a Cruz Vermelha uma instituição que se mantém pela caridade pública, (...) o primeiro apelo da Cruz Vermelha ao povo é a tombola da Limusine Ford. São 5 mil bilhetes e cada bilhete custa 5 mil réis, realizando-se o sorteio após a venda de todos os bilhetes. Julgamos que ninguém, que possa, se recusará a adquirir bilhetes desta tombola de caridade em benefício dos pequeninos seres que a insídia das moléstias procura roubar à vida e que a falta de recursos de seus pais não pode socorrer. Lembrai-vos das lágrimas dolorosas de uma mãe ao perder o filhinho querido e vede se o vosso coração vos ordena amparar a bela empreitada da Cruz Vermelha (**Gazeta do Povo**, 23/03/1920, p. 1, grifo meu)¹⁴⁹.

Mais uma vez a relação educação das mães/saúde das crianças se evidencia, inclusive assinalando sutilmente que todas as mulheres, e não apenas as mais pobres, poderiam, caso não fossem bem instruídas com princípios médico-higiênicos, descuidar de seus filhos (o texto cita: “**mães descuidadas** ou pais que, humildes, não...”). Eram pontuais, nos jornais curitibanos, textos condenando mulheres que, preferindo os salões e as festas, abandonavam os “deveres da maternidade”, deixando seus filhos com empregadas ou amas de leite (**O Dia**,

¹⁴⁹ A princípio, os apelos realizados pela **Gazeta do Povo** para que a população contribuísse com as empreitadas da Cruz Vermelha para arrecadar fundos não surtiu o efeito desejado, pois, meses depois, o jornal publicava outro artigo questionando o pouco envolvimento da comunidade: “Não sabemos qual é a razão por que a Cruz Vermelha não tem o franco apoio da população. Os nomes das pessoas que a dirigem são honradíssimos e contra eles não se pode aventar a mais leve dúvida. [...] falta de caridade? Não cremos. Talvez desconhecimento do papel importantíssimo que exerce a Cruz Vermelha. É verdade que nem todos assim procedem, pois almas caridosas e inteligências esclarecidas estão sempre prontas a dar toda a sua proteção moral à nobre instituição. Estamos mesmo informados que há poucos dias um cavalheiro filantrópico ofereceu dez contos para a construção do Hospital das crianças. É bem de ver que nem todos podem praticar atos como este, mas temos certeza que dez tostões por mês todos poderiam dar se melhor compreendessem a caridade” (**Gazeta do Povo**, 21/05/1920, p. 2). Mesmo problema enfrentou a filial da Cruz Vermelha Brasileira, em São Paulo, inaugurada em 1912, que inicialmente não recebeu grande apoio da população. Segunda suposição da Médica Maria Rennotte, presidente efetiva da sociedade, a falta de colaboração vinha da ideia de que a Cruz Vermelha auxiliava apenas em tempos de Guerra e o Brasil era uma nação pacífica, não tendo razão de existir aqui (MOTT, 2005, p. 60). Seria este o mesmo motivo que impedia os curitibanos de ajudarem a filial paranaense no início de suas atividades? Não foi possível saber. Porém, conforme aponta Avanzini (2011, p. 35-36), os constantes apelos da imprensa surtiram resultados “pois além da manutenção do Instituto de Higiene Infantil (ou Policlínica Infantil, como repetiam os jornais) e de outras ações, em 1920 a Cruz Vermelha Paranaense compraria um terreno à construção de um hospital especialmente para atendimento de crianças”.

15/02/1927, p. 2; **Diário da Tarde**, 13/08/1928, p. 2, entre outros). Assim, a atenção redobrada com a educação das mães, de todas elas, deveria ser concomitante às ações que tinham como objetivo a saúde das crianças. Evidentemente, as ações como as promovidas pela Cruz Vermelha Paranaense, capitaneadas por “damas da caridade”, tinham como alvo privilegiado as mulheres e crianças mais pobres, sem condições de pagar por atendimento médico e, também poucas chances de receber educação formal.

Segundo artigo da **Gazeta do Povo**, de 1928, o Hospital de Crianças, caracterizado pelo periódico como uma obra “auspiciosa, patriótica, enobrecedora e piedosa”, chamado de “A casa da bondade” no título, contribuiria essencialmente para dois fins: impedir a morte das crianças doentes, internando-as quando necessário, e “educando e aconselhando as mães inexperientes no ofício (sic) de criar as criancinhas sob os preceitos sadios da hygiene” (**Gazeta do Povo**, 28/04/1928, p. 1). Durante todo o tempo de construção do Hospital de Crianças (cerca de dez anos), a imprensa tornou público o empenho das mulheres da Cruz Vermelha Paranaense para melhorar as condições “dos pequeninos doentes e das mães carentes”, como escreveu articulista da **Gazeta do Povo**, em 1923:

Todos são testemunhas do trabalho grandioso que vem realizando em Curitiba a Cruz Vermelha [Paranaense], graças ao esforço desinteressado e infatigável de um núcleo de pessoas da nossa aristocracia, onde avulta a abnegação de algumas senhoras cujos corações boníssimos tem sido o sustentáculo da empreitada feliz e vitoriosa (**Gazeta do Povo**, 23/07/1923, p. 1).

Em 1928 os jornais evidenciavam a vitória da Cruz Vermelha Paranaense ao divulgar a transferência do Instituto de Higiene Infantil (e seu Dispensário) e a Escola de Puericultura para o novo prédio, situado na Silva Jardim: “Até março vindouro tudo estará pronto” (**Gazeta do Povo**, 15/12/1928, p. 1). Com a transferência, no final de 1928, início das atividades, em 1929, e efetiva inauguração, somente em 2 de fevereiro de 1930, algumas mudanças eram anunciadas na imprensa paranaense: o Hospital de Crianças seria autônomo e dirigido por um “Conselho Administrativo composto de seis membros sendo 3 da Cruz Vermelha [Paranaense] e 3 da Faculdade [Medicina do Paraná]”¹⁵⁰ (**Gazeta do Povo**, 12/02/1930, p. 2) e a

¹⁵⁰ Os membros que compuseram o Conselho eram: da Cruz Vermelha (Desembargador Vieira Cavalcanti, doutor Luiz Medeiros e senhora Mercedes Fontana) e da Faculdade de Medicina do

Escola de Puericultura passaria a ser chamada de Escola de Mãezinhas. Esta, destinada a “difundir conhecimentos sobre higiene pré-natal e puericultura”, foi propagandeada pela **Gazeta do Povo**, que publicou o edital de inscrição para matrículas das interessadas pela escola (**Gazeta do Povo**, 22/03/1930, p. 4):

Inscrição para a matrícula na Escola de Mãezinhas.
De ordem da Sra. Presidente do Conselho Administrativo do Hospital de Crianças, faço publico para conhecimento das interessadas, que, de 20 a 30 do corrente acha-se aberta, na Secretaria deste Hospital, a inscrição para a matrícula na Escola de Mãezinhas, destinada a difundir conhecimentos sobre higiene pré-natal e puericultura. Quaesquer informações serão fornecidas nesta Secretaria, diariamente, das 9 às 11 horas.
Curitiba, 17 de Março de 1930. Dr. Octavio Silveira. Secretario.
(**Gazeta do Povo**, 22/03/1930, p. 4).

Como sugeriu Avanzini, a mudança no nome do serviço poderia significar um desejo de maior aproximação com o público leigo (2011, p. 67)¹⁵¹. A aproximação das mulheres leigas com conhecimentos que a ciência médica procurava divulgar era peça chave para as mudanças tão desejadas para a população, a cidade, o Paraná e o Brasil. Como afirmava anos antes o doutor Aluizio França em sessão da Cruz Vermelha Paranaense: “a educação materna é capital na obra de proteção à criança. É educando o lar, que se protege a infância” (**O Dia**, 11/05/1924, p. 2).

A atuação de mulheres de Curitiba, através de entidades filantrópicas como a Cruz Vermelha Paranaense, ou a Associação de Assistência à Maternidade e a Infância e o Grêmio das Violetas, foi fundamental para a implementação e divulgação da educação para a saúde de mães e filhos; educação calcada no saber da medicina que ganhava as páginas da imprensa curitibana e que também era realizada através de várias propagandas de remédios que procuravam vender saúde.

Paraná (doutores Victor Ferreira do Amaral, Aluizio França e Octávio da Silveira) (AVANZINI, 2011, p. 69).

¹⁵¹ O nome Escola para Mães era utilizado, desde o início do século XX (primeiro na Inglaterra) para designar instituições que “[...] ofereciam aulas de economia doméstica e promoviam encontros semanais, nos quais eram proferidas palestras de saúde e demonstrados cuidados especiais com bebês, com a limpeza das roupas, bem como fornecidas orientações culinárias” (MARQUES, M., 2001, p. 36-37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema a representação da mulher saudável presente em três jornais de maior circulação em Curitiba nos anos 1920: **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia**. Perceber através do conteúdo dos jornais, especialmente as propagandas, como os discursos médicos, jornalísticos e publicitários difundiam/vendiam a imagem de mulher ideal no contexto marcado pelas ideias sanitaristas, foi objetivo fundamental que marcou o caminho desta dissertação.

Investigando as intenções educacionais dos impressos curitibanos, percebeu-se que as notícias, as imagens e os textos publicitários contidos nas páginas dos jornais, contribuíram para a disseminação de ideias propaladas pelos médicos, que colocavam a mulher como alvo privilegiado da educação para a saúde, pois, devido aos filhos que gerava e criava, a mãe era considerada responsável pelo futuro de sua família e, indiretamente, do próprio país. Entretanto, a imagem de mulher e mãe ideal (recatada, dedicada ao lar) difundida pelas páginas da imprensa diária não esteve isenta de ambiguidades e contradições. Embora a função materna fosse considerada inerente à natureza da mulher, devido às características tidas como femininas: cuidado, dedicação, abnegação, paciência, a mulher nem sempre era considerada capacitada para realizar tal tarefa, necessitando ser educada, instruída pelos doutores.

Tornar a população feminina de Curitiba adepta e aliada da difusão do conhecimento da ciência médica foi intento dos doutores nos anos 1920, que tinham nos anúncios de jornais, aliados poderosos. População heterogênea social e economicamente, as mulheres foram alvos de ações educativas diversas nos periódicos: tanto através de propagandas, que pretendiam vender saúde por meio de anúncios de remédios ou alimentos industrializados e de artigos de médicos que difundiam um modelo saudável de mãe e filho; quanto por meio de anúncios e propagandas não comerciais de associações que contavam com a colaboração de mulheres que ofereciam, sem custo, instrução para mães e cuidados médicos para seus filhos.

Mas, se muitas mulheres foram colaboradoras dos doutores porque divulgavam para outras mulheres (parentes, vizinhas, comadres) conhecimentos que

havia aprendido sobre higiene pessoal, da família, da casa e, sobretudo, noções de puericultura, não foram poucas as gestantes que na hora do parto preferiram o auxílio de parteiras e não de representantes do saber científico: médicos e/ou profissionais que atuavam na Maternidade do Paraná (que atendia gratuitamente as mais pobres). No entanto, mães apegadas às práticas balizadas pelo costume sobre como proceder com a saúde de seu corpo, de como alimentar, cuidar e tratar das enfermidades de seus filhos, ou que combinavam estas práticas com recomendações médico-científicas, foram acusadas de disgênicas, negligentes ou ignorantes, sendo responsabilizadas, repetidas vezes, nos jornais curitibanos, pela doença e até pela morte de crianças.

E não foram apenas os discursos de doutores sobre o sadio e o enfermo, editados nos periódicos e nos anúncios que difundiam um ideal feminino de maternidade, que procuravam educar as mulheres sobre o tema saúde. A propaganda da atuação de mulheres em associações filantrópicas curitibanas nos anos de 1920, como a Associação de Damas da Assistência à Maternidade e a Infância, o Grêmio das Violetas e a Cruz Vermelha Paranaense - entidades que desenvolveram ações intimamente relacionadas com as questões da saúde de mães e filhos e com a puericultura - foram importantes nesta empreitada educativa em um período que o tema ganhou ênfase devido à difusão de teses sanitaristas combinadas com ideias eugênicas. Estas associações foram significativas pelo caráter exemplar de atuação social feminina e, principalmente, porque nelas eram as mulheres, predominantemente, que divulgavam para outras mulheres, práticas sobre como cuidar de sua saúde e da saúde dos filhos¹⁵². É possível também afirmar a relevância das filantropas, pertencentes a estas associações, na organização e manutenção da Maternidade do Paraná, criada em 1914, transformada em Maternidade Victor Ferreira do Amaral em 1930, em função da inauguração de sede própria, e da Cruz Vermelha Paranaense, organizada em 1917 (graças a ação decisiva do Grêmio das Violetas), cujo Hospital de Crianças, inaugurado oficialmente também em 1930, ampliaria o atendimento da instituição às crianças e reorganizaria a instrução às mães na Escola de Mãezinhas.

¹⁵² É preciso lembrar a atuação masculina, médica por excelência, na Cruz Vermelha Paranaense, bem como, a relação existente da Associação de Damas da Assistência à Maternidade e a Infância com os doutores da Maternidade do Paraná. Contudo, na imprensa curitibana dos anos 1920, eram às ações das mulheres, pertencentes a estas entidades, que recebiam maior destaque.

No Brasil, a partir do final da década de 1920, a centralização das ações relacionadas à educação e saúde tornou-se evidente a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930, e a premissa de educar a (e com a) mulher para a saúde, continuaria a ser essencial para o futuro da nação sadia e civilizada (MARTINS, A., 2007), mesmo considerando que os meios para a realização desta tarefa seriam mobilizados somente na gestão de Gustavo Capanema no Ministério, a partir de 1934. A gestão Capanema trouxe mudanças significativas nas formas de tratamento da saúde pública em geral, muitas delas baseadas em discussões que foram efetuadas desde o final da década de 1910; entre estas mudanças, destaque para a criação das Delegacias Federais de Saúde, em 1937, e dos Serviços Nacionais de Saúde, em 1941 (BERTUCCI, 2011, p. 12)¹⁵³.

Durante o Governo Vargas os jornais curitibanos continuariam a editar propagandas de medicamentos e outros produtos, além de textos de médicos ou jornalísticos que abordavam, de diferentes formas, o tema da saúde (SIGOLO, 1998). Mas, que permanências e rupturas em relação ao período pré-centralização da época Vargas aconteceram quando o tema era a educação para a saúde de mães e filhos? Como as mulheres eram representadas pelos periódicos de Curitiba na década de 1930 e anos seguintes? As entidades filantrópicas Associação de Damas da Assistência à Maternidade e a Infância, Grêmio das Violetas e Cruz Vermelha Paranaense continuaram, e como continuaram, seu trabalho em prol da saúde de mulheres e crianças? Questões instigantes, mas questões para outra pesquisa histórica.

¹⁵³ Sobre as reformas de saúde implantadas pelo governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 no Brasil, confira: HOCHMAN, 2005, p. 127-141. Sobre propagandas relacionadas à saúde no período, veja: BRITES, 2000.

FONTES

Periódicos

Jornais

Diário da Tarde , 1920 -1927

Gazeta do Povo, 1920 – 1931

O Dia, 1920- 1927

Revistas (excertos)

Ilustração Paranaense. Senhorita Risoleta e sua irmã. Curitiba, 1927, nº4, p. 19

Ilustração Paranaense. Sociedade Paranaense. Curitiba, 1930, nº1, p. 11

Ilustração Paranaense. Grêmio das Violetas. Curitiba, 1930, nº1, p. 17

Documentação Institucional/Oficial

PARANÁ. Decreto n. 1 de 1º de junho de 1892. Regulamenta o Serviço Sanitário terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918**. Curitiba: Typografia da República, 1918.

PARANÁ. Lei n. 1463 de 2 de Março de 1915, Art.2.Lei que estabelece o registro de diplomas no Paraná e o exame prático de parteiras. **Relatório Geral da Universidade do Paraná ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1916.

PARANÁ. **RELATÓRIO DA SECRETARIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ** – Apresentado a Sua Excellencia o Senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha Presidente do Estado por Alcides Munhoz Secretário Geral d’Estado Referentes aos serviços do Exercício Financeiro de 1923-1924. Curityba, 31 de Dezembro de 1924.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. As professoras que a Pátria necessita: fragmentos para a história do magistério feminino no Brasil. In: ALMEIDA, J. S. (Org.). **Profissão docente e Cultura Escolar**. São Paulo: Editora Intersubjetiva, 2004.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

AMORIM, S. T. S. P. **Alimentação Infantil e o Marketing da Indústria de Alimentos**. (Brasil, 1960-88). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ANDRETTA, J. A. **A renovação da beleza feminina após a Segunda Guerra Mundial**. Monografia (Bacharelado em Design). Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2010.

ARAÚJO, S. A. C de. **Professora Julia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

AREASEG. **Metais Tóxicos – Mercúrio**. Disponível em: <<http://www.areaseg.com/toxicos/mercurio.html>>. Acesso em: 25/07/2010.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada**, 2: Da Europa feudal à renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ARRETCHE, M. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas. In: **Boletim Informativo Bibliográfico**, Rio de Janeiro, nº. 39, 1º semestre, p.3-40, 1995.

AUMONT, J. A parte do espectador. In: **A Imagem**. Campinas, Papirus, 1993, p. 77-96.

AVANZINI, C. M. V. **As origens do Hospital de Crianças**. Saúde e educação em Curitiba, 1917-1932. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BENJMIN, W. **Teorias do fascismo alemão**. In: Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTUCCI, L. M. **A onipresença do medo na influenza de 1918**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42, p.457-475, jul./dez. 2009.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: Educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, L. M.; BERTUCCI, L. M. (Org.). **Múltiplas faces do educar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007a.

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, R. et al. (Coord.). **La integración del territorio en una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad de México: IG/UNAM; Instituto Mora, 2007b, p. 141-161.

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BERTUCCI, L. M. **Saúde pública na capital paranaense. Panorama das primeiras décadas do período republicano**. Texto inédito, ago. 2011.

BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo - 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997. (Coleção História e Saúde).

BERTUCCI, L. M; BARBOSA, F. G. **Legislar para educar e transformar**. Higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. V, 2008, Aracaju (SE). Anais... Aracaju: CBHE, 2008, 11p.

BERTUCCI, L. M; FARIA FILHO, L. M. DE; OLIVEIRA, M. A. T. de. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, nº. 39, vol. 20, 2000, p. 249-278.

BUENO, A. P. **Educação e participação política**: a visão de formação de Mariana Coelho (1893-1940). Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BUENO, E. **Vendendo Saúde**: história da propaganda de medicamentos no Brasil. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARNEIRO, C. M. B.; STANCATO, F. T. **O uso da metáfora nos slogans**. Disponível em: <<http://www.uff.br/ensaiosdemarketing/artigos%20pdf/2/ousodametaforanosslogans.pdf>>. Acesso em: 13/01/2012.

CARRARA, S., **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. M. C. de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, E. C de; COSTA, W. P da. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 115 -142.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931), Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 1998.

CASTAÑEDA, L. A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. **Épisteme**: Porto Alegre, v.3, nº. 5, p. 23-48, 1998.

CASTRO SANTOS, L. A. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados**, vol. 28, n. 2, 1985, p. 1-20.

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO. **Alerta: mercúrio pode ser fatal**. Disponível em:<<http://www.centroclinicogaucho.com.br/pdfs/Revista%20Humana%201.pdf>>. Acesso em 25/07/2010.

CHALHOUB, S. et al. (Orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 331-354.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Diefel, 1990.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista de estudos históricos**. vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CINTRA, E. P. de U. **“Scientia Et Labor” no “Palácio de Luz”**: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba 1912-1946). Doutorado (Tese em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CINTRA, E. P. de U. **Ensino profissional feminino em Curitiba**: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COMTE, A. Comte. Vida e obra. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CONCEIÇÃO, S. Y. Z. **Modernidade e cultura**: um olhar sobre a Curitiba do início do século XX através das propagandas. Monografia (Especialização em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CORBIN, A. O segredo do indivíduo. In: Ariès, P.; Duby, G. (Dir.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 419-501.

CORRÊA L. E. **João Cândido Ferreira**. Curitiba: Editora UFPR, 1988.

CORRÊA L. E. **Victor Ferreira do Amaral**. Curitiba: Editora UFPR, 1982.

CORRÊA, M. **Repensando a família patriarcal brasileira**. Cadernos de Pesquisa, nº. 37, maio, 1981, p. 17- 25.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CRUZ VERMELHA. **Cruz Vermelha**. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br>. Acesso em: 10/09/2011.

D'INCAO, M. A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto de alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

DE LORENZO, E. C.; COSTA, W. P. da. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

DEL PRIORE, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Fundação Unesp, 1997.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro; José Olympio, 1995.

DEL PRIORE, M. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIAS, K. **Quaker Oats**. 15/06/2006. Disponível em: <http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/quaker-oats-alimentao-saudvel.html>. Acesso em: 20/03/2012.

DIRETA PESQUISA: **A Propaganda no Paraná**. Curitiba: Digital, 1974.

ENCICLOPÉDIA NOSSO SÉCULO - 1900/1930. V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTEVES, M. de A. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIAS, F. C. de S. **A institucionalização do parto e do ensino de parteiras: os cursos de enfermagem obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná/ Maternidade Victor Do Amaral (1922-1951)**. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERNANDES JUNIOR, L. R. **A Secretaria do Estado da Saúde do Paraná**. Suas origens e sua evolução no período de 1853 a 1983. Curitiba: SES-PR, 1987.

FERREIRA, L. O.; FONSECA, M. R. F da; EDLER, F. C. A. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: Dantes, M. A. M. (Org.). **Espaços da ciência no Brasil, 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 59-77.

FERREIRA, M. N. **A Imprensa operaria no Brasil – 1880 -1920**. São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, M. M. de L. **Mulheres, mães e médicos**. Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 20). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, M. M. de L. Os manuais de medicina e a circulação do saber acadêmico e o saber popular. **Educar em revista**. Curitiba, n. 25, 2005, p. 59-73.

FREIRE, M. M. de L. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., Junho, 2008. p. 153 - 171.

FREIRE, M. M. de L.; LEONY, V. da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção, Ciências, Saúde – Manguinhos **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.1. n.º.1, p. 15-34, jul./out., 2011. p. 199 - 226.

FREITAS, M. C de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo; Cortez, 1997.

FUKUI, L. F. G. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. In: CERQUEIRA, E. D. et al. **O que se ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986.

GANZ, Ângela Lúcia. **Vozes do Diálogo**. Mães e médicos em Curitiba de 1910 a 1935. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

GÉLIS, J. A Individualização da criança. In: Ariès, P.; Duby, G. (Dir.). **História da vida Privada**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-329.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. O espetáculo do corpo: mulheres e exercitação física no início do século XX. In: CARVALHO, M.J.S.; ROCHA, C.M.F. (Orgs.). **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

GOELLNER, S. V.; SILVA, A. L. dos S. “**Sedentárias**” e **Coquettes à margem**: corpos e feminilidades desviantes na obra de Renato khel, 2008. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/4865>. Acesso em: 10/03/2011.

GONDRA, J. **Artes de civilizar**. Medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.

GRACIOSOS, F. **Propaganda institucional**: nova arma estratégica da empresa. São Paulo: Atlas, 1995.

GUIMARÃES, L. **O jornalismo visual e o eixo “direita-esquerda” como estratégia da imagem**. Disponível em: <www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/LGuimaraes>. Acesso em 12/02/2012.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2006.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 25, 2005, p. 127-141.

HOERNER JUNIOR, V. **Santa casa**. Imprensa Curitiba: Editora Universidade Champgnat, 2002.

KOBAYASHI, E. ; FARIA, L.; COSYTA, M. C. da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul./dez., 2009.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 41- 47.

KOUTSOUKOS, S. S. M. ‘Amas mercenárias’: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009. p. 305-324.

KUMMER, C. S. da F. “**Não esmorecer para não desmerecer**”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na Primeira República, 1916-1930. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LAGRAVE, R-M. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX, In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 5, Porto: Afrontamento, 1995, p. 501-539.

LEITE, M. M. **Retratos de família**: uma leitura da fotografia histórica. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 1993.

LIMA, A. L. G. Maternidade Higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. In: **História, Questões e Debates**, v. 47, 2007, p. 95-122.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p.23-40.

LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M.; FERNANDES, R. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 443-481.

MALUF, M.; MOTT, M. L. C. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (org.). In: **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 368 – 421.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Edusp, 1996.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARCONDES, P. **Uma história da propaganda brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

MARQUES, M. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

MARQUES, V. R. B. A espécie em risco: Sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, D. R. do; CARVALHO, D. M de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília; Paralelo, 2004, p. 285-294.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1994.

MARQUES, V. R. B. **Eugenia da disciplina**: o discurso médico-pedagógico nos anos 1920. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

MARQUES, V. R. B. **Natureza em boiões** – medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1999.

MARQUES, V. R. B.; FARIAS, F. C. de. A inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920: o apostolado de médicos e professores. In: Dinis, N. F.; Bertucci, L. M. (Org.). **Múltiplas faces do educar**. Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 125-136.

MARTINS, A. P. V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan./mar., 2008, p. 135-154.

MARTINS, A. P. V. Corpos mutantes: o debate médico-científico sobre a menstruação no século XIX e início do XX. **Pós- História**. v.10, 2002, p. 39-60.

MARTINS, A. P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18.n. 1, jul./out, 2011, p. 15-34.

MARTINS, A. P. V. **História da maternidade no Brasil**: arquivos, fontes e possibilidades de análise 2005/2011. Disponível em: <<http://www.empoderandoasmulheres.com/2011/05/historia-da-maternidade-no-brasil.html>>. Acesso em 10/07/2011.

MARTINS, A. P. V. **Visões do Feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. (Coleção História e Saúde).

MARTINS, A. P. V.; TRINDADE, E. M. de C. (Org.). **Mulheres na história**: Paraná – Séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

MARTINS, R. **Quantos somos e quem somos** - dados para a História e a Estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paraná: 1941.

MATHIAS, M. B.; RUBIO, K. As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.24, n.2, abr./jun. 2010. p. 277-286.

MATOS, M. I. S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. p.107-128.

MATOS, M. I. S. de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. **Diálogos**. Maringá: Editora da UEM, v. 4, n. 4, 2000, p. 77-92.

MENDES, V.; HAYE, A. de. **A moda de Século XX**: 280 ilustrações, 66 em cores. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MEZZOMO, D. da C. **Médicos Educadores: A disciplinarização da família curitibana: 1890-1930.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, M. L. de B. A Parteira Ignorante: um erro de diagnóstico médico? In: MELO, H. P. de. et al. (Org). **Olhares feministas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 291-306 (Coleção Educação para todos v.10.).

MOTT, M. L. de B. As parteiras e a assistência ao parto em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 163, n. 415, abr./jun. 2002, p. 67-84.

MOTT, M. L. de B. BYINGTON, M. E. B.; ALVES, O. S. F. **O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância.** São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

MOTT, M. L. de B. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). In: **Cadernos Pagu**, vol. 16, São Paulo: 2001, p. 199-234.

MOTT, M. L. de B. **Parto, parteiras e parturientes no século XIX: Mme. Durocher e sua época.** Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, 1999.

MOTT, M. L. de B. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). **Cadernos Pagu**, v. 13. 1999, p. 327-355.

NEEDEL, J. D. **Béle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** Vol. 1. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** Vol. 2. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1927.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** Vol. 3. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1928.

NESTLÉ. **Nestlé.** Disponível em: <www.nestle.com.br/site/anelite/historia.aspx>. Acesso em: 26/05/2012.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA. **Nossa Senhora da Conceição Aparecida.** Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/datas/criancas/diansra.shtml>>. Acesso em: 09/04/2012.

OLIVEIRA FILHA, E. A. de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná".** Disponível em:

<<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1098.html>>. Acesso em 04/02/2011.

OLIVEIRA, L. P. Questão Nacional na Primeira República. In: DE LORENZO, E. C.; COSTA, W. P. da. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 185-193.

PADILHA, M. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando Iras Rumo ao Progresso**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PERROT, M. "Dramas e conflitos familiares". In: PERROT M. (Org.). **História da vida privada IV**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, M. "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". **Cadernos Pagu**. n. 4, 1995, p. 9-28.

PERROT, M. "Práticas da memória feminina". **Revista Brasileira de História**, 18, 1989, p. 9 -18.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. de; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PERROT, M. Sair. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**. V.4. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994.

PIMENTA, T. S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1998, p. 349-374.

PIMENTA, T. S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol. 11 – Suplemento 1, 2004, p. 67-92.

PINHO, J. B. **Propaganda institucional**: uso e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus, 1990.

PINSKI, C. B. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, jan./abr., 2009, p. 159-189.

PIZANI, M. A. P. N. **O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2005.

PORTER, R. **Das tripas coração: uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record: 2004.

PORTER, R.; VIGARELLO, G. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, A; COUTINE, J-J; VIGARELLO, G. **História do corpo: Da Renascença às Luzes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PYKOSZ, L. C.; OLIVEIRA, M. T. de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, jan./jun., 2009, p. 135-158.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino no Republica Velha - 1909-1930**. Curitiba: Editora CEFET, 2000.

RAGO, E. J. Higiene, feminismo, moral sexual. In: **Gênero**. 2º semestre, v.8, Niterói, 2005, p. 105-116.

RAGO, E. J. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. **Cadernos Pagu**, v.15, 2000, p.199-225.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

RAGO, M. Nos bastidores da imigração: o tráfico de escravas brancas. In: **Revista Brasileira de História: a mulher e o espaço público**. São Paulo: ANPUH; Marco Zero, ago./set. 1989, p. 145-180.

RAGO, M. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIZZINI, I. **A Criança no Brasil Hoje**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SÁ, D. M. de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917- 1935). **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.189-203.

SAMPAIO, G. dos R. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

SANDMANN, A. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANGLARD, G. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set./dez. 2003, p. 1095 -1098.

SANT' ANNA, D. B. de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT' ANNA, D. B. de (Org.). **Políticas do Corpo**. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, L. A. de C. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, 1985, p. 193-210.

SCHAPOCHNIK, N. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, F.A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, V. 3, 1998, p. 423-512.

SCHMIDT, B. B. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, 2001, p.193-210.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez. 1995.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do Rádio**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 513-620.

SEVCENKO, N. **O Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIGOLO, R. P. **A saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura Curitiba, 1930-1945 /**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

SILVA, S. C. H. P. da. **De órfãos da gripe a trabalhadores**. O asilo São Luiz de Curitiba, 1918 -1937. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SODRÉ, N. W. **A História da imprensa no Brasil**. R. J: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, R. Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. In: MELO, H. P. de. et al. (Orgs). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 369-394.(Coleção Educação para todos v.10).

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 362-400.

SOUZA, G. de M. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 173-174.

SOUZA, N. A. de. **História e Histórias da propaganda no Paraná**. Curitiba, SINAPRO, 2001.

SOUZA, V. S. de. As leis da eugenia na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: TRINDADE, N.; SÁ, D. M. de. (Org.). **Antropologia brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SOUZA, V. S. de. Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul. /dez., 2008, p. 146-166.

STEPAN, N. L. **"A hora da Eugenia"**: raça, gênero e nação na América latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STEPAN, N. L. **Controlar, Curar**: ensaios historiográficos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

STERN, I. **As campanhas de prevenção às doenças e sua ação educativa**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

STERN, I. **Educação sexual, a campanha anti-venérea - Curitiba – 1920-1923**. (s.d). Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Cse08.html>. Acesso em 17/05/2011.

TEIXEIRA, K. D. **A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Vol. II . 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, E. M. de C. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. **Revista História**: Questões e Debates – APA Curitiba, Jul./Dez., ano 11, nº 20-21, 1990, p. 17 a 35.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, E. M. de C. Modelos e Empréstimos: o higienismo no Brasil (final do século XIX e início do XX). Políticas urbanas e apropriação de modelos In: **Reunião anual da sociedade brasileira de pesquisa histórica**. Curitiba: SBPH, 2000.

TUOTO, E. A. "Arthur Moncorvo Filho (Biografia)." In: **Biografias Médicas by Dr. Elvio A Tuoto** (Internet). Brasil, 2007. Disponível em: <<http://medbiography.blogspot.com/2007/11/c-arthur-moncorvo-filho-incl-foto-photo.html>>. Acesso em 06/08/2011.

TURINA, K.F.R. **Escola Maternal**: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944). Mestrado (Dissertação em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2010.

VÁZQUEZ, G. G. H. Ludibriando a natureza: mulheres aborto e medicina. In: **História, Questões e Debates**, v. 47, 2007, p. 43-64.

VÁZQUEZ, G. G. H. **Mais cruéis que as próprias feras**: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

VIEIRA, C. E. Imprensa, educação e esfera pública na década de 1920. In: CAMPOS, N.; SUASNABAR, C. (Orgs.) **Intelectuais e Educação no Brasil e na Argentina**. Ponta Grossa: UEPG, 2012 (Prelo).

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação: um estudo da relação, entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11- 40.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VIGOR. **Vigor**. Disponível em; <<http://vigor.riweb.com.br>>. Acesso em: 26/05/2012.

VOITECHEN, F. **Epidemias, pandemias e profilaxia: a Saúde Pública em Curitiba na Primeira República**. Disponível em: <http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_5/PDF/FabioVoitechen.pdf>. Acesso em: 05/04/2010.

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v.19, nº. 37, 1999, p. 103-124.